

Sociolinguística

6º
Período

Izete Lehmkuhl Coelho

Edair Maria Görski

Guilherme Henrique May

Christiane Maria Nunes de Souza

Governo Federal

Presidenta da República: Dilma Rousseff

Ministro de Educação: Aloizio Mercadante

Secretário de Ensino a Distância: Carlos Eduardo Bielschowsky

Coordenador Nacional da Universidade Aberta do Brasil: Celso Costa



Universidade Federal de Santa Catarina

Reitora: Roselane Neckel

Vice-Reitora: Lúcia Helena Martins Pacheco

Pró-Reitora de Graduação: Roselane de Fátima Campos

Pró-Reitor de Pesquisa: Jamil Assreuy Filho

Pró-Reitor de Extensão: Edson da Rosa

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Joana Maria Pedro

Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento: Luiz Alberton

Pró-Reitor de Administração: Antônio Carlos Montezuma Brito

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: Beatriz Augusto de Paiva

Curso de Licenciatura Letras-Português na Modalidade a Distância

Diretor Unidade de Ensino: Felício Wessling Margotti

Chefe do Departamento: Rosana Cássia Kamita

Coordenador de Curso: Sandra Quarezemim

Coordenador de Tutoria: Cristiane Lazzarotto-Volcão

Comissão Editorial

Tânia Regina Oliveira Ramos

Silvia Inês Coneglian Carrilho de Vasconcelos

Cristiane Lazzarotto-Volcão

Equipe de Desenvolvimento de Materiais

Coordenação: Ane Girondi

Designer Instrucional: Daiana Acordi

Diagramação: Raquel Darelli Michelin, Pedro Augusto Gamba

Capa: Raquel Darelli Michelin

Ilustração: Kamilla Souza

Tratamento de Imagem: Raquel Darelli Michelin, Pedro Augusto Gamba

Copyright © 2010, Universidade Federal de Santa Catarina/LLV/CCE/UFSC

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Coordenação Acadêmica do Curso de Licenciatura em Letras-Português na Modalidade a Distância.

Ficha Catalográfica

So678

Sociolinguística / Izete Lehmkuhl Coelho ... [et al.]. – Florianópolis : LLV/CCE/UFSC, 2010.

172 p. : 28 cm

ISBN 978-85-61482-25-1

1. Sociolinguística. 2. Linguística. 3. Educação. 4. Dialetos. I. Coelho, Izete Lehmkuhl.

CDU: 801

Catálogo na fonte elaborada na DECTI da Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina.

Sumário

Apresentação 7

Unidade A - Introdução ao estudo da linguagem

no contexto social 11

1 Breve histórico da Sociolinguística 13

2 A Teoria da Variação e Mudança Linguística: noções básicas 19

2.1 A proposta de William Labov 19

2.2 Conceitos fundamentais 23

2.3 Significado social das formas variantes 30

2.4 As noções de comunidade de fala e de redes sociais 37

Fechando a Unidade A 43

Unidade B - As dimensões interna e externa da

variação linguística 45

3 A dimensão interna: níveis de variação linguística 47

3.1 Contextualizando 48

3.2 A variação interna 50

4 A dimensão externa da variação linguística 71

4.1 Breve retrospectiva 71

4.2 Tipos de variação 76

Fechando a Unidade B 87

Unidade C - Variação e mudança linguística 89

5 Mudança linguística e o tempo 91

5.1 Homogeneidade *versus* heterogeneidade 91

5.2 Problemas empíricos para uma teoria da mudança linguística 95

5.3 Princípios gerais para o estudo da mudança linguística 106

Fechando a Unidade C 108

Unidade D - Pressupostos metodológicos da pesquisa sociolinguística	111
6 Etapas da pesquisa sociolinguística	113
6.1 Seleção dos informantes.....	113
6.2 Metodologia de coleta de dados	116
6.3 Envelope de variação	129
6.4 Levantamento de questões e hipóteses.....	132
6.5 Codificação de dados e análise estatística.....	135
7 Estudo de um fenômeno linguístico variável	137
Fechando a Unidade D.....	144
Unidade E - Sociolinguística e ensino.....	147
8 Contribuições da Sociolinguística para o ensino de língua portuguesa.....	149
8.1 A proposta dos PCN para o ensino de língua portuguesa.....	149
8.2 Contribuições no nível conceitual	152
8.3 Contribuições em torno da heterogeneidade da língua portuguesa.....	154
8.4 Contribuições quanto à prática do professor-pesquisador.....	159
Fechando a Unidade E.....	161
Glossário	163
Referências.....	167

Apresentação

Caro aluno,

Queremos introduzir a disciplina de Sociolinguística de forma leve e bem-humorada! Por isso, decidimos começar com a seguinte piada (já conhecida por você):

Domingo à tarde, o político vê um programa de TV. Um assessor passa por ele e pergunta:

– *Firme?*

O político responde:

– *Não, Sívio Santos.*

(POSSENTI, S. *Os humores da língua*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, p. 34)

Você deve estar se perguntando: o que tem a ver essa piada com a Sociolinguística? Vejamos...

Numa análise rápida, notamos que é a palavra “firme” que desencadeia o efeito humorístico, pois está funcionando com dois sentidos:

- a) firme = “tudo bem?”, um cumprimento informal;
- b) firme = “filme”, uma variante popular.

O assessor cumprimenta o político perguntando se está tudo bem, mas este entende que o primeiro está querendo saber se ele está assistindo a um filme na TV. Essa segunda interpretação é linguisticamente reforçada pelo uso da palavra “Sívio”. Está claro que a figura do político está sendo representada como caipira, não escolarizado etc. Ele ouve a palavra “firme” e a entende como uma **variante** de “filme”.

A troca de /l/ por /r/, nesse caso, representa um fenômeno que chamamos de **variação linguística**. Trata-se, aqui, de uma variação fonológica, ou seja, a troca de um fonema por outro sem alteração do significado referencial da palavra. No caso exemplificado pela piada, a variante usada pelo político carrega um **significado social**, justamente aquele mencionado acima: o falante não tem domínio da variedade padrão do português oral, sendo, provavelmente, de baixa escolaridade. A piada veicula um teor de crítica apresentando uma espécie de caricatura da classe dos políticos.

A noção de significado referencial, aqui, equivale, de certa forma, à de *referência* ou *denotação*, já apresentada na disciplina de Semântica.

O que estamos querendo mostrar, a partir desse exemplo, é que existe uma relação estreita entre as formas da língua, os diferentes grupos sociais que as utilizam e a imagem que projetamos nestes através daquela. É dessa relação que se ocupa a Sociolinguística.

Para você ter uma visão geral do que vai ser abordado neste livro-texto, apresentamos a ementa da disciplina de Sociolinguística, que faz parte do projeto pedagógico do Curso de Letras a distância:

Língua como sistema heterogêneo. Significado social das formas variantes. Dimensões externa e interna da variação linguística. Pressupostos metodológicos da pesquisa sociolinguística. Prática pedagógica: variação linguística e ensino. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.

O termo-chave é “variação linguística”. É sobre essa propriedade das línguas – de não falarmos todos da mesma forma – que se voltam os estudos sociolinguísticos, e que nos voltaremos nós ao longo desta disciplina. Para alguns, pode parecer óbvio que a variação (bem como a mudança) nas línguas conste no programa de investigações da linguística. Contudo, como veremos, os paradigmas de maior projeção no último século não consideravam necessário – nem possível – o estudo da variação e da mudança para a compreensão de como as línguas funcionam. O surgimento de uma proposta de análise sistemática desses fenômenos representa, portanto, um importante marco no desenvolvimento da ciência linguística, e já nos trouxe valiosas informações acerca de como se comporta a variabilidade nas línguas. Essas informações, por sua vez, são de grande valor em questões como a do preconceito linguístico e a do ensino de língua materna. Já não temos aí motivos suficientes para conhecermos um pouco mais essa área?

Dividimos nosso caminho pela Sociolinguística em cinco unidades. Na primeira, apresentamos essa interessante proposta de estudos e a situamos no contexto mais amplo dos estudos linguísticos do último século. Na segunda unidade, abordamos as dimensões interna e externa da variação, discutindo os modos como ela se manifesta no sistema linguístico e na vida social de uma comunidade. Na terceira parte, veremos como se dá o estudo da mudança nas formas da língua, um processo intimamente ligado ao fenômeno da variação. Na quarta etapa de nosso percurso, aprenderemos como “pôr a mão na massa” em uma pesquisa sociolinguística, examinando suas etapas principais. Incluímos também no livro-texto reflexões e sugestões de como o conhecimento

advindo da pesquisa em Sociolinguística pode (e deve) contribuir com nossa prática pedagógica em língua materna, a fim de que atinjamos um ensino cada vez mais efetivo e menos segregador.

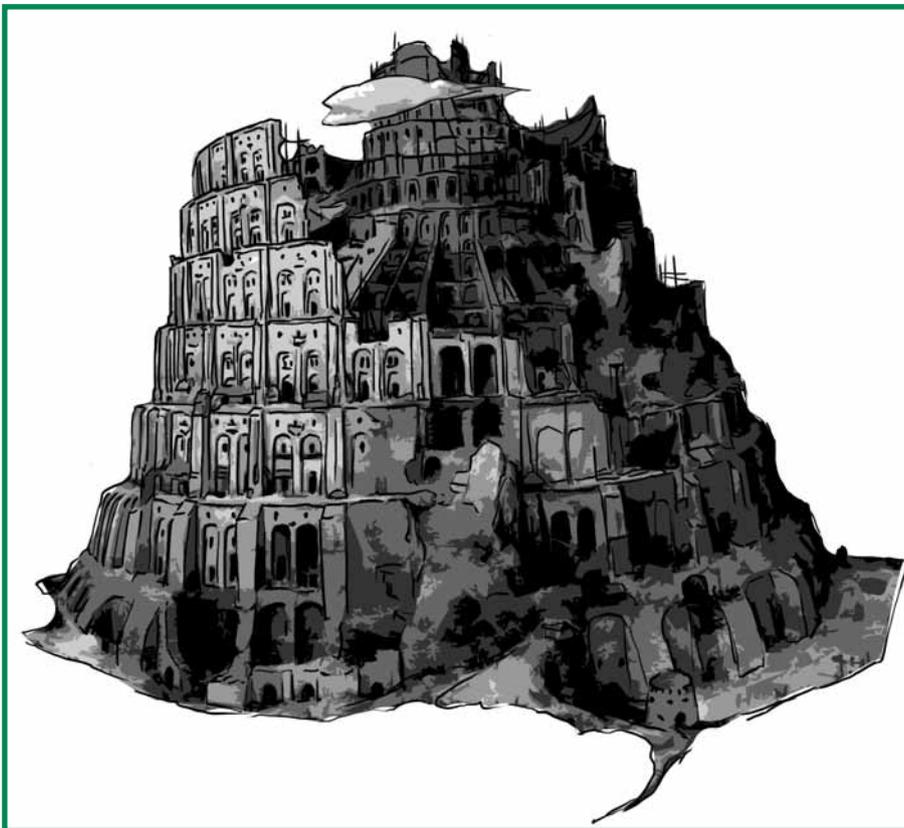
Desejamos a você um trimestre de muito estudo, muitos questionamentos e muitas reflexões!

Vamos lá?

Os autores

Unidade A

Introdução ao estudo da
linguagem no contexto social



Objetivos desta Unidade:

- Descrever um panorama dos estudos da língua como um fato social;
- Identificar alguns pressupostos básicos da Teoria da Variação e Mudança Linguística;
- Refletir sobre a questão do preconceito linguístico.

Nesta primeira Unidade, apresentamos a você o quadro geral de pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista. No primeiro capítulo, veremos quais eram as ideias dominantes quanto ao estudo da variação e da mudança, bem como de que forma outros teóricos, antes de William Labov (o principal nome da Sociolinguística Variacionista), buscaram integrar aos estudos linguísticos possíveis influências sociais. No segundo capítulo, somos apresentados a alguns postulados de Labov e aos principais conceitos teóricos que os fundamentam, passando inclusive pela discussão um pouco mais avançada dos problemas de definição de alguns desses conceitos e pela questão do preconceito linguístico.

1 Breve histórico da Sociolinguística

Para entender melhor os pressupostos teóricos da Sociolinguística, vamos inicialmente contextualizar, em termos gerais, os estudos da linguagem no século XX. Começamos falando do linguista suíço Ferdinand de Saussure e do linguista americano Noam Chomsky.

A atribuição de estatuto científico à linguística costuma ser creditada a Saussure, no início do século XX. De fato, com seu *Curso de linguística geral*, Saussure inaugura a **linguística moderna**, delimitando e definindo seu objeto de estudo, estabelecendo seus princípios gerais e seu método de abordagem. Saussure é um marco da corrente linguística denominada **estruturalismo**, segundo a qual a língua (i) é tomada em si mesma, separada de fatores externos; (ii) é vista como uma estrutura autônoma, valendo pelas relações de natureza essencialmente linguística que se estabelecem entre seus elementos. Ou seja, para Saussure, **a linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma**.

Saussure postula algumas dicotomias e vai isolando o que, segundo ele, seria de interesse da ciência linguística. Vamos apresentar, dessas dicotomias, as que são mais importantes para esta disciplina.

- a) **Langue e parole** – a *langue* é homogênea e social, um sistema de signos, um “tesouro” depositado, pela prática da fala, no cérebro dos falantes; é essencial. Já a *parole* é um ato individual de vontade, é heterogênea, manifestação concreta da *langue*; é acessória e accidental. O objeto da linguística, para Saussure, é a *langue*.
- b) **Sincronia e diacronia** – correspondem a dois eixos ou perspectivas pelas quais se pode estudar a língua: na sincronia, se faz um recorte da língua em um momento histórico (presente ou passado), como se fosse um registro fotográfico que capta as relações entre os elementos do sistema, tomando-se a língua

Livro clássico publicado em 1916, como obra póstuma de Saussure, organizado por seus discípulos Bally e Sechehaye, a partir de apontamentos de aulas.

Ao longo da história há inúmeros registros do interesse dos homens pelas línguas, especialmente de filósofos, conforme foi visto na disciplina de Estudos Gramaticais. No século XIX predominaram os estudos histórico-comparativos. Mas é a partir de Saussure que os estudos linguísticos passam a adquirir um caráter mais sistemático e abstrato, e a língua é estudada sincronicamente, desvinculada de sua história.

Langue e parole

Essa dicotomia pode ser traduzida como “língua” e “fala”. Entretanto, preferimos manter os termos originais para assegurar a concepção saussureana sempre que nos referirmos a ela.

como um estado do qual se exclui a intervenção do tempo; na diacronia, a língua é analisada como um produto de uma série de evoluções que ocorrem ao longo do tempo, portanto como algo mutável, dinâmico. É a perspectiva sincrônica, segundo Saussure, que permite o estudo científico da língua.

Saussure estabelece a seguinte relação entre essas dicotomias: (i) os fenômenos variáveis não são visíveis na *langue* (que é social), mas na *parole* (que é individual); (ii) a evolução/mudança se dá em alguns elementos e isso é suficiente para que ela **se reflita em todo o sistema**; (iii) o falante não tem consciência das mudanças que ocorrem entre os estados (os recortes sincrônicos) da língua.

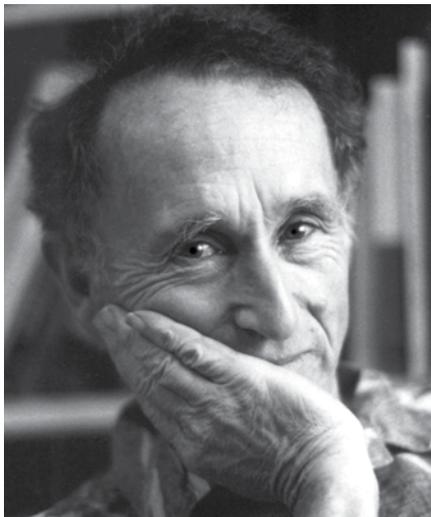
Vale observar que, embora delimite dessa maneira o objeto de estudo da linguística, Saussure admite que a língua seja um fenômeno social, produto de uma convenção estabelecida entre os membros de determinado grupo; porém, os fatores externos ao sistema são deixados de lado por ele – voltaremos a esse ponto mais adiante.

Nos Estados Unidos, a visão formal da língua ganha destaque, a partir da década de 1960, com Noam Chomsky e a corrente denominada **gerativismo**, segundo a qual a língua (i) é concebida como um sistema de princípios universais; (ii) é vista como o conhecimento mental que um falante tem de sua língua a partir do estado inicial da **faculdade da linguagem**, ou seja, a competência. O que interessa ao gerativista é o sistema abstrato de regras de formação de sentenças gramaticais.

Como vimos, tanto a abordagem estruturalista como a gerativista consideram a língua como uma realidade abstrata, desvinculada de fatores históricos e sociais. É como uma reação a essas duas correntes que a Sociolinguística desponta nos Estados Unidos na década de 1960, tendo como um de seus maiores expoentes William Labov.

Saussure estabelece uma analogia entre a língua e o jogo de xadrez: assim como as peças vão adquirindo novos valores a cada lance no jogo em decorrência das posições que vão assumindo frente às demais, também na língua, cada mudança tem reflexos sobre todo o sistema linguístico. O tabuleiro com as peças é usado como metáfora para a concepção de língua como sistema de signos.

A faculdade da linguagem corresponde, para Chomsky, a um módulo linguístico em nossa mente que é inato na espécie humana. Às regras que formam a faculdade da linguagem chama-se “gramática universal”. Reveja esse conceito no livro-texto da disciplina Estudos Gramaticais.



William Labov.

Antes, contudo, de nos determos na **Sociolinguística laboviana**, que é o foco principal de nosso livro, é importante retroceder no tempo para resgatar alguns autores do início do século XX que, diferentemente da proposta teórica de Saussure, postulavam uma concepção social da língua. Vamos falar um pouco do linguista francês Meillet (1866-1936) e dos linguistas russos Marr (1865-1934) e Bakhtin (1895-1975). **Antoine Meillet** enfatizava, em seus textos, o caráter social e evolutivo da língua. Segundo ele, “Por ser a língua um fato social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social” (MEILLET, 1921 *apud* CALVET, 2002, p. 16). Como se pode notar nessa citação, do ponto de vista de Meillet, toda e qualquer variação na língua é motivada estritamente por fatores sociais.

Comparando brevemente as ideias de Meillet e de Saussure, podemos dizer que (i) Saussure opõe linguística interna (aquela que se ocupa estritamente da língua) e linguística externa (aquela que se ocupa das relações entre a língua e fatores extralinguísticos), e Meillet as associa; (ii) Saussure distingue abordagem sincrônica (estrutural) de abordagem diacrônica (histórica), e Meillet as une. Em suma, enquanto Saussure elabora um modelo abstrato da *langue* (sistema de signos), Meillet busca explicar a estrutura linguística por meio de fatores históricos e sociais. Essas ideias de Meillet, como vamos ver adiante, serão retomadas por Labov décadas depois.

Sociolinguística laboviana

Também chamada de “Teoria da Variação e Mudança” ou de “Sociolinguística Quantitativa”, pois trabalha com resultados estatísticos.

Meillet foi discípulo de Saussure, mas, inspirado no sociólogo Durkheim, definia a língua como um *fato social*, enfatizando o caráter evolutivo da língua, diferentemente de Saussure, para quem a sincronia prevalecia sobre a diacronia.

Já na perspectiva da linguística soviética, encontramos, também no início do século XX, posições marxistas acerca da língua. Inicialmente, o linguista Nicholas Marr propunha que (i) todas as línguas do mundo têm uma mesma origem; (ii) as línguas são instrumento de poder e refletem a luta de classes sociais; (iii) as línguas são parte de uma superestrutura, passando por estágios de desenvolvimento de acordo com a base econômica de diferentes sociedades, ou seja, os estágios das línguas corresponderiam aos estágios da sociedade. A doutrina de Marr (chamada “marrismo”) foi tida como oficial na União Soviética no período de 1920-1950, até ser severamente atacada pela intervenção política de Stalin, que negava o caráter de classe e de superestrutura da língua.

Ainda na linguística soviética, Bakhtin (e o chamado Círculo de Bakhtin) critica a perspectiva estruturalista abstrata – que é a perspectiva saussureana –, defendendo um enfoque da língua na interação verbal historicamente contextualizada (seja num contexto imediato, seja num contexto social mais amplo). Nesse sentido, a mudança linguística é historicamente motivada pelos diferentes contextos de uso da língua, que acabam conferindo diferentes sentidos à “mesma” palavra. Assim, na visão de Bakhtin, as palavras não são neutras nem imutáveis: é no contexto real de uso da língua que determinada forma possui valor para o falante, sendo, nesse caso, um signo variável e flexível. É bastante elucidativa a seguinte afirmação de Bakhtin (1988 [1929], p. 147): “conforme a língua, conforme a época ou os grupos sociais, conforme o contexto apresente tal ou qual objetivo específico, vê-se dominar ora uma forma, ora outra, ora uma variante, ora outra”.

Em síntese: foi no início do século XX que começaram a germinar as sementes que viriam posteriormente – depois de cerca de meio século de domínio de correntes estruturalistas – a florescer e dar frutos no terreno fecundo da área de estudos da linguagem que ficou conhecida como **Sociolinguística**. Assim é que, a partir da década de 1960, como herança de Meillet, volta a ganhar força a noção de língua como fato social dinâmico, cuja variação é explicada pela mudança social, por forças externas, portanto. E como herança de Bakhtin se renova a perspectiva de que a língua é um fenômeno social cuja natureza é ideológica. Como já acentuamos anteriormente, o foco deste livro é a Sociolinguística laboviana, abordagem que se ancora, historicamente, nas ideias de Meillet.

Na disciplina de Linguística Textual você viu algumas contribuições de Bakhtin no campo dos gêneros do discurso.

Vamos nos situar, portanto, a partir de agora, no contexto da Sociolinguística norte-americana. Esse campo do conhecimento tem uma estreita relação com a antropologia, com a sociologia e com a geografia linguística.

- A associação com a **antropologia** – chamada de **etnolinguística** ou **antropologia linguística** – deve-se ao fato de a Sociolinguística estender a descrição e análise da língua para incluir aspectos da cultura em que é usada. Nesse âmbito se insere, mais recentemente, a corrente denominada “Sociolinguística Interacional”, que considera a relação entre os interlocutores, o assunto etc. na análise da conversação;
- A proximidade com a **sociologia** resulta na chamada **sociologia da linguagem** – área que investiga a interação entre estes dois aspectos do comportamento humano: o uso da língua e a organização social do comportamento, ou seja, a organização social do comportamento linguístico, seja em termos de usos, seja em termos de atitudes em relação à língua e aos usuários;
- A aproximação com a **geografia linguística**, ou **dialetologia**, ou ainda **geolinguística**, deve-se ao interesse pela elaboração de atlas linguísticos. No Brasil, está sendo organizado o Atlas Linguístico do Brasil (ALIB), cujo objetivo é descrever a realidade linguística com vistas a traçar a divisão dialetal do país, tornando evidentes as diferenças regionais – que, através de pesquisas de campo, mapeiam dados de diferentes regiões, identificando e delimitando traços dialetais.

Em suma, a Sociolinguística se ocupa de questões como **variação e mudança linguística, bilinguismo, contato linguístico, línguas minoritárias, política e planejamento linguístico, entre outras.**

A partir desse breve panorama histórico, passamos a tratar especificamente de uma das vertentes da Sociolinguística: a **Teoria da Variação e Mudança Linguística.**

2 A Teoria da Variação e Mudança Linguística: noções básicas

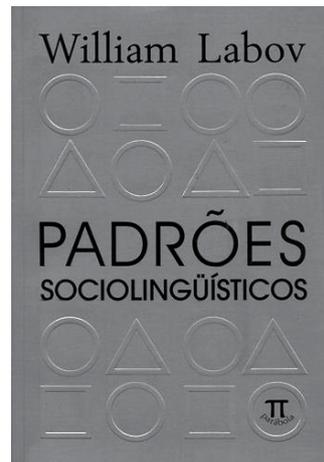
Linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável. Mais do que isso, podemos afirmar que essa relação é a base da constituição do ser humano (ALKMIN, 2001, p. 21).

No capítulo anterior, vimos que há diversas propostas no âmbito da linguística contemporânea que rejeitam a abordagem associal dos estudos estruturalistas e gerativistas. De agora em diante, vamos discutir com mais vagar sobre uma dessas propostas: a da Sociolinguística Variacionista, fundada principalmente sobre as pesquisas do linguista estadunidense William Labov (que, por sua vez, como vimos, se inspirou em certas ideias de Meillet). Neste capítulo, apresentamos alguns dos principais conceitos teóricos da proposta laboviana, que nos ajudarão a compreender qual é exatamente o olhar sobre a língua(gem) que ela assume – bem como sobre a complexa relação entre língua(gem) e sociedade –, de que formas ela se opõe a certas concepções (até hoje) vigentes em linguística e como ela se concretiza em uma análise empírica de dados linguísticos.

2.1 A proposta de William Labov

Como já vimos, as duas abordagens teóricas de maior projeção na linguística, pelo menos até a década de 1960, foram o estruturalismo e o gerativismo. De fato, a concepção estruturalista de língua de Ferdinand de Saussure fez muito no sentido de elevar a linguística à posição de campo científico pleno, com objeto e método definidos. Chomsky sofisticou ainda mais os objetivos dessa ciência ao propor que a faculdade da linguagem é um componente universal e inato da espécie humana, cujas regras poderiam ser descritas a partir da análise das construções gramaticais (aceitáveis) de línguas diversas. No entanto, tanto estruturalistas quanto gerativistas deixam de lado as possíveis influências externas (históricas, sociais, ideológicas etc.) sobre a estrutura linguística, assumindo uma perspectiva pela qual as regras e relações internas dos

componentes da gramática são suficientes para uma descrição adequada do objeto. Ademais, de acordo com essas propostas, o sistema a ser descrito pela linguística era um construto *homogêneo*, ou seja, não eram consideradas eventuais variações ou influências típicas da fala sobre os elementos da língua. Desse modo, a variabilidade (o fato de que pode haver mais que uma forma expressando o mesmo significado), o valor social das formas linguísticas e o estudo empírico das mudanças na língua ficavam excluídos da agenda.



Padrões Sociolinguísticos (Sociolinguistic patterns), 1972, de William Labov.

É a partir desse contexto que se posiciona, desde a década de 1960, o linguista William Labov, questionando e propondo um novo olhar sobre a estrutura das línguas e especialmente sobre os fenômenos da variação e da mudança linguísticas. Em seu livro *Padrões sociolinguísticos (Sociolinguistic patterns)*, 1972), Labov apresenta os principais postulados teóricos e a metodologia de trabalho empírico com a linguagem dessa nova proposta. Conforme já adiantamos inicialmente, a proposta teórico-metodológica de Labov surge como uma reação aos modelos saussureano e chomskiano.

O *social* para Saussure corresponde simplesmente a “multi-individual”, sem nenhuma implicação na interação social.

Labov critica os seguintes aspectos em Saussure:

- Como todos os falantes possuem um conhecimento da *langue* (que é a parte **social** da linguagem), é possível estudar o aspecto social da linguagem pela observação de um único indivíduo. No entanto, o estudo da *parole* (que é a parte individual da linguagem) só pode ser feito pela observação dos indivíduos interagindo linguisticamente, ou seja, pela observação da

linguagem em seu contexto social. A isso se chama **paradoxo saussureano**;

- Os fatos linguísticos são explicados através de outros fatos linguísticos. Trata-se do **princípio da imanência**. Em outras palavras, tudo o que acontece na língua é motivado e explicado por meio da própria estrutura da língua, pela atuação de forças internas, sem influência de nenhuma força externa;
- A fala só opera sobre um **estado de língua** e as mudanças que ocorrem entre os estados não têm nesses nenhum lugar. O primeiro aspecto (estado de língua) constitui a realidade verdadeira e única. Os fatos evolutivos (diacrônicos) não são percebidos pela massa falante e não fazem parte do sistema da língua, que é estático. Portanto, há um emparelhamento: de um lado, sincronia e fato estático e, de outro, diacronia e fato evolutivo; ambos os lados são mutuamente incompatíveis.

Visão de Labov:

Labov critica a separação estabelecida por Saussure entre *langue* e *parole* e entre sincronia e diacronia, e também o fato de Saussure desconsiderar os fatores externos à língua ao defini-la como um sistema de signos que estabelecem relações entre si. Em última instância, Labov posiciona-se contra a primazia dos estudos imanentes da língua.

Em Chomsky, Labov critica, entre outros, os seguintes aspectos:

- O objeto da linguística é uma comunidade de fala abstrata, homogênea, composta por um falante-ouvinte ideal;
- Os dados linguísticos analisados correspondem às próprias intuições do linguista e/ou dos falantes sobre a linguagem. São eles que fazem julgamentos acerca da (a)gramaticalidade das sentenças, e esses dados intuitivos são usados na construção de teorias.

Variação inerente

Por variação inerente entende-se que, como o sistema linguístico é heterogêneo, (i) a variação é uma propriedade regular do sistema; (ii) o falante tem competência linguística para lidar com regras variáveis.

Visão de Labov:

Não existe uma comunidade de fala homogênea, nem um falante-ouvinte ideal. Pelo contrário, a existência de variação e de estruturas heterogêneas nas comunidades de fala é um fato comprovado. Existe **variação inerente** à comunidade de fala – não há dois falantes que se expressam do mesmo modo, nem mesmo um falante que se expresse da mesma maneira em diferentes situações de comunicação.

A busca por julgamentos intuitivos homogêneos é falha. Os linguistas não podem continuar a produzir teoria e dados ao mesmo tempo. Para lidar com a língua, é preciso olhar para os dados de fala do dia a dia e relacioná-los às teorias gramaticais o mais criteriosamente possível, *ajustando a teoria de modo que ela dê conta do objeto.*

- Qual é, então, a proposta da Teoria da Variação e Mudança Linguística?

O ponto fundamental na abordagem proposta por Labov é a presença do componente social na análise linguística. Com efeito, a Sociolinguística se ocupa da relação entre língua e sociedade e do estudo da estrutura e da evolução da linguagem dentro do contexto social da **comunidade de fala**. Veja que, ao eleger como objeto de estudo a estrutura e a **evolução** linguística, Labov rompe com a relação estabelecida por Saussure entre estrutura e sincronia de um lado e história evolutiva e diacronia de outro, aproximando igualmente a sincronia e a diacronia às noções de estrutura e funcionamento da língua.

Duas obras foram fundamentais para a proposição e consolidação desse novo programa de estudos: o texto *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* (*Empirical foundations for a theory of language change*), publicado em 1968 por Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog (ou ainda WLH, 2006 [1968]), e o já mencionado *Padrões sociolinguísticos* (*Sociolinguistic patterns*), publicado por Labov em 1972. A partir de então, Labov desenvolveu inúmeros trabalhos voltados para o estudo da língua em seu contexto social, focalizan-

Falaremos de comunidade de fala na seção 2.4.

Evolução

No âmbito da Sociolinguística, o termo “evolução” equivale a “mudança”. Não existe nenhum tipo de valorização associado: não está em jogo nenhuma avaliação positiva ou negativa – as línguas simplesmente mudam (nem para melhor, nem para pior). Aprofundaremos a questão da mudança na Unidade C.

do especialmente a **variação** fonológica na língua inglesa. Seu grupo de pesquisa, sediado na Universidade da Pensilvânia/USA, tornou-se o centro irradiador dessa nova e instigante abordagem da língua.



Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística (Empirical foundations for a theory of language change).

No Brasil, as pesquisas na área da Sociolinguística laboviana tiveram início na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na década de 1970, sob a orientação do professor Anthony Naro. Desde então, as linhas de pesquisa que se ocupam da descrição de fenômenos variáveis no português do Brasil (PB) se multiplicaram, espalhando-se pelas diferentes regiões do país. Na Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo, temos o **Projeto VARSUL** (Variação Linguística na Região Sul do Brasil), que conta com um banco de dados de fala de informantes da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) do país, para o desenvolvimento de pesquisas sociolinguísticas.

Variação

É o processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto linguístico com o mesmo valor referencial, ou com o mesmo valor de verdade, i.e., com o mesmo significado. Dois requisitos devem, pois, ser cumpridos para que ocorra variação: as formas envolvidas precisam (i) ser intercambiáveis no mesmo contexto e (ii) manter o mesmo significado.

Falaremos mais sobre esse Projeto na Unidade D.

2.2 Conceitos fundamentais

2.2.1 Concepção de língua como sistema heterogêneo

Na abordagem laboviana, vale lembrar que o fato de a variação ser inerente às línguas está ligado diretamente à noção de heterogeneidade – as línguas são **sistemas heterogêneos** (e não homogêneos, conforme postulam Saussure e Chomsky). No entanto, como ainda estamos falando em sistema, somos levados a assumir que a variação pode ser sistematizada. Não se trata, portanto, de um caos linguístico. Uma evidência de que a heterogeneidade é organizada ou sistematizada é o fato de os indivíduos de

Os aspectos metodológicos da Sociolinguística serão abordados na Unidade D.

A noção de regra variável implica que não existe variação livre (como se vê numa abordagem estruturalista). Uma regra variável relaciona duas ou mais formas linguísticas de modo que, quando a regra se aplica, ocorre uma das formas e, quando não se aplica, ocorre(m) a(s) outra(s) forma(s). A aplicação ou não das regras variáveis é condicionada por fatores do contexto social e/ou linguístico.

O mesmo *você* que muitos ainda insistem em chamar de “pronomes de tratamento”, listando-o no mesmo rol de *vossa excelência* e *vossa santidade*...

uma comunidade se entenderem, se comunicarem, apesar das variações ou diversidades linguísticas. A partir desse postulado teórico, a Teoria da Variação e Mudança fornece um instrumental **metodológico** que permite analisar e sistematizar os diferentes tipos de variação linguística.

Então, mesmo que a princípio se possa pensar que heterogeneidade implica ausência de regras, a língua é dotada de heterogeneidade estruturada, portanto há regras, sim. Só que, enquanto a língua concebida como sistema homogêneo contém somente regras categóricas, ou obrigatórias, ou invariantes (i.e., que sempre se aplicam da mesma maneira por todos), a língua concebida como um sistema heterogêneo comporta, ao lado de regras categóricas, também **regras variáveis**.

Um exemplo de regra que é categórica no português é a da colocação do artigo em relação ao nome que ele determina – o artigo *sempre* aparece antes do nome; assim, dizemos *a casa*, mas nunca **casa a*. O fenômeno cujo comportamento a Sociolinguística busca desvendar são as regras variáveis da língua: as regras que permitem que, em certos momentos, em certos contextos linguísticos e sociais, falemos de uma forma, e, em outros contextos, de outra forma. O aparato teórico e metodológico da Sociolinguística surgiu, e até hoje vem sendo construído para que, com cada vez mais precisão, essa realidade até então posta de lado nos estudos linguísticos seja compreendida, levando-se em conta a influência não só dos elementos internos da língua, mas dos elementos externos a ela (o componente social mencionado acima).

2.2.2 Variedade, variação, variável, variante

Mas que tal agora abordarmos alguns exemplos reais de variação no português brasileiro e vermos como esses princípios se aplicam a uma análise concreta de dados? Aproveitaremos o ensejo para introduzir a você mais alguns conceitos básicos relacionados à pesquisa sociolinguística.

Um fenômeno variável bastante perceptível em nosso dia a dia de falantes do português é o da alternância entre os pronomes pessoais *tu* e ***você*** para a expressão da segunda pessoa do singular. Muitos de vocês já devem ter se dado conta de que” por “Talvez você já tenha se dado conta

de que, dependendo da origem de uma pessoa, ou, por vezes, do grau de formalidade com o qual ela nos trata, podemos ouvi-la se referindo a nós tanto por *tu* quanto por *você*. Se ainda não percebeu, preste atenção quando alguém de outra região do país é entrevistado na TV, ou mesmo quando você (*tu*) conversa *on-line* com os tutores de uma disciplina ou com seus colegas de curso. As formas são diferentes, mas não há dúvida de que ambas estão sendo usadas com o mesmo propósito: o de referir a segunda pessoa do singular.

O que ocorre aí nada mais é do que o fenômeno que vimos discutindo até agora: a **variação linguística**. Para um sociolinguista, o fato de em uma comunidade, ou mesmo na fala de um indivíduo, convivem tanto a forma *tu* quanto *você* não pode ser considerado marginal, acidental ou irrelevante em termos de pesquisa e de avanço de conhecimento. Como já vimos, a variação é inerente às línguas, e não compromete o bom funcionamento do sistema linguístico nem a possibilidade de comunicação entre falantes. De fato, palavras ou construções em variação, em vez de comprometerem o mútuo entendimento, são ricas em significado social, e têm o poder de comunicar a nossos interlocutores mais do que o significado representacional pelo qual “disputam”. As diferentes formas que empregamos ao falar e ao escrever dizem, de certa forma, quem somos: dão pistas a quem nos ouve ou lê sobre (i) o local de onde viemos, (ii) o quanto estamos inseridos na cultura letrada dominante de nossa sociedade, (iii) quando nascemos, (iv) com que grupo nos identificamos, entre várias outras informações.

É essa realidade, acima descrita, que o sociolinguista tenta captar, sem qualquer tipo de ideia preconcebida, tanto como linguista (acreditando, por exemplo, que a variação é mero acidente na língua, que não pode ser estudada com rigor e que o sistema a ser descrito está num plano mais abstrato que o da fala) quanto como cidadão (acreditando, por exemplo, que um falante que diz *nós vai* tem menos capacidade de pensar e de se expressar do que o falante que diz *nós vamos*).

Trata-se do que chamamos de **variação diatópica** ou **regional** e **variação estilística**, conceitos que serão trabalhados na Unidade B.

E é essa postura aberta à pesquisa e isenta de preconceitos, como veremos, uma das maiores contribuições que a Sociolinguística tem a nos trazer quando trabalhamos com o ensino de língua materna ou quando tentamos compreender (e combater) o preconceito linguístico em nossa sociedade.

Esse é o olhar sobre a língua e sobre o fenômeno da variação que um sociolinguista adota ao trabalhar com dados reais (produzidos por falantes reais, em uma comunidade real). Seu objetivo é descobrir quais os mecanismos que regulam a variação, como ela interage com os outros elementos do sistema linguístico e também da matriz social em que ocorre e como que ela pode levar à mudança na língua. Nas palavras da sociolinguista brasileira Maria Cecília Mollica (2008, p. 11),

Cabe à Sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático.

E quais são os meios pelos quais chegamos a esses objetivos? Bem, a pesquisa sociolinguística envolve etapas metodológicas bastante refinadas, com o fim de melhor colherem-se os dados que servirão como fonte das análises e de melhor tratá-los para que cheguemos a resultados e conclusões confiáveis. A Unidade D deste livro-texto será dedicada exclusivamente a isso, motivo por que suspenderemos, por ora, essa discussão.

Retomemos nosso exemplo de variação para estabelecermos uma distinção importante no que concerne à terminologia empregada nos estudos de variação: a distinção entre *variável* e *variantes*. No exemplo acima, em que mencionamos a variação entre os pronomes *tu* e *você*, comumente chamamos de **variável** o lugar na gramática em que localizamos variação, de forma mais abstrata – no caso, a variável com a qual estamos lidando é a da expressão pronominal da segunda pessoa do singular. Chamamos de **variantes** dessa variável as formas individuais que “disputam” pela expressão da variável – no caso, os pronomes *tu* e *você*.

Outro exemplo de *variável* no sistema pronominal do PB é a expressão da primeira pessoa do plural, cujas *variantes* são os pronomes *nós* e *a gente*.

Lembre-se: *variável* corresponde a um aspecto ou categoria da língua que se encontra em variação; *variantes* são as formas individuais que “concorrem” em uma variável.

Existe ainda o conceito de **variedade**, que não deve ser confundido com o de variável ou o de variante: *variedade* representa a fala de uma comunidade de modo global, considerando-se todas as suas particularidades, tanto categóricas quanto variáveis; é o mesmo que *dialeto* ou *falar*.

Em um caso de variação, as formas variantes costumam receber valores distintos pela comunidade. Trabalharemos com o significado social das variantes logo mais, mas por enquanto vale estabelecermos a diferença entre as **variantes padrão e não padrão**. As variantes padrão são, *grosso modo*, as que condizem com as prescrições dos manuais de norma padrão; já as variantes não padrão se afastam desse modelo. Mesmo que não seja a variante mais usada por uma comunidade, a variante padrão é, em geral, a variante **de prestígio**, enquanto a não padrão é muitas vezes **estigmatizada** por essa comunidade – pode haver comentários negativos à forma ou aos falantes que a empregam. Ademais, as variantes padrão tendem a ser **conservadoras**, fazendo parte do repertório linguístico da comunidade há mais tempo, ao passo que as variantes não padrão tendem a ser **inovadoras** na comunidade.

Mais um aspecto importante relacionado à variação é o fato de que esse fenômeno não está limitado a um dos níveis da gramática: encontramos variação no nível fonológico, bem como no morfológico, no sintático, no lexical e no discursivo.

No nível fonológico, note que podemos realizar certos ditongos tanto de maneira plena quanto reduzida, como em *caixa/caxa* e em *outro/otro*; no morfológico, encontramos variação, por exemplo, na marcação do infinitivo dos verbos (*andar/andá, beber/bebê* etc.); na sintaxe, encontramos variação na realização das orações relativas (*Esse é o livro de que eu gosto – Esse é o livro que eu gosto – Esse é o livro que eu gosto dele*); no discursivo, um estudo com dados de Florianópolis (VALLE, 2001) mostra o uso alternado dos marcadores discursivos *sabe?, não tem? e entende?* na variável ‘requisito de apoio discursivo’; no nível do léxico, vem logo à mente o exemplo do *aipim-mandioca-macaxeira*, com distintos traços regionais, como há vários outros. Em suma, como vimos constatando, a variação linguística não só é um fenômeno inerente às línguas naturais, mas também se manifesta em qualquer nível de análise que se tome.

Agora que já tratamos dos conceitos de variável e de variantes, e que vimos como estas se encontram em todos os níveis da gramática, passemos ao exame das “armas” de que se equipam as formas variantes de uma variável na “disputa” pela expressão de um significado: os **condicionadores linguísticos e sociais**.

Ocorrem, ainda, variáveis no que podemos chamar de *interfaces* de níveis, como o nível morfosintático e o morfofonológico. Mais sobre isso será discutido na Unidade B.

Apresentamos aqui apenas alguns exemplos, já que a Unidade B trabalhará com essa dimensão da variação linguística.

Não, eles não são produtos para o cabelo. Os condicionadores em um caso de variação são os fatores que regulam, que *condicionam* nossa escolha entre uma ou outra variante. É o controle rigoroso desses fatores que permite ao linguista sugerir em que tipo de ambiente, tanto linguístico quanto extralinguístico, uma variante tem maior probabilidade de ser escolhida em detrimento de sua(s) “rival(is)”.

Os condicionadores ajudam o analista a delimitar quais exatamente são os contextos mais propícios para a ocorrência das variantes em estudo. Eles são divididos em dois grandes grupos, em função de serem mais ligados a aspectos **internos** ao sistema linguístico ou **externos** a ele. No primeiro caso, são também chamados de condicionadores **linguísticos**; exemplos são a ordem dos constituintes, a categoria das palavras ou construções envolvidas, aspectos semânticos etc. No segundo caso, são também chamados de condicionadores **extralinguísticos** ou **sociais**; entre eles, os mais comuns são o sexo/gênero, o grau de escolaridade e a faixa etária do informante.

Condicionadores linguísticos e sociais

Os condicionares linguísticos e sociais são também tratados por **variáveis independentes** (ou **grupos de fatores**), enquanto a variável propriamente dita também pode ser tratada por **variável dependente**.

Com o controle refinado da frequência de ocorrência de formas variantes e em função dos **condicionadores linguísticos e sociais** selecionados para nossa análise, podemos traçar um quadro respaldado por resultados quantitativos precisos de quais condicionadores favorecem ou desfavorecem a ocorrência das formas em consideração.

Para que vejamos isso de modo mais claro, retomemos nosso exemplo da variação entre *tu* e *você*. Que aspectos do próprio sistema linguístico e/ou da sociedade que o emprega poderiam influenciar na escolha de uma das duas formas?

Como já adiantamos, a região de origem do falante parece ser decisiva nesse caso: há diversas regiões do país cujos falantes nativos falam apenas *você*, outras em que o *tu* é predominante e outras em que as duas formas convivem, havendo uma diferenciação no uso por outros fatores – o grau de intimidade entre os interlocutores, por exemplo. Temos aí dois condicionadores externos ao sistema linguístico, os quais, como já deve ter ficado claro, de modo algum são rejeitados em uma pesquisa sociolinguística; pelo contrário, eles são mais possibilidades disponíveis ao analista para que este desvende os mecanismos da variação.

Bem, e quanto aos fatores intrínsecos ao sistema linguístico? Que condicionadores internos poderíamos controlar em um estudo dessa variável? Um dos diversos estudos sobre a variação entre *tu* e *você* no português do Brasil, o de Lucca (2005), controlou como fatores internos, por exemplo, o tempo e o modo do verbo a que o pronome se refere e o tipo semântico do pronome, se genérico ou específico.

Pesquise!

- a) Pense um pouco em como você percebe esse caso de variação (*tu/você*) e sugira outros condicionadores linguísticos e sociais para o emprego de cada forma.
- b) Pense também em outras variáveis e sugira condicionadores relevantes para a escolha de cada variante.
- c) Compartilhe suas reflexões com os colegas!

É essa, em suma, a postura investigativa que se adota no trabalho com a Sociolinguística. Com ela, identifica-se uma variável no uso corrente da língua de uma comunidade; identificam-se, a seguir, as variantes dessa variável; a partir das hipóteses que elaboramos quanto aos fatores que possam estar em jogo no favorecimento ou desfavorecimento das variantes, prossegue-se à coleta e, posteriormente, à análise de dados, para a confirmação ou refutação de nossas hipóteses iniciais. Mas essa é somente a síntese. Como você já deve estar percebendo, uma pesquisa sociolinguística deve ir muito além disso se quiser efetivamente esclarecer um pouco mais sobre a complexa relação que há entre língua e sociedade através do estudo da variação e da mudança linguística.

A Sociolinguística assume, portanto, que existe uma forte correlação entre os mecanismos internos da língua e fatores externos a ela, tanto de uma ordem “micro”, envolvendo nosso grau de contato e de identificação com os grupos com os quais interagimos no dia a dia, quanto de uma ordem “macro”, relacionada a uma estratificação social mais ampla.

Síntese da seção:

É necessário aprender a ver a linguagem – tanto de um ponto de vista diacrônico como de um ponto de vista sincrônico – como um objeto possuidor de **heterogeneidade sistemática**. Isso significa que:

- a língua é um sistema heterogêneo, dotado de variação;
- sendo um sistema, a língua é constituída por um conjunto estruturado de regras;
- além de regras categóricas, existem regras variáveis, que são inerentes ao sistema;
- as regras variáveis podem ser mais ou menos aplicadas, dependendo do ambiente linguístico e/ou social;
- explicações para as escolhas dos falantes por uma ou outra variante linguística são buscadas pelo controle de fatores condicionadores (variáveis independentes);
- a natureza do sistema é probabilística, o que pressupõe o emprego de técnicas quantitativas para a observação das regularidades que o regem.

Nas seções a seguir, continuaremos tratando de alguns conceitos básicos da Sociolinguística Variacionista. Entram em jogo, a partir de agora, o significado social das formas variantes, os diferentes tipos de variáveis que podemos ter a partir desse significado, a (um tanto polêmica) definição de “comunidade de fala” e o modo como todo o arcabouço teórico que vimos apresentando se presta a uma questão bastante pertinente, que escapa às fronteiras da pesquisa acadêmica e lança luz sobre um problema social: a do preconceito linguístico.

2.3 Significado social das formas variantes

Prosseguimos nosso contato inicial com a Sociolinguística retomando uma questão que já foi apresentada a você há alguns semestres, na disciplina de Estudos Gramaticais. Trata-se do **valor** (ou **significado**)

social das formas variantes. Repetimos aqui o mesmo exemplo daquela disciplina, a fim de que tenhamos um ponto de partida conhecido para nossas reflexões. Considere as sentenças:

Tu vai sair?

A gente vamos sair.

Nós vai sair.

O que difere as três quanto à ocorrência de um fenômeno variável? A princípio, nada, pois em todas há manifestações do mesmo fenômeno: o da concordância variável entre verbo e sujeito. No entanto, algo parece nos dizer que elas não são totalmente idênticas na manifestação desse fenômeno: para muitos – pelo menos para muitos oriundos da região Sul do país –, as duas últimas sentenças são menos aceitáveis que a primeira, soam mais “erradas”. Isso reflete uma face da variação pela qual a Sociolinguística também se interessa: a do significado social das variantes. A concordância *tu vai*, apesar de também não fazer parte da variedade padrão do português, em certas regiões já se encontra amplamente difundida por diversas camadas socioeconômicas. Já *a gente vamos* e *nós vai* ainda se encontram fortemente associadas a grupos de falantes específicos em nossa sociedade – nomeadamente, os pertencentes a camadas com baixa renda e pouca escolaridade. Ou seja, não há nada intrínseco ao fenômeno de variação observável nos três exemplos acima que faça com que um seja “melhor” que o outro. O que distingue as sentenças é o valor atribuído a um estrato da sociedade que usa (ou que imaginamos que usa) certas construções e não outras.

Essa confusão entre fazer julgamento à língua e julgamento ao falante é um dos fatores que permitem a existência e a perpetuação do preconceito linguístico em nossa sociedade. Com o falso argumento de que uma construção é, em si, “errada”, abre-se espaço para que taxemos de ignorantes (entre outros adjetivos) os falantes que fazem uso dessa construção. Uma das contribuições da Sociolinguística é justamente a de desmascarar esse argumento: incontáveis pesquisas já confirmaram que não há nada nas formas variáveis de uma língua que permita afirmar que umas são melhores ou mais corretas do que as outras.

Segue daí, portanto, que o julgamento (ou, em termos mais claros, o preconceito) é social, e geralmente parte de cima para baixo, ou seja, das camadas dominantes econômica e culturalmente para as camadas dominadas. Dizer que tal pessoa ou tal grupo é ignorante porque fala de uma forma e não de outra é apenas mais um mecanismo de afirmação e de perpetuação desse preconceito, que se manifesta como preconceito linguístico, mas que nunca deixou de ser social.

Felizmente, não é apenas para a manutenção do preconceito linguístico que se prestam os significados sociais da variação. Vimos anteriormente que as formas da língua não veiculam apenas seu significado denotacional; elas denunciam em grande medida quem somos: a região de onde viemos, nossa idade, nossa inserção na cultura dominante (através do grau em que dominamos a variedade padrão), nossas atitudes em relação a determinados grupos... E nada mais adequado (e interessante!) que incorporar o valor do significado social de formas ao programa de estudos da Sociolinguística.

Como veremos melhor mais adiante, o prestígio ou o estigma que uma comunidade associa a uma determinada variante tem o poder de acelerar ou de barrar uma mudança na língua. Essa não é uma afirmação banal. Esperamos que ainda lhe esteja fresca na memória a breve história dos estudos linguísticos que traçamos no Capítulo 1. Até poucas décadas atrás, afirmava-se que a mudança não era passível de estudo rigoroso, que não era perceptível, e muito menos se considerava importante buscar fora do sistema possíveis explicações para esse processo. Na abordagem sociolinguística, como podemos acompanhar, o quadro é justamente o oposto.

2.3.1 Estereótipos, marcadores e indicadores

Vamos adiante com nossas reflexões. Labov reconhece que há julgamentos sociais conscientes e inconscientes sobre a língua. Com base no nível de consciência que o falante tem sobre determinada variável, o autor distingue três tipos de elementos:

- Os **estereótipos** – são traços socialmente marcados de forma consciente. Alguns estereótipos podem ser estigmatizados socialmente, o que pode conduzir à mudança linguística rápida e à extinção da forma estigmatizada. Outros estereótipos podem ter um prestígio que varia de grupo para grupo, podendo ser positivo para alguns e negativo para outros.

Exemplos de estereótipos

- O fonema /e/ átono final pronunciado como [e] (e não como [ɪ]), como em “leite quente” – forma encontrada na variedade paranaense e de parte do oeste catarinense e gaúcho;
- As consoantes /d/ e /t/ pronunciadas como [d] e [t] (e não como [dʒ] e [tʃ]) diante de [i], como em “bom dia, titia!” – formas típicas de variedades nordestinas;
- O fonema /l/ de encontros consonantais pronunciado como /r/, como em “craro, Cráudia” – forma associada a variedades rurais e/ou pouco escolarizadas e, portanto, socialmente estigmatizada, como vimos no texto de apresentação da disciplina.

Os estereótipos são comumente explorados, com certo exagero, na composição de personagens de programas humorísticos, em piadas, e mesmo em novelas e em filmes.

- Os **marcadores** – correlacionam-se às estratificações sociais e estilísticas e podem ser diagnosticados em testes subjetivos. São traços linguísticos social e estilisticamente estratificados, que podem ser diagnosticados em certos **teste de atitude/ avaliação**, embora o julgamento social seja inconsciente. Os resultados de alguns testes têm mostrado que, apesar de os falantes diagnosticarem certos usos como “feios” ou “errados”, isso não significa que não fazem uso deles. Muitas vezes, esse uso se dá inconscientemente.

Na Unidade D serão apresentados a você alguns teste de atitude/ avaliação. subjetiva.

Exemplos de marcadores

O uso alternado dos pronomes *tu* e *você*, verificado em certas regiões do Brasil, apresenta variação estilística e social: enquanto *tu* costuma ser usado para referir um interlocutor íntimo, familiar, *você* é usado como pronome de segunda pessoa quando o interlocutor é um desconhecido, ou uma pessoa mais velha; ou ainda, *tu* é usado em registros mais informais e *você* em registros mais formais. O uso desses pronomes, em geral, não é estigmatizado, mas está correlacionado a variáveis estilísticas (grau de intimidade, por exemplo) e sociais (como a faixa etária dos falantes). Trata-se, pois, de marcadores.

- Os **indicadores** – são elementos linguísticos sobre os quais haveria pouca força de avaliação, podendo haver diferenciação social de uso dessas formas correlacionada à idade, à região ou ao grupo social, mas não quanto a motivações estilísticas. Em outras palavras, indicadores são traços socialmente estratificados, mas não sujeitos à variação estilística, sem força avaliativa, com julgamentos sociais inconscientes.

Exemplos de indicadores

Entre os indicadores podemos inserir, por exemplo, a monotongação dos ditongos /ey/ e /ow/ no português falado atual, em palavras como *peixe/pexe*, *feijão/fejão*, *couve/cove*, *couro/coro* – isenta de valor social e estilístico.

Refleta!

A depender da região, uma variante pode ser interpretada tanto como marcador quanto como estereótipo. Exemplos disso são as formas *tu foi* e *vou ir*. No Rio Grande do Sul, trata-se de marcadores e não de estereótipos, pois não são estigmatizadas e marcam identidade local. Contudo, essa certamente não é a situação em outras localidades. Como essas formas são avaliadas em sua região?

A classificação de variáveis em estereótipos, marcadores e indicadores é uma ferramenta relevante para a Sociolinguística, pois nos auxilia a compreender, por exemplo, o processo da mudança linguística e da escorregadia definição de uma comunidade de fala – esta será tratada na seção 2.4 e aquela, na Unidade C.

2.3.2 A questão do preconceito linguístico

Vimos até agora como a Sociolinguística surgiu em oposição a certos princípios dos modelos hegemônicos da linguística do século XX; como, através principalmente da figura de William Labov, a regularidade da variação e da mudança linguística pôde ser comprovada, e que o estudo dessa regularidade só teria a ganhar se passassem a ser considerados fatores não só internos, mas externos à língua. Assim, a partir da inserção da Sociolinguística no quadro mais amplo de interesses da linguística, fica atestada a íntima relação que existe entre língua e sociedade. E é por causa dessa constatação – a de que o estudo da língua não pode prescindir, até certo ponto, do da sociedade – que o acúmulo em teoria e em pesquisas da Sociolinguística pode nos ajudar a compreender melhor um fenômeno social: o preconceito linguístico.

Trata-se do que já adiantamos acima: dar vida ao preconceito linguístico é julgar falantes ou grupos inteiros em uma comunidade pelas formas linguísticas que empregam (e essas formas geralmente são as que se afastam do padrão). O argumento é que há, em uma língua, construções corretas e incorretas, melhores e piores, e que os falantes que “erram” em suas escolhas ao falar e ao escrever são, conseqüentemente, também imperfeitos, pessoas que ou desprezam ou que têm dificuldade em atingir o nível em que só se empregam as construções aceitáveis/corretas. A aceitação dessa ideia, e da noção de erro no uso linguístico que está por trás dela, autoriza a exclusão social gerada pelo preconceito linguístico – uma exclusão que, em muitos casos, é bastante dura.

Entre os mitos que compõem o discurso do preconceito linguístico está o de que o português é uma língua muito difícil, mesmo para seus falantes nativos; o de que seu domínio é uma tarefa árdua, atingida apenas por poucos intelectuais, professores e escritores; o de que, por essa razão, a maioria de nós, brasileiros, não sabe português, ou o sabe de

modo parcial, incompleto e incorreto. Ora, nenhum de nós precisa ir muito longe para falsear todos esses mitos que alimentam o preconceito (e o bolso de muitos autores de obras do tipo “não erre mais”).

Releia sobre o conceito de *norma* e sobre seu papel como conteúdo do ensino de língua portuguesa no seu livro-texto de Estudos Gramaticais.

Com tudo que já foi trabalhado nesta disciplina e ao longo do curso, temos base suficiente para defender que o português não pode ser uma língua difícil para seus falantes nativos, simplesmente porque essa é a língua materna deles, e a eles deve ser creditado todo o conhecimento das regras que a compõem. O que se defende como língua, aí, é a *norma padrão* do português, aquele ideal de língua prescrito nas gramáticas e nos livros didáticos, adotado pelo ensino tradicional de língua materna e por diversos espaços na mídia. Esquecem-se esses espaços, infelizmente, da realidade heterogênea da língua, de como ela é plural o suficiente para dar conta dos mais diversos matizes semânticos, pragmáticos e sociais de nossa realidade.

Lembrando-nos do conceito de significado social dos itens da língua, podemos imaginar que, em uma sociedade estratificada em classes como a nossa, mesmo que o preconceito não fosse amparado e difundido pelo ensino e pela mídia, ainda assim, talvez houvesse algum tipo de valorização social estigmatizadora sobre as formas empregadas pelas classes mais baixas, ou por quem não teve acesso à escolarização plena. Contudo, o preconceito linguístico vigora firme e sem ser percebido como tal em nossa sociedade, e muitos passam suas vidas acreditando que, de fato, não são capazes de se expressar, que falam uma língua “toda errada” e que nunca terão acesso a alguns de seus direitos mais básicos como cidadãos, como o direito à justiça, à inclusão e à livre defesa de suas posições.

Nesse quadro, em que lugar somos colocados nós, especialistas no estudo da linguagem? Estamos em um lugar que nos permite saber o que acontece através da disseminação do preconceito linguístico e quais os mecanismos pelos quais ele se manifesta. Agora, o que podemos fazer com esse conhecimento?

Este não é um livro-texto de política; não podemos nem queremos que esta introdução à Sociolinguística se destine a qualquer tipo de militância. Entretanto, fazemos a você um convite à reflexão, principalmente neste momento em que lidamos com esta subárea dos estudos linguísticos que se detém na complexa relação entre língua e sociedade.

Para refletir!

O conhecimento que temos acumulado sobre a sistematicidade da variação nas línguas e sobre os danos ao indivíduo e a camadas inteiras de uma comunidade por conta da valoração social que recai sobre formas variantes não nos torna equipados para uma postura, como professores e como cidadãos, mais aberta à heterogeneidade da língua e, em último grau, da sociedade? De que modo isso poderia se efetivar?

2.4 As noções de comunidade de fala e de redes sociais

A Teoria da Variação e Mudança trata da estrutura e evolução da língua dentro do contexto social da **comunidade de fala**, ou seja, é nesse espaço que se dá a interação entre língua e sociedade. Logo, é a comunidade de fala, e não o indivíduo, que interessa mais ao pesquisador sociolinguista. De acordo com Labov, é na comunidade de fala que a variação e a mudança tomam lugar. Cumpre, então, tentarmos definir esse termo. Ocorre que, na busca por uma conceituação, se percebe que, por um lado, não há um consenso entre os estudiosos da área acerca do assunto; e, por outro, não se trata de uma noção fácil de ser caracterizada. Vamos nos ater, aqui, às definições de dois autores: Labov e Guy.

Segundo Labov, “uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todas as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua” (2008 [1972], p. 188). Ainda de acordo com o autor, “os membros de uma comunidade de fala compartilham um conjunto comum de padrões normativos, mesmo quando encontramos variação altamente estratificada na fala real” (LABOV, 2008 [1972], p. 225).

Das afirmações acima, depreendemos que o principal critério laboviano para definir comunidade de fala não é o uso linguístico compartilhado pelos falantes, mas suas atitudes semelhantes diante dos fatos linguísticos. Nesse caso, é preciso considerar que a uniformidade das normas compartilhadas pelo grupo ocorre quando a variável lingüís-

Essa questão do valor social das formas linguísticas, já vista nesta Unidade, será ainda retomada mais adiante, na Unidade C, quando for apresentado o princípio da **avaliação**.

tica possui marcas sociais evidentes aos falantes. Isso significa que eles devem ter consciência desses usos e ser capazes de **emitir juízos de valor** sobre as formas linguísticas variáveis. Normalmente, ao grupo de prestígio, cuja fala é dominante na escola, no trabalho, na mídia etc., são atribuídos valores positivos (ex.: a fala é “bonita”, “correta” etc.); ao grupo socialmente desprestigiado, em contrapartida, costumam ser vinculados valores negativos (ex.: a fala é “feia”, “errada” etc.).

Essa atribuição consciente de um valor social às formas da língua define algo que vimos há pouco: os estereótipos. Por isso, a essas alturas, você já deve estar se perguntando o seguinte: As normas em relação à língua que são compartilhadas pelos falantes só dizem respeito aos estereótipos? Uma comunidade de fala é delimitada com base em estereótipos? E quanto às variáveis que não são necessariamente reconhecidas pelos falantes? Essas indagações são bastante pertinentes, pois tocam num ponto relativamente frágil da noção laboviana de comunidade de fala. Bem, vimos na seção 2.3.1 que, apesar de os estereótipos serem marcados com uma valoração social consciente, os marcadores também são, de certa forma, avaliados na matriz social. Assim, podemos inferir que as normas compartilhadas pelos falantes se associam aos estereótipos e aos marcadores, os quais podem ser percebidos pelos falantes e identificados por meio de técnicas que testam a avaliação subjetiva da língua.

Considerando a uniformidade do comportamento dos falantes quanto a normas sociais em relação à língua, Labov busca uma certa homogeneidade na definição de comunidade de fala, já que ela não vai ser caracterizada pelas regras linguísticas presentes na fala dos indivíduos – as quais são altamente variáveis –, e sim pelas atitudes dos falantes em relação às regras e formas linguísticas – que são mais uniformes.

Figuroa (1994) faz uma crítica ao modelo laboviano, afirmando que a falta de uma vinculação clara entre indivíduo e comunidade de fala torna difícil a observação dos dados linguísticos, pois, embora eles sejam provenientes de falas individuais, o comportamento linguístico deve, na proposta de Labov, ser visto no grupo. De fato, na teoria laboviana, o indivíduo é um *ser estratificado*, isto é, um tipo social caracterizado por um conjunto de fatores: sexo, idade, escolaridade, profissão etc. Assim, interessa menos ao pesquisador sociolinguista se o informante que fornece os

dados é João, Maria ou José; o que interessa mais é identificar o *tipo social*: indivíduo do sexo masculino, situado na faixa etária de 26 a 40 anos, com grau de escolaridade correspondente ao Ensino Médio, nascido e residente na zona urbana da cidade tal; ou indivíduo do sexo feminino, com idade entre 15 e 25 anos, com nível de escolaridade fundamental, nascido e residente na zona rural da cidade tal. Em outras palavras, os indivíduos são identificados por pertencerem a determinadas **células sociais**.

Outras questões são suscitadas em relação ao modelo laboviano, como a seguinte: Existe um número determinado de formas linguísticas variáveis frente às quais os falantes teriam uma atitude uniforme que permite a identificação de uma comunidade de fala? Essa questão e aquelas anteriormente levantadas mostram a dificuldade que encontramos na operacionalização da noção de comunidade de fala nos moldes labovianos.

Percebendo as dificuldades ligadas a essa noção, o sociolinguista Gregory Guy parte da concepção laboviana de comunidade de fala e a amplia. Guy (2001) considera que a comunidade de fala se constitui a partir de três critérios:

- 1) Os falantes devem compartilhar traços linguísticos que sejam diferentes de outros grupos;
- 2) Devem ter uma frequência de comunicação alta entre si;
- 3) Devem ter as mesmas normas e atitudes em relação ao uso da linguagem.

Como se pode notar, apenas o terceiro critério acima coincide com a proposta de Labov. Guy amplia os elementos caracterizadores de uma comunidade de fala ao considerar também o compartilhamento de traços linguísticos identificadores de um grupo social e a frequência de comunicação entre os falantes.

Em síntese: a noção de comunidade de fala recobre tanto aspectos sociais quanto linguísticos, pois envolve atitudes/normas sociais compartilhadas pelos falantes que, por sua vez, compartilham características linguísticas que os diferem de outros grupos sociais.

Essa propriedade do modelo laboviano é central na composição de bancos de dados de fala e na metodologia da pesquisa sociolinguística. Trabalharemos mais com a estratificação da comunidade de fala na Unidade D.

Não obstante os problemas apontados no que se refere a estabelecer as fronteiras de uma comunidade de fala, essa noção tem sido utilizada nas pesquisas sociolinguísticas. Por exemplo, na cidade de Florianópolis (SC), o Projeto VARSUL dispõe de entrevistas realizadas com informantes nascidos e residentes na zona urbana de Florianópolis e também com informantes nascidos e residentes no Ribeirão da Ilha e na Barra da Lagoa – duas comunidades pesqueiras não urbanas com características sócio-históricas e geográficas diferenciadas. Nesse caso, dispomos de dados linguísticos de três comunidades de fala em Florianópolis. Por outro lado, se tomarmos amostras de fala de indivíduos de Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS), também estaremos comparando três comunidades de fala, só que dessa vez correspondentes às capitais da região Sul do Brasil; e assim por diante.

A pesquisa de campo sobre a fala das comunidades traz importantes contribuições para a descrição do português brasileiro, pois podemos ir compondo o mosaico que representa os diferentes falares à medida que novas pesquisas vão sendo feitas nas diferentes regiões.

Vimos acima que um dos critérios considerados por Guy é a frequência de comunicação (alta ou baixa) entre os falantes. Esse critério remete à ideia de **redes sociais**, noção que apresentamos a seguir, tomando como referência os trabalhos de [Milroy](#).

Redes sociais são redes de relacionamento dos indivíduos estabelecidas na vida cotidiana. Essas redes variam de um indivíduo para outro e são constituídas por ligações de diferentes tipos, envolvendo graus de parentesco, amizade, ocupação (ambiente de trabalho) etc. Quanto maior o número de pessoas que se conhecem umas às outras numa certa rede, mais alta será a densidade dessa rede; quanto menor o número de pessoas, mais baixa será a densidade da rede. Os indivíduos que se relacionam entre si em diversas situações (ex.: parentes e vizinhos, parceiros no trabalho e no lazer) estabelecem redes *multiplexas*; já os indivíduos que se relacionam de uma única maneira estabelecem redes *uniplexas*.

A noção de redes tem sua origem na área da antropologia social, sendo dependente das estruturas social, econômica e política mais amplas. Uma análise sociolinguística baseada em redes sociais procura captar a dinâmica dos comportamentos interacionais dos falantes. Pesquisas

Lesley Milroy é uma sociolinguista americana que se interessa por aspectos dialetológicos e ideológicos de variedades urbanas e rurais, com ênfase na noção de redes sociais.

apontam que redes de alta densidade e multiplexas tendem a manter seu dialeto e a se mostrar resistentes à influência de valores externos, em razão dos fortes laços de solidariedade existentes entre os indivíduos e da identificação dos mesmos com os valores sociais do grupo. Assim, as redes sociais densas são vistas como fatores conservadores fortes, freando a mudança linguística. O contrário ocorre com as redes sociais frouxas.

À ideia de rede social se associam também os conceitos de *localismo* e *mobilidade*. O localismo tem a ver com o sentimento do indivíduo em relação ao local em que vive: ele o valoriza socialmente, demonstrando um sentimento de “pertencer” àquele lugar, reforçando valores culturais e linguísticos da comunidade. Já a mobilidade diz respeito ao grau de deslocamento dos indivíduos a partir de seu local de origem. Quanto maior for a mobilidade, mais os indivíduos estarão sujeitos a adotar valores de outros grupos.

A utilização de redes sociais possibilita o estudo de pequenos grupos sociais, como grupos étnicos minoritários, migrantes, populações rurais etc., favorecendo a identificação das dinâmicas sociais que motivam a mudança linguística.

Labov também reconhece a importância de se trabalhar com redes sociais, salientando aspectos da metodologia utilizada: realização de várias entrevistas individuais, participação do pesquisador na esfera social do grupo e perguntas individuais sobre as redes sociais de relações desses falantes. Segundo o autor, “estudos de pessoas inseridas em sua rede social nos permitem gravá-las conversando com quem elas geralmente falam – amigos, família e colegas de trabalho” (LABOV, 2001, p. 326). Esse tipo de pesquisa oferece resultados bastante relevantes para se identificarem as causas e o mecanismo social da mudança linguística, especialmente quanto ao papel dos líderes da mudança – pessoas que ocupam o centro de suas respectivas redes sociais e que seriam o veículo de expansão de características dessas redes para outros locais. Além disso, permite a observação de dados linguísticos mais “naturais” do que aqueles obtidos numa interação entrevistador-entrevistado – metodologia que conheceremos na Unidade D.

Tanto o trabalho com comunidades de fala como o trabalho com redes sociais apresentam algumas limitações. O primeiro, por descon-

siderar o indivíduo, priorizando o tipo social estratificado; o segundo, pela dificuldade em se levantar e sistematizar todos os grupos de interação em uma comunidade, além de contemplar um número reduzido de indivíduos. O ideal, em termos de metodologia de pesquisa, seria unir as duas abordagens, considerando tanto as estratificações vinculadas à origem e à classe social (sexo, idade, escolaridade, etnia, profissão) como as redes sociais a que os indivíduos escolhem pertencer, as quais operam como mecanismos normatizadores.

Antes de concluirmos esta seção, convém mencionar ainda, brevemente, a noção de **comunidades de prática**: “um conjunto de indivíduos negociando e aprendendo práticas que contribuem para a satisfação de um objetivo comum” (MEYERHOFF, 2004, p. 530). Exemplificando: reuniões de pais e professores, rotinas familiares e escolares, comunidades de *hackers*, entrevistas médicas, comunidades de pescadores etc. As comunidades de prática dizem respeito a práticas sociais compartilhadas por indivíduos que se reúnem regularmente em torno de uma meta comum, e envolvem desde crenças e valores compartilhados até formas de realizar certas atividades e de falar.

Eckert (2000) propõe o estudo da variação centrado nas comunidades de prática, pois nelas as variantes linguísticas assumiriam significação social, havendo relação direta entre língua e identidade. Nesse contexto, os estilos individuais, como marcas de identidades sociais, ocupariam um lugar central no estudo da variação linguística. Esse enfoque se aproxima do de redes sociais (ambos de nível micro e mais qualitativo) em oposição ao de comunidades de fala (de nível macro e predominantemente quantitativo).

Fechando a Unidade A

Como fechamento de nossa primeira Unidade de estudos, nada melhor do que continuarmos a pensar sobre questões de linguagem e ensino de língua portuguesa, considerando tudo o que estudamos até aqui. Deixamos a você dois excertos para reflexão: o primeiro foi extraído dos *Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Língua Portuguesa* (1997); o segundo, do livro *Preconceito linguístico: o que é, como se faz* (2004), de Marcos Bagno.

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. [...] A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. (BRASIL, 1997, p. 26).

[...] a primeira campanha a ser feita, por todos na sociedade, é a favor da mudança de atitude. Cada um de nós, professor ou não, precisa elevar o grau da própria auto-estima lingüística: recusar com veemência os velhos argumentos que visem menosprezar o saber linguístico individual de cada um de nós. Temos de nos impor como falantes competentes de nossa língua materna. Parar de acreditar que “brasileiro não sabe português”, que “português é muito difícil”, que os habitantes da zona rural ou das classes sociais mais baixas “falam tudo errado”. Acionar nosso senso crítico toda vez que nos depararmos com um comando paragramatical e saber filtrar as informações realmente úteis, deixando de lado (e denunciando, de preferência) as informações preconceituosas, autoritárias e intolerantes. (BAGNO, 2004, p. 115).

Bagno entende por comandos paragramaticais “todo esse arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e de televisão, colunas de jornal e de revista, CD-ROMS, ‘consultórios gramaticais’ por telefone e por aí afora” (BAGNO, 2004, p. 76) que perpetuam os mitos do preconceito linguístico.

 **Leia mais!**

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Marcos Bagno é atualmente um dos autores de mais destaque no Brasil na discussão do preconceito linguístico. Neste livro, ele discute com uma postura bastante crítica alguns dos mitos que povoam o senso comum quanto à língua em nosso país e sugere caminhos para que quebreemos, seja como pesquisadores, professores ou cidadãos comuns, o círculo vicioso composto pelo ensino tradicional, pelas gramáticas tradicionais e pelos livros didáticos que ajuda a perpetuar esse tipo de discriminação.

Unidade B

As dimensões interna e externa da
variação linguística



Objetivos desta Unidade:

- Identificar os diferentes níveis de variação linguística em sua dimensão interna;
- Reconhecer diferentes tipos de variação linguística motivados por fatores externos à língua;
- Identificar fenômenos em variação no PB, nas dimensões interna e externa.

Nesta Unidade, abordamos as dimensões interna e externa da variação linguística em dois capítulos. Em primeiro lugar, apresentamos os diferentes níveis linguísticos em variação, desde lexicais e fonológicos até sintáticos e discursivos. Apontamos também alguns trabalhos em variação e certos condicionadores internos e externos que inibem ou favorecem o uso de uma ou outra forma linguística (ou variante). Em seguida, verticalizamos o foco para a dimensão externa, trazendo exemplos de condicionadores não linguísticos e sua correlação com os aspectos internos da língua.

3 A dimensão interna: níveis de variação linguística

Para falar sobre a dimensão interna da variação linguística, retomamos, inicialmente, a discussão que você já viu na Unidade A sobre **variável linguística** e **variantes**. Na variável ‘expressão da primeira pessoa do plural’, temos no português do Brasil duas variantes: os pronomes *nós* e *a gente*. Essas variantes são alternativas de se dizer a **mesma coisa**, ou seja, oferecem a mesma informação referencial. As duas formas estão disponíveis no sistema pronominal do português do Brasil e são largamente usadas em nossa sociedade. Alguns falantes podem usar as duas, marcando-as estilisticamente; outros podem usar apenas a mais antiga (*nós*) por causa de alguma restrição social, como faixa etária, por exemplo, mas todos os falantes têm a habilidade de interpretar as duas formas e entender o significado da escolha de uma forma em vez de outra.

O caráter heterogêneo do sistema linguístico é produto, portanto, de duas ou mais formas em variação – duas ou mais variantes – que se alternam de acordo com condicionadores internos (linguísticos) e externos (extralinguísticos) que motivam ou restringem a variação. Como já dissemos anteriormente, não se trata de um caos linguístico. Há regras que regem a variação.

Neste capítulo tratamos da variação nos diferentes **níveis linguísticos**:

- Variação lexical;
- Variação fonológica;
- Variação morfofonológica, morfológica e morfossintática;
- Variação sintática;
- Variação e discurso.

Antes de começarmos a discutir cada um dos níveis, é bom lembrar que a variação lexical constitui o campo predileto de estudos geolinguísticos e, a fonologia, o campo predileto da pesquisa sociolinguística.

Sugerimos que você retome o livro-texto da disciplina Estudos Gramaticais e relembre os diferentes níveis de descrição gramatical que já foram explorados lá. Além disso, reveja os conteúdos das disciplinas de Fonologia, Morfologia e Sintaxe, pois eles serão acionados neste capítulo.

Vamos iniciar este capítulo com uma breve retrospectiva sobre os estudos variacionistas clássicos, de variação fonológica, que abriram caminho para que o campo de investigação se ampliasse para o estudo dos diferentes níveis gramaticais, indo da fonologia à sintaxe e da sintaxe ao discurso.

3.1 Contextualizando...

Foi no campo da fonética/fonologia que os estudos variacionistas começaram na década de 1960, com os trabalhos de Labov em Martha's Vineyard, no estado de Massachusetts, e em três lojas de departamento de Nova Iorque. Os fenômenos investigados foram 'a pronúncia da primeira vogal dos ditongos /ay/ e /aw/' e 'a realização do /r/ pós-vocálico', respectivamente. Os resultados do primeiro estudo apontam para uma tendência dos moradores de Martha's a centralizar a primeira vogal dos ditongos investigados, diferentemente da pronúncia padrão de Nova Inglaterra (região nordeste dos Estados Unidos, onde se localiza o estado de Massachusetts). No segundo estudo, a tendência encontrada vai na direção da fala de prestígio dos nova-iorquinos, uma tendência à pronúncia retroflexa do /r/, diferentemente da forma conservadora da década de 1930. Em ambos os estudos, fatores extralinguísticos é que se revelaram significativos. A diferença de uso está relacionada ao **significado social e/ou estilístico**.

No capítulo 4, faremos uma resenha dos dois trabalhos de Labov, considerando, em especial, essa correlação.

Calvet (2002) diz que a maioria dos estudos de variação incide sobre os sons da língua porque as variações nesse nível são ao mesmo tempo mais evidentes e mais fáceis de descrever. Afinal, os fonemas são unidades mínimas distintivas, não dotadas de significação.

Só a partir da década de 1970 é que alguns estudos de variação se voltam a campos diferentes do da fonologia. E, junto deles, surgem muitos questionamentos e dúvidas sobre a aplicabilidade da Teoria da Variação e Mudança e, mais amplamente, de técnicas quantitativas para o estudo de fenômenos fora do campo da fonologia. A transferência dos métodos de análise para além do nível fonológico coloca problemas com relação ao requisito de ter mesmo significado. Lembre-se (cf. Unidade A) que há dois requisitos para que as formas linguísticas sejam consideradas variantes de uma mesma variável: (i) devem ter o mesmo significado e (ii) devem ser intercambiáveis no mesmo contexto.

Sobre uma possível ampliação dos níveis de análise, merece destaque a polêmica discussão travada por Lavandera (1977) e Labov (1978). Vamos explicar essa polêmica mais detalhadamente a você.

O primeiro trabalho de variação sintática de que se tem notícia é de Weiner e Labov (1983 [1977]). Os autores realizaram uma pesquisa quantitativa sobre as construções ativas e passivas do inglês, testando fatores externos (estilo, sexo, classe, etnia, idade) e fatores internos (*status* informacional, paralelismo estrutural). A variável investigada era constituída das seguintes variantes: *construção passiva sem agente e construção ativa com pronome sujeito genérico*. Ao analisarem seus resultados, verificaram que a escolha de uma variante ou de outra não era socialmente motivada, e que as formas alternantes mostravam-se condicionadas apenas sintaticamente. Isso significaria dizer que a explicação da variação e (possível) mudança passa, nesse caso, a ser somente de ordem interna, relativa ao funcionamento da gramática.

Você pode imaginar o impacto causado por esses resultados no âmbito das pesquisas sociolinguísticas? Note que nos estudos sobre variáveis fonológicas, mencionados anteriormente, os fatores extralinguísticos é que se revelaram significativos – aqueles trabalhos apontaram uma correlação sistemática entre o uso variável e a estratificação social, correlação essa que era justamente o que a proposta teórica de Labov pretendia evidenciar. Pois bem, os questionamentos começaram...

Lavandera (1977) põe em xeque o trabalho de Weiner e Labov, levantando argumentos desfavoráveis ao fato (i) de se estender o estudo variacionista para além do nível fonológico e (ii) de fatores sociais e estilísticos não se mostrarem relevantes. Para a autora, casos como o da ativa/passiva **não** deveriam ser caracterizados como **variação sociolinguística**, já que não se mostram socialmente condicionados.

Quanto a (i), Lavandera (1977) argumenta que, para além do nível fonológico, cada forma tem um significado. Logo, se cada construção tem seu próprio significado, como é possível, indaga a autora, que haja variação, se por variação entendemos duas (ou mais) maneiras de dizer a mesma coisa? A questão que se levanta é polêmica: o que seria ter o **mesmo significado** dada a inexistência de sinonímia absoluta nas línguas humanas?

Em resposta ao duplo questionamento de Lavandera, Labov (1978):

- alarga a noção de variável linguística para *dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas e que têm o mesmo valor de verdade* (entendendo “estado de coisas” como significado representacional), relativizando assim a noção de “mesmo significado”;
- deixa claro, em relação à variável sociolinguística, que ao realizarmos estudos sociolinguísticos não estamos somente preocupados em verificar a relevância dos fatores sociais, mas, antes disso, objetivamos obter um retrato da estrutura gramatical da língua.

Para o autor, o valor da análise da variação em sintaxe está em ser um indicador dos processos gramaticais subjacentes, isto é, um indicador das restrições que inibem ou favorecem o uso de uma ou de outra variante, um indicador que também possa predizer mudanças no sistema.

Ainda segundo o autor, ao fazermos um estudo de variação sintática, temos de isolar o contexto onde a variação relevante é encontrada e, gradualmente, isolar aqueles casos em que a mesma forma tem funções linguísticas diferentes, em que há neutralização da variação e em que há comportamento categórico.

O resultado do debate foi positivo, uma vez que abriu caminho não só para estudos de variação sintática, como também de variação discursiva. Muitos pesquisadores entenderam que a quantificação de fenômenos sintáticos e discursivos pode, além de nos fornecer bons indicadores da relevância de diversos grupos de fatores, ser um instrumental útil inclusive para verificar a ausência de variação.

3.2 A variação interna

Esta seção se destina a apresentar exemplos e resultados de alguns trabalhos que investigaram fenômenos variáveis do PB nos diferentes níveis gramaticais, o que será feito logo após a discussão sobre variação lexical.

3.2.1 Variação lexical

No campo da variação lexical, as maiores contribuições têm sido oferecidas a partir de estudos geolinguísticos de diferentes regiões do Brasil. Esses estudos, desde os trabalhos pioneiros do filólogo **Antenor Nascentes**, têm como propósito a elaboração de um “Atlas Linguístico do Brasil”, com o mapeamento das diferentes áreas linguísticas do português brasileiro. O autor dividiu o “falar brasileiro” em seis “subfalares”, reunidos em dois grandes grupos: “falar do norte” e “falar do sul”. Desde então, vários pesquisadores se dedicaram a estudos geolinguísticos para testar empiricamente as hipóteses de Nascentes. Alguns desses estudos, como os de Cardoso (1986, 1996 *apud* ROCHA, 2008) sobre o Nordeste, têm apontado fortes coincidências de resultados com as linhas traçadas por Nascentes.

No caso da região Sul, Koch (2000 *apud* Rocha, 2008) salienta que ela tem uma pluralidade social, cultural e geofísica rara, que lhe confere um *status* particular no estudo do PB. Dentre os achados de sua pesquisa, destacam-se quatro fatores como principais determinantes externos das variantes do português falado nessa região: 1) a presença de açorianos no leste de Santa Catarina; 2) a existência de fronteiras políticas com países de fala hispânica no extremo sul e o contato português-espanhol derivado dessa situação; 3) o contato entre paulistas e gaúchos em dois fluxos migratórios opostos e o papel das rotas dos tropeiros paulistas no comércio do gado; e 4) a existência de áreas bilíngues expressivas, originadas da instalação, nas (antigas) zonas de floresta, de imigrantes europeus não lusos a partir do século XX.

A coleta de dados para a formação dos atlas é feita, em geral, a partir de respostas a Questionários Semânticos Lexicais (QSL). Os questionários são compostos de perguntas distribuídas em campos semânticos diferentes. A divisão dos QSL em campos semânticos distintos é uma tentativa de captar a **diversidade lexical** de cada microrregião dos estados do Brasil, tendo em vista fatores históricos de colonização e particularidades relativas aos diversos campos da atividade humana (economia, política, trabalho, cultura etc.). Está aí, na empiria, uma grande diferença entre a geolinguística e a sociolinguística – aquela pautada basicamente em questionários lexicais e esta, especialmente, em coletas de entrevistas individuais.

Nesta última década, estudos que unem a metodologia da geolinguística e a da sociolinguística, chamados de *geossociolinguísticos*, têm sido bastante comuns, tanto para dar conta de fenômenos lexicais, como de fenômenos fonológicos, morfofonológicos e morfossintáticos em variação.

O interesse do filólogo **Antenor Nascentes** por questões dialetológicas pode ser observado na obra *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, cujas edições datam de 1958 e 1961.

A metodologia de coleta de entrevistas sociolinguísticas será mostrada na Unidade D.

É certo que, quando se fala em variação linguística, os exemplos que costumam vir primeiro à mente dizem respeito ao vocabulário (léxico), quase sempre associados à **variação regional** ou **diatópica**. A mesma realidade é representada, conforme a região, por palavras diferentes. Mas há também usos variados conforme a situação – mais formal ou menos formal – em que se está falando, associados, portanto, à **variação estilística ou diafásica**. Listamos, abaixo, alguns casos de variação no nível lexical:

Variação regional ou diatópica e variação estilística ou diafásica são temas do Capítulo 4, tratados nesta mesma Unidade.

1) Campo da alimentação:

- abóbora, jerimum;
- bergamota (ou vergamota), tangerina, laranja-cravo, mimosa;
- mandioca, aipim, macaxeira;
- pão francês, pão de trigo, cacetinho;
- polenta, angu.

2) Outros campos:

- banheiro, toaleta, w.c.;
- coisa, troço, trem;
- estojo, penal;
- mulher, dona, senhora;
- negócio, venda;
- pandorga, pipa, papagaio;
- vaso, bacio, privada, casinha.

Vale ressaltar que, na classificação dos dialetos em geral, os aspectos lexicais são menos sistematizáveis do que os fonético-fonológicos, morfológicos ou sintáticos, visto que esses últimos são condicionados por fatores internos, além dos externos, enquanto os lexicais estão intimamente ligados a fatores extralinguísticos, de caráter cultural, sobretudo etnográficos e históricos.

O que a análise da distribuição geográfica de formas lexicais tem permitido, portanto, é a delimitação de áreas lexicais, ou seja, de zonas de um território que se caracterizam por nelas existirem vocábulos que não ocorrem noutras zonas. Lindley Cintra (1962), em seu artigo *Áreas lexicais no território português*, citando Herculano de Carvalho (1953), diz que esses elementos do vocabulário seguem “o seu próprio destino regional, agrupando-se em áreas bem definidas, que se interpenetram, se deslocam e se recobrem mutuamente, seguindo correntes culturais de direcção igualmente definidas” (CINTRA, 1962 *apud* SARAMAGO; GONÇALVES, [20-?], p. 2).

3.2.2 Variação fonológica

Vários estudos de Sociolinguística atestam variação fonológica em diversos fenômenos do português do Brasil. Para exemplificar esse tipo de variação, começamos retomando nossa conhecida piada sobre o político assistindo TV:

Domingo à tarde, o político vê um programa de TV. Um assessor passa por ele e pergunta:

— *Firme?*

O político responde:

— *Não, Sírvio Santos.*

Como já comentamos na Apresentação deste livro-texto, há uma troca do fonema /l/ pelo /r/ nas palavras ‘filme’ e ‘Sílvio’, constituindo-se um caso de variação fonológica. Esse fenômeno de troca de /l/ por /r/ se chama **rotacismo**. Existe uma explicação histórica para a troca de /l/ por /r/. Observe os exemplos de evolução do latim para o português: *ecclesia* > igreja; *plaga* > praia; *esclavu* > escravo. Esse fenômeno linguístico é bastante comum no português brasileiro.

Comunicação apresentada no Primeiro Congresso de Dialectologia e Etnografia (Porto Alegre, 1958), in: *Boletim de Filologia* (Lisboa), XX, (1961), 1962, p. 273-307 (Sep. Lisboa 1962, 35 p.). Reeditado em *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, p. 55-94.

A esses processos de transformação por que passou a língua chamamos **metaplasmos**.

Vamos pensar em outros exemplos que apresentam variação entre /l/ e /r/?

Grupo 1: carda (por 'calda'), sorda (por 'solda'), arto (por 'alto')...

Grupo 2: brusa (por 'blusa'), framengo (por 'flamengo'), grobo (por 'globo'), pranta (por 'planta')...

Desafio:

- a) Descubra o critério utilizado para a distribuição dessas palavras em dois grupos;
- b) Continue a levantar dados para cada um dos grupos;
- c) Tente formular uma hipótese sobre a frequência de variação desses grupos: onde ocorre mais alternância de /l/ por /r/ em português, em palavras do grupo 1 ou do grupo 2? Justifique sua hipótese;
- d) Compartilhe suas reflexões com os colegas!

Outro caso de variação fonológica bastante comum no PB é a troca de <lh> por <i>, fenômeno chamado de **despalatalização**, ou seja, perda de palatalização (<lh> passa para <l>: *palha* > *palia*), seguido de **iota-cismo** (evolução de um som para a vogal /i/, ou para a semivogal correspondente: *palia* > *paia*). Observe os dados: *paia* (por 'palhá'), *muié* (por 'mulher'), *veia* (por 'velha'), *foia* (por 'folhá'), *trabaio* (por 'trabalho') e assim por diante. Existe uma aproximação entre os pontos de articulação da palatal /l/ e da semivogal /y/, o que justifica linguisticamente essa variação. Em determinados contextos, portanto, por facilidade ou relaxamento de articulação, o traço palatal passa a ser articulado como alveolar ou como iode.

Ainda no âmbito da variação fonológica, encontramos:

- **Síncope:** supressão de fonema no interior da palavra. Há uma tendência de as proparoxítonas se igualarem às paroxítonas, que são muito mais frequentes no português. Um passeio diacrônico vai nos mostrar casos de evolução do latim para o português como: *digitu* > dedo; *insula* > ilha; *paupere* > pobre; *littera* > letra; *frigidu* > frio – o que evidencia que a passagem de proparoxítona para paroxítona é um fenômeno regular na história do português. Atualmente, nossa língua apresenta ainda outros casos: *relampo* (por ‘relâmpago’), *fosfro* (por ‘fósforo’), *abobra* (por ‘abóbora’), *arvre* (por ‘árvore’), *figo* (por ‘fígado’) etc.;
- **Monotongaço:** transformação ou redução de um ditongo em uma vogal: (i) do ditongo /ow/ para /o/: *poco* (por ‘pouco’), *ropa* (por ‘roupa’), *cenora* (por ‘cenoura’) etc.; (ii) do ditongo /ey/ para /e/: *peixe* (por ‘peixe’), *bejo* (por ‘beijo’), *brasileiro* (por ‘brasileiro’), *quejo* (por ‘queijo’) etc.; e (iii) do ditongo /ay/ para /a/: *caxa* (por ‘caixa’) etc.;
- **Alçamento das vogais médias:** elevação das vogais pré-tônicas por influência de uma vogal em sílaba subsequente. É o caso, por exemplo, de *minino* (por ‘menino’), *curuja* (por ‘coruja’), *piru* (por ‘peru’), *tisoura* (por ‘tesoura’), *subrinho* (por ‘sobrinho’) etc.;
- **Epêntese vocálica:** emissão de uma vogal entre consoantes, não representada na escrita formal: *obiter* (por ‘obter’), *pineu* ou *peneu* (por ‘pneu’), *adivogado* ou *adevogado* (por ‘advogado’), *rí-timo* (por ‘ritmo’) etc.;
- **Vocalização:** transformação de consoante (lateral) em vogal: *Brasiu* (por ‘Brasil’), *méu* (por ‘mel’), *tau* (por ‘tal’) etc.;
- **Desnasalização** (de vogais postônicas): transformação de um fonema nasal em oral: *home* (por ‘homem’), *bagage* (por ‘bagagem’), *onte* (por ‘ontem’), *viage* (por ‘viagem’) etc.;

- **Palatalização:** transformação de um ou mais fonemas em um fonema palatal: (i) de <ni> e de para <nh> ou <lh>, como em *demonho* (por 'demônio'), *familha* (por 'família'); de /s/ para [ʃ], como em *pa[ʃ]ta* (por 'pa[s]ta'); (ii), de /t/ para /tʃ/, como em /tʃ/ia (por 'tia') etc.;
- **Assimilação:** aproximação total ou parcial de fonemas devido à influência de um sobre o outro: (i) do /d/ pelo /n/ (com queda do /d/), como em *cantano* (por 'cantando'), *correno* (por 'correndo'), *sorrino* (por 'sorrindo'); (ii) do /t/ pelo /s/: *esse* (por 'este'), *fosse* (por 'foste') etc.

Como você pode observar, são muitos os tipos de variação fonológica no PB. Além desses mostrados acima, há muitos outros. E o mais interessante de tudo é que esses fenômenos, comuns nas línguas humanas, também nos ajudam a explicar a mudança fonética que se processou do latim às línguas vulgares, entre elas, o português. A língua portuguesa, desde o latim, passou por diversos processos de transformação fonética, até resultar na língua que hoje conhecemos. Dois desses processos você viu anteriormente com os exemplos de rotacismo e síncope.

Investigue!

- a) Procure levantar outros casos de variação fonológica diferentes desses listados acima, e descubra critérios para classificá-los. Fique atento(a) à fala das pessoas a sua volta...
- b) Compartilhe seus achados com os colegas!

Alguns desses fenômenos foram mapeados em diferentes regiões do Brasil. Vamos notar que a ocorrência das variantes de uma variável fonológica pode estar correlacionada a pressões fonológicas ou a pressões morfológicas (além de pressões externas). Para entendermos como se dá esse processo, tomemos como exemplo dois fenômenos linguísticos em variação: a monotongação de ditongos decrescentes e o apagamento da vibrante pós-vocálica.

Sobre a monotongação dos ditongos decrescentes /ow/ para /o/, /ey/ para /e/ e /ay/ para /a/, Cabreira (2000), Paiva (2003) e Silva (2004) mostram os seguintes resultados:

- Uma tendência em todo o Brasil à queda da semivogal /w/ em ditongos /ow/, como padrão de uso, **sem** distinção de contexto fonológico seguinte, de posição do fonema na palavra ou de categoria de palavra, como em *poco* por ‘pouco’, *vô* por ‘vou’ e *cenora* por ‘cenoura’, por exemplo;
- Uma queda da semivogal /y/, mais restritiva em ditongos /ey/ e /ay/, condicionada, principalmente, quando o contexto seguinte é uma consoante palatal, /j/, como em *pe[j]e* por ‘peixe’ e *ka[j]a*, por ‘caixa’, por exemplo.

A monotongação dos ditongos /ey/ e /ay/ é, portanto, condicionada por pressões fonético-fonológicas, como o contexto seguinte.

Quanto à queda do /r/, Monaretto (2000; 2002) atesta um mesmo padrão de comportamento na fala de diferentes regiões, com uma tendência à queda do /r/ mais acentuada em verbos no infinitivo, como em *andá* (por ‘andar’), *vendê* (por ‘vender’), *parti* (por ‘partir’), enquanto em nomes o apagamento desse fonema é pouco frequente (*revolve* por ‘revólver’). Nesse caso, a queda do /r/ é condicionada por fatores de natureza morfológica, como ‘classe de palavras’, e se reflete na diferença de uso entre um /r/ morfêmico ou apenas fonêmico – um caso, portanto, de interface (essa questão será retomada na próxima seção).

Pesquise!

- Há diversos trabalhos de variação fonológica no PB. Além dos ilustrados acima, outros artigos compõem as coletâneas organizadas por Leda Bisol (1991) e Dermeval da Hora (1997; 2004). Tente ler pelo menos um desses artigos.
- Qual foi o fenômeno fonológico em variação tratado no artigo que você leu? Quais os condicionadores internos e externos que se mostraram mais significativos?
- Troque textos e informações com os colegas. Seja um(a) investigador(a)!

3.2.3 Variação morfofonológica, morfológica e morfossintática

Vamos começar esta seção recordando a definição de morfema: *unidade mínima significativa*. Vamos considerar como variação morfológica aquela alteração que ocorre num morfema da palavra. Parece fácil, não é? Vamos examinar alguns dados?

Retomemos o caso do gerúndio apresentado na seção anterior: *cantano* (por ‘cantando’), *correno* (por ‘correndo’), *sorrino* (por ‘sorrindo’). Sabemos que **-ndo** é o morfema verbal que representa o gerúndio. Nos três exemplos acima, esse morfema sofre uma redução para **-no**, com a queda do fonema /d/. E agora: será um caso de variação fonológica ou morfológica?

A mesma indagação pode ser feita em relação às seguintes situações, em variação, muito frequentes no português do Brasil:

- (i) *andá* (por ‘andar’), *vendê* (por ‘vender’), *parti* (por ‘partir’);
- (ii) eles *anda* (por eles ‘andam’), eles *vendi* (por eles ‘vendem’), eles *parti* (por eles ‘partem’);
- (iii) tu *anda* (por tu ‘andas’), tu *vende* (por tu ‘vendes’), tu *parte* (por tu ‘partes’);
- (iv) você *anda* (por ‘tu anda(s)’) e a gente *anda* (por ‘nós anda(mos)’).

Em (i), temos a supressão de **-r**, marca de infinitivo nos verbos. Trata-se, pois, de um morfema verbal. Nesse caso, temos claramente a falta do morfema de infinitivo nas realizações *andá*, *vendê* e *parti*. Podemos concluir que há uma coincidência: **-r** representa um fonema e também um morfema nesses dados. Já em *revolve* (por ‘revólver’), por exemplo, a queda do **-r** é um fato apenas fonológico, pois **-r** não é um morfema e sim parte do radical da palavra.

Em (ii), a não realização de **-m**, uma desinência verbal que indica terceira pessoa do plural, representa uma alternância morfêmica. Já em casos como *homi* (por ‘homem’), *viagi* (por ‘viagem’), o **-m** é só um fonema. Nas duas situações, porém, um fonema deixou de ser pronunciado.

Em (iii), a não realização de *-s* é uma alternância morfológica, pois *-s* é um morfema que representa a segunda pessoa do discurso nos três verbos. Em casos como *andamo*, *vendemo*, *partimo* (por ‘andamos’, ‘vendemos’, ‘partimos’), a desinência verbal que indica primeira pessoa do plural é *-mos*. Houve queda de *-s*, restando a marca *-mo*. Apenas o fonema deixou de ser pronunciado. O mesmo acontece em palavras como *lápi* (por ‘lápiz’) ou em *doi* (por ‘dois’), por exemplo: a queda do *-s* é apenas fonológica.

O que podemos observar é que a variação parece atingir um morfema e depois um fonema ou um fonema e depois um morfema. Quando está só no âmbito do fonema temos uma variação fonológica, mas quando vai também para o âmbito do morfema, que variação encontramos aí? Morfológica? Talvez fosse mais interessante dizer que, nesses casos, o que temos é uma variação morfofonológica – uma vez que os morfemas que caem são também fonemas. É um caso, portanto, de interface.

Mas quando dizemos que a concordância com a segunda pessoa do singular em *tu anda* e a concordância com a terceira pessoa do plural em *eles anda* é dada na relação que se estabelece entre pronome e verbo – é o pronome que carrega o significado de pessoa do verbo – já saímos do campo da morfologia e vamos para o campo da sintaxe, ou melhor dizendo, da morfossintaxe.

Entretanto, quando nossa variável estudada é a alternância entre os pronomes *tu* e *você* ou *nós* e *a gente*, por exemplo, temos um caso de variação morfológica e **não** um caso de interface. Afinal, é uma alternância de forma pronominal, apenas.

E o que acontece com exemplos em variação como:

(v) *As menina bonita* (por ‘As meninas bonitas’)?

A ideia de pluralidade em *As menina bonita* só pode ser dada na relação entre a primeira e as outras palavras do sintagma nominal. Observe que essa marcação é **sistemática**: a marca de plural, o fonema /s/, é apagada sempre da direita para a esquerda em um sintagma nominal, e não o contrário. Dificilmente um falante nativo do português produzirá algo como ‘a menina bonitas’ ou ‘a meninas bonitas’. O que temos aí é uma variação no campo da morfossintaxe. É mais um caso de interface.

Como temos visto, a busca por sistematicidade naquilo que costuma ser chamado de “erro” é uma das preocupações da Sociolinguística.

Refleta!

a) Nos casos em que ocorre:

–ndo > –no (andando > *andano*)

–mos > –mo (andamos > *andamos*)

A variação é fonológica ou morfológica?

b) Justifique sua resposta.

Note-se, pois, que a variação morfológica é, em sua maioria, um caso de variação morfofonológica ou morfossintática. Ressaltamos nessa interface os muitos trabalhos de Maria Marta Scherre e de Anthony Naro sobre a variação na concordância nominal e verbal, com dados do Sudeste. E, com dados da região Sul, destacamos os trabalhos de Monguilhott (2001; 2009) sobre a concordância verbal de terceira pessoa do plural; de Loregian (1996) sobre a concordância verbal de segunda pessoa do singular; e de Zilles, Maya e Silva (2000) a respeito da concordância verbal com a primeira pessoa do plural na fala de Panambi e Porto Alegre, entre outros.

Esses estudos sobre a variação na concordância nominal e verbal mostram um mesmo condicionamento linguístico: oposições mais salientes fonicamente entre singular/plural, por serem mais perceptíveis, aumentam a probabilidade de concordância nominal ou verbal. Por exemplo, oposições mais salientes como *os anéis/os anel*, *os caminhões/os caminhão* e *os ovos/os ovo* tendem a manter muito mais marcação de plural do que oposições menos salientes como *os meninos/os menino*, *os carros/os carro* e *os homens/os home*. Esse grupo de fatores é conhecido como ‘saliência fônica’.

No Capítulo 7, traremos resultados estatísticos que confirmam o condicionamento desse grupo de fatores sobre a variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural.

Com relação à variação morfológica, destacam-se, entre outros, trabalhos do grupo de sociolinguistas da UFRJ, como os de Célia Lopes sobre variação pronominal, com dados de fala e de escrita do Sudeste, numa perspectiva sincrônica e diacrônica. Com dados do Sul, temos, por exemplo, resultados de dissertações de mestrado defendidas na UFSC, como a de Arduin (2005) sobre a variação nas formas pronominais dos

possessivos de segunda pessoa do singular *teu/seu*; a de Silva (2004) e a de Silva-Brustolin (2009) sobre a alternância entre os pronomes *nós* e *a gente*; temos ainda artigos de Menon e Loregian-Penkall (2002) e de Coelho e Görski (2009) sobre a variação pronominal de segunda pessoa do singular (*tu* e *você*), além da tese de doutoramento de Loregian-Penkall (2004), entre outros.

Muitos condicionadores linguísticos se mostraram relevantes nesses estudos. Alguns de natureza sintática, como o preenchimento do sujeito, por exemplo. Tanto resultados de trabalhos sobre a alternância entre *nós* e *a gente* como resultados sobre a alternância entre *tu* e *você* mostram que os pronomes *a gente* e *você*, por se combinarem com verbos na terceira pessoa do singular (*a gente foi* e *você foi*), tendem a aparecer com sujeito preenchido, enquanto pronomes *nós* e *tu*, quando carregam a marca morfológica de primeira pessoa do plural e segunda pessoa do singular, respectivamente, vêm preferencialmente com sujeitos nulos. Essa discussão vai ser retomada na próxima seção.

3.2.4 Variação sintática

A variação na sintaxe, aqui no Brasil, tem sido estudada, em geral, com a adoção de um outro quadro teórico, além do quadro da Teoria da Variação e Mudança, para explicar as hipóteses internas à língua: ou de base gerativista ou de base funcionalista.

Os estudos que articulam dois quadros teóricos aparentemente conflitantes – de um lado, os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança e, de outro lado, os pressupostos da teoria gerativa – foram inaugurados na década de 80 por Fernando Tarallo e Mary Kato, com trabalhos sobre o preenchimento do sujeito pronominal, a ordem do sujeito em relação ao verbo, a posição do clítico, o objeto nulo, as diferentes estratégias de relativização, entre outros. Muitos desses trabalhos apontam para o século XIX como um marco no processo de implementação de mudanças sintáticas que distanciam, significativamente, a sintaxe do português contemporâneo d'aquém e d'além-mar.

Quanto aos estudos que articulam o aparato teórico da Sociolinguística e o aparato teórico do funcionalismo (em geral, um funcionalismo com base nos estudos do linguista americano Talmy Givón), eles começaram

com o grupo de pesquisadores da UFRJ, coordenado por Anthony Naro. Destacam-se, nesse campo, trabalhos de variação na concordância verbal e nominal (fenômenos de interface), sobre a variação modo-temporal, alguns que também tratam sobre o preenchimento do sujeito pronominal, trabalhos sobre usos alternantes de conectores, entre outros.

Vamos mostrar, brevemente, certos fenômenos que estão em variação sintática para discutir com você. Ei-los:

- a) Construções relativas: *O filme **a que** me referi é muito bom/O filme **que** me referi é muito bom/O filme **que** me referi **a ele** é muito bom.*
- b) Preenchimento do sujeito anafórico: ***Nós** fomos à praia/∅ Fomos à praia/A **gente** foi à praia/ ∅ Foi à praia.*
- c) Posição do clítico: *Eu vi-**o** no cinema/Eu **o** vi no cinema.*
- d) Construções passivas *versus* índice de indeterminação do sujeito: ***Alugam-se** casas/**Aluga-se** casas.*

A variação das relativas, *estudada por Tarallo na década de 1980*, foi um dos primeiros trabalhos de Sociolinguística no âmbito da variação na sintaxe feitos no Brasil. O autor mostrou que as três construções ilustradas anteriormente estão em variação no PB e são condicionadas principalmente por fatores extralinguísticos. Seus resultados indicaram que a relativa padrão (*O filme **a que** me referi é muito bom*) parece estar deixando de ser usada na linguagem espontânea; sua substituta é a relativa cortadora (*O filme **que** me referi é muito bom*), enquanto a relativa com pronome lembrete (*O filme **que** me referi **a ele** é muito bom*) é geralmente usada por falantes menos escolarizados e sofre estigma na sociedade. Note-se aqui uma correlação entre variável sintática e *fatores externos*. Sobre o preenchimento do sujeito pronominal, desde o trabalho de Duarte (1995), estudos atestam uma mudança em curso no PB, que estaria deixando de ser uma língua de sujeito nulo para se tornar uma língua de sujeito preenchido. Um dos principais condicionadores dessa mudança é a pessoa do discurso. Enquanto a primeira e a segunda pessoas são usadas preferencialmente com sujeito preenchido, a terceira ainda permanece com sujeito nulo. Essa mudança, segundo a autora,

Você poderá saber mais sobre o trabalho das relativas lendo o livro de Tarallo intitulado *A pesquisa sociolinguística* (1985).

A influência dos fatores extralinguísticos sobre os fenômenos linguísticos em variação será discutida no Capítulo 4 e retomada na Unidade D.

está relacionada, principalmente, à entrada de dois pronomes na língua: o *você* e o *a gente*. São pronomes que se combinam com formas verbais de terceira pessoa (*você foi*, *a gente foi*), provocando na língua um enfraquecimento do sistema de **flexões verbais**, o que leva a uma tendência acentuada ao preenchimento do sujeito pronominal. Ou seja, a identificação da pessoa do discurso se dá, nesses casos, pela presença do pronome-sujeito, já que a desinência número-pessoal do verbo é zero.

Outro fenômeno de variação na sintaxe que tem levantado muitos questionamentos é a posição do clítico em relação ao verbo, ilustrada nos exemplos: *Eu vi-o no cinema*/*Eu o vi no cinema*. No primeiro caso, um uso conhecido como **ênclise** (posição pós-verbal) e, no segundo caso, conhecido como **próclise** (posição pré-verbal). Estudos mostram que a próclise (*Eu o vi no cinema*) é o padrão do PB, especialmente quando o sujeito está anteposto ao verbo (seja ele nominal ou pronominal), e não a ênclise (*Eu vi-o no cinema*), embora, do ponto de vista normativo, esse último padrão seja mais bem visto.

Martins (2009) analisa textos de escrita brasileira para mostrar o percurso diacrônico da posição dos clíticos e, com base em trabalhos que já mapearam a escrita do português nos séculos XVI a XX (principalmente de Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005) e de Pagotto (1992)), confirma o percurso de mudança:

- Uso majoritário da **próclise** nos séculos XVI a XVIII;
- Queda da próclise no século XIX, com um conseqüente aumento da **ênclise**;
- Queda da ênclise, com um aumento considerável da **próclise** no final do século XX.

Com relação às construções chamadas de *passivas sintéticas*, em especial no que tange à variação da concordância verbal (*vendem-se casas*/*vende-se casas*), estudos de Nunes (1990), Scherre (2005) e Martins (2005), entre outros, mostram que mesmo em situações formais o padrão de uso mais frequente é o da não concordância entre verbo e sintagma nominal.

De todas as mudanças por que passa o português do Brasil atual, talvez essa seja a mais polêmica. Diferentemente do que dizem as gra-

Na unidade E, faremos uma discussão mais detalhada sobre a mudança que está ocorrendo no paradigma pronominal do português do Brasil.

máticas normativas tradicionais, os trabalhos supracitados tentam mostrar que, na verdade, essas construções são atualmente interpretadas como sendo um contexto de indeterminação do sujeito. É como se, com o tempo, a ideia de que existe uma sentença passiva sintética no português tivesse ficado obsoleta. A interpretação de tais sentenças como **ativa com sujeito indeterminado** parece a única possível. Vejamos.

Possenti (2007), em texto escrito para a revista *Terra Magazine*, lembra-nos que Said Ali, já na década de 1960, mostra a incoerência de se interpretar uma sentença do tipo *Aluga-se esta casa* como passiva sintética. Traz alguns questionamentos do autor:

- Como entendemos uma placa com a inscrição *Aluga-se esta casa*, que acaso vemos pendurada em uma casa?, pergunta Said Ali.

Se a oração fosse passiva e *esta casa* seu sujeito, diz ele, então deveríamos entender: **há moradores na casa** e eles estão avisando aos transeuntes que a casa não lhes pertence, mas que pagam aluguel para morar nela.

- Mas alguém já leu uma placa dessas assim?, questiona Said Ali.

Essa leitura seria absurda, absolutamente contrária à interpretação corrente. Uma inscrição como *Aluga-se esta casa*, para ele (e, com certeza, para nós também), quer dizer obviamente que uma pessoa ou uma empresa cujo nome não importa tem a seu encargo fazer com que a casa, que provavelmente está desabitada, venha a ser alugada.

Portanto, parece mais coerente dizer que, nas sentenças *Alugam-se casas* e *Aluga-se casas* (exemplificadas anteriormente), o sintagma nominal *casas* **não** deve ser considerado o sujeito das sentenças e por isso **não** precisaria concordar com o verbo. As duas sentenças são ativas, com **sujeitos indeterminados**.

Desafio

- a) Leia o texto de Sírio Possenti *Joga-se os grãos...*, escrito para a revista *Terra Magazine* em 21 de junho de 2007.

b) Considere agora os exemplos de variação morfossintática trazidos pelo autor:

- *Joga-se os grãos na água do alguidar.*
- *Para que se escreve tantos poemas.*
- *Doa-se lindos filhotes de poodle.*

c) Em muitas aulas de língua portuguesa, os professores versam sobre o assunto, afirmando que, na maioria das vezes, as sentenças em b) são passivas sintéticas. Pergunta-se:

- 1) Como esses professores avaliariam as sentenças em b)?
- 2) Por que as pessoas, em geral, falam e escrevem sentenças como em b)?

3.2.5 Variação e discurso

Até agora, examinamos fenômenos variáveis no âmbito do léxico e dos níveis gramaticais – fonológico, morfológico e sintático. Dependendo da visão de gramática assumida, o nível linguístico de análise pode ser expandido para além da frase, de modo a abarcar também porções textuais ou discursivas maiores. Nesse caso, aspectos semântico-pragmáticos (que envolvem a significação e o contexto situacional) também são considerados. Apresentamos, a seguir, alguns fenômenos variáveis na dimensão textual/discursiva.

Dados interessantes são encontrados na função de encadear trechos discursivos, ou seja, desempenhando o papel de **conectores**, tanto na fala como na escrita.

O conjunto de exemplos a seguir ilustra usos variáveis dos itens **e**, **aí**, **daí** e **então** na função de ‘coordenação em relação de continuidade e consonância’, estabelecendo uma relação coesiva entre uma informação precedente e outra subsequente. Os dados são oriundos de amostras orais do projeto VARSUL/SC, e foram extraídos de Tavares (2003):

Conector

qualquer elemento linguístico usado para relacionar orações, períodos e mesmo parágrafos temáticos. Pode ser uma conjunção (*e, mas, porque, portanto* etc.), uma expressão de natureza adverbial (*assim, afinal, finalmente, daí, consequentemente, quanto a, por outro lado* etc.), marcadores discursivos (*aí, então, quer dizer, digamos assim* etc.), entre outros.

- 1) Aí a minha mãe: “Ah! pois é, mas eu tenho que dar baixa nessa carteira.” Aí o cara falou: “É, mas a senhora não quer nada?” *E* a minha mãe disse: “Quer nada o quê?” “É porque nós somos obrigados a vender um ônibus desses pra pagar ele, porque a- a carteira dele não está dando baixa, ninguém deu baixa, né?” (MC/FLP09J)
- 2) Aí no que ele chegou ali, ele me convidou pra mim ouvir música com ele. *Aí* eu disse: “Ah, não, eu não vou, porque amanhã é outro dia, e eu, outro dia, tenho que enfrentar todo mundo: pai, mãe, tio, todo mundo, né?” *Aí* ele disse: “Não, mas, amanhã eu fico contigo.” Eu disse: “Ah, não.” Aí eu não sabia se eu acreditava nele, se eu ria, se eu chorava, se eu não- Eu não sabia a minha reação, não tem? (SE/FLP20)
- 3) A costureira não quis fazer, então eu e a minha irmã- A minha irmã não sabe costurar muito bem, *daí* ela disse pra ele assim: “Não, mas quando que nós vamos fazer serão-” A minha irmã disse pra ele: “Como nós vamos fazer esse serão, se não tem costureira?” *Daí* ele disse: “Ah, vocês não querem fazer, então dá a carteira que eu dou as contas.” (JR/FLP02)
- 4) Mas ele insistiu e disse: “Olha, tem uma equipe de São Paulo, lá, do Professor Odair Pedroso, se for necessário nós podemos lhe mandar pra São Paulo fazer um curso.” *Então* eu disse: “Se é assim, se desejam assim, eu posso tentar, se não decepcionar.” Então eu fiquei, realmente três meses em treinamento com a equipe do Professor Odair Pedroso num- no Hospital Celso Ramos. (AC/FLP21)

Observe os contextos oracionais em que aparecem os conectores nos quatro trechos:

E a minha mãe disse

Aí eu disse [...] **Aí** ele disse

daí ela disse [...] **Daí** ela disse

Então eu disse

Trata-se do mesmo contexto de introdução de discurso direto. Em todos os casos, o elemento variável dá sequenciação, de modo coesivo, ao texto. Veja que, nessa função/significação, eles são intercambiáveis, atuando, portanto, como variantes que constituem uma mesma variável linguística. No entanto, se vistos isoladamente, dificilmente diríamos que seriam variantes. Provavelmente, seria feita a seguinte classificação: *e* = conjunção coordenativa; *aí*, *daí* = advérbio de lugar; *então* = advérbio de tempo. Isso mostra o quanto é importante se considerar o contexto real de ocorrência dos dados que queremos analisar.

Vejamos outro exemplo de variação no nível discursivo. Os dados são oriundos de amostras orais do VARSUL/SC, e foram extraídos de Rost-Snichelotto (2009). Observe:

- 5) F: [...] Tem gente que faz colchão com a lã da ovelha. Só que ela tem, lógico, a gente tosa a ovelha, porque [no inverno ela] no verão ela é tosada, por causa do calor demais ela não pode. Então, tosa a ovelha, a lã é lavada, depois ela é seca [no] [no] a gente pendura ela [no] nos arames [de] [de] [de] esses arames farpados, como eles chamam, porque eles têm as farpas, aí elas secam ali, depois de secas elas são abertas inteirinhas. Tem gente que abre com <megadaime>, parece que eles chamam, que são feitos com pregos, então bate um no outro assim, a lã vai <abrin> Mas o bom mesmo é abrir a lã, sabe? ir abrindo ela manualmente. Eu fazendo aqui como se estivesse aparecendo ali, né, Lúcia? Mas eu estou te mostrando. Então, daí são confeccionados colchões, [são <confecci>] são confeccionados cobertores, né? pra enfrentar o frio dessa terra aqui. Porque **olha**, é frio mesmo no inverno. Pode ver a lareira, ainda não foi. Ainda tem o vestígio do inverno porque não foi lavada ainda. (LGS21)
- 6) E: E como é que ele se tornou pastor assim teve que estudar?
F: [Aí] aí ele foi aquele dia, ele foi lá e se encontrou se, né? Ele veio de lá mudadinho, mudadinho, mudou. [naquela] [daquela] [daquele] daquele dia em diante ele mudou, ele já chegou mudado. Viu como é que é? [Ele <che>] ele chegou de lá Oh! Ele não lia a Bíblia. Você sabe que essa gente nova assim, eles

não gostam muito assim Oh! Ele gostava [de] de baile, carnaval, não tinha um carnaval que ele não fizesse uma fantasia. [Ele] ele desfilava na escola de samba, sabe? Não tinha um carnaval que ele não fizesse uma fantasia. Eu tenho até hoje as fantasias dele ali. E ele voltou de lá mudado, mudado. Ele fumava, não fumou mais. Daquele dia em diante ele não fumou mais. [Ele não foi mais] ele não entrou nem num bar mais. Verdade. Eu fiquei. Agora você vê, né? a gente Por isso que eu digo: “Deus, o que ele tem pra gente, pra vida da gente, pra pessoa eu acho que, né?” eu acho que ele escolhe decerto a pessoa, né? A pessoa é escolhida, por Deus, né? Esse foi escolhido, porque *vê*: ele chegou de lá, aquele dia mesmo ele não deitava sem se ajoelhar [na] assim na beira da cama dele, orar, ler a Bíblia. E ao meio dia assim no almoço e tudo, às vezes os pais precisam <tava> estar dizendo ore ou, né? faça uma oração. Nunca mais ele deixou isso aí, orar [na hora da] antes [de] do almoço, quando senta na mesa. E ter a Bíblia, isso ele fazia, né? direto. Não precisou mais falar nada pra ele fazer. [...] (LGS13)

Os marcadores discursivos *olha* e *vê*, destacados nos trechos acima, são usados para chamar a atenção do interlocutor sobre a informação que está sendo veiculada. Eles têm caráter textual-interativo, pois ao mesmo tempo em que chamam a atenção do interlocutor também auxiliam no estabelecimento de relações coesivas de causalidade, inclusive com a presença do conector *porque* nos dois trechos. Os itens *olha* e *vê* estão funcionando como variantes nesse caso. Repare que ambos são marcadores derivados de verbos de percepção visual.

Existem ainda expressões de caráter discursivo, como ‘*mas bah!*’, ‘*pô, cara, aí...*’, ‘*orra meu!*’, ‘*pronto*’, que são facilmente associadas a falantes gaúchos, cariocas, paulistas e nordestinos, respectivamente, constituindo-se em variantes regionais.

Desafio

- a) Antes de passar ao Capítulo 4, que vai tratar da dimensão externa da variação, leia com atenção a bela cantiga Cuitelinho e reflita sobre os níveis de variação linguística discutidos neste Capítulo 3.

Cuitelinho

Ceguei na bera do porto
onde as onda se espaia.

As garça dá meia volta,
senta na bera da praia.

E o cuitelinho não gosta
que o botão de rosa caia.

Quando eu vim de minha terra,
despedi da parentaia.

Eu entrei no Mato Grosso,
dei em terras paraguaia.

Lá tinha revolução,
enfrentei fortes bataia.

A tua saudade corta
como aço de navaia.

O coração fica aflito,
bate uma, a outra faia.

E os oio se enche d'água
que até a vista se atrapaia.

(Cantiga popular brasileira – autor desconhecido)

- b) Tente fazer um levantamento das variantes que ocorrem na cantiga, distribuindo-as em grupos conforme os diferentes níveis linguísticos (fonológico, morfológico, sintático e discursivo).
- c) Discuta os seus achados com os colegas!

4 A dimensão externa da variação linguística

Como a linguagem é, em última análise, um fenômeno social, fica claro, para um sociolinguista, que é necessário recorrer às variações derivadas do contexto social para encontrar respostas para os problemas que emergem da variação inerente ao sistema linguístico. (CAMACHO, 2001, p. 50)

Como já apontamos, a abordagem da língua pode se dar numa dimensão interna e/ou numa dimensão externa. Este capítulo é dedicado à dimensão externa da variação linguística. Vamos tratar dos seguintes tipos:

- Variação *regional* ou *geográfica* ou *diatópica*;
- Variação *social* ou *diastrática*;
- Variação *estilística* ou *diafásica*;
- Variação *na fala e na escrita*, também chamada de variação *diarmésica* (cf. ILARI; BASSO, 2006).

Ressalte-se que essa classificação por tipos não quer dizer que eles ocorram separadamente, e nem que sejam independentes da **dimensão interna da variação**. Normalmente, o que ocorre é uma combinação dos fatores que condicionam a forma como falamos. Na dimensão externa da variação, estudamos os fatores extralinguísticos – aqueles que, como o nome sugere, encontram-se fora da estrutura da língua. Para a Sociolinguística, esses fatores são tão importantes quanto os linguísticos.

Lembre-se de que, na dimensão interna da variação, consideramos os fatores que são internos à língua nos seus diferentes níveis (lexical, fonológico, morfológico, sintático e discursivo).

4.1 Breve retrospectiva

Os fatores extralinguísticos foram o alvo do estudo pioneiro de Labov, realizado na ilha de Martha's Vineyard, Massachusetts, em 1962. O autor procurou relacionar diferentes produções (i.e., diferentes pronúncias) do primeiro elemento dos ditongos /ay/ e /aw/ (como em 'right' e 'house', respectivamente) com características sociais dos habitantes da ilha. Essas características sociais, numa pesquisa sociolinguística, transformam-se nos fatores condicionadores extralinguísticos.

A motivação desse estudo foi a sua percepção de que aqueles ditongos poderiam ser pronunciados de diferentes maneiras. Além da pronúncia padrão de Nova Inglaterra (variedade normalmente seguida pelos habitantes de Martha's Vineyard), [aɪ] e [aʊ], havia outras que tendiam à *centralização* da primeira vogal, como a realização de [əɪ] e [əʊ] (um *schwa*), e mesmo de [ei] e [eu]. Labov foi, então, em busca de explicações para a variação fonológica que observou. Para melhor entendermos os resultados a que o autor chegou, vamos primeiro conhecer a organização social de Martha's Vineyard e perceber como ela foi aproveitada na metodologia empregada na pesquisa.

Basicamente, a ilha de Martha's Vineyard é dividida em Up-Island (Ilha Alta), uma região rural, que combina fazendas e vilas com um grande espaço desabitado; e Down-Island (Ilha-Baixa), que conta com três pequenos centros urbanos, onde viviam cerca de $\frac{3}{4}$ de uma população de 5.563 habitantes (de acordo com o censo realizado em 1960). As etnias que lá habitavam eram as de origem indígena, de origem portuguesa e de origem inglesa. Labov desconsiderou, em seu estudo, o grande número de turistas que permanecia na ilha apenas nos meses de verão (nesse período, o número de habitantes subia consideravelmente, chegando à marca de 42.000).

Labov procurou dados dos ditongos /ay/ e /aw/ em diferentes situações: na fala casual, através da observação da interação entre falantes na rua, em bares etc.; na fala com acento emocional, através de questionários que requeriam aos informantes emitir juízos de valor; na fala cuidada, através de entrevistas; e na leitura, pedindo aos informantes para que lessem uma história em voz alta. As entrevistas foram realizadas com **69 nativos** de Martha's Vineyard, representantes das diferentes regiões da ilha. Entre eles, 40 eram *up-islanders* (provenientes da Ilha Alta) e 29 eram *down-islanders* (provenientes da Ilha Baixa). Labov controlou, também, a ocupação dos informantes: 14 deles eram pescadores, 8 se ocupavam da agricultura, 6 trabalhavam em construções, 19 eram comerciantes, 3 eram profissionais liberais, 5 eram donas de casa e 14 eram estudantes. A divisão entre grupos étnicos foi a seguinte: 42 descendentes de ingleses, 16 de portugueses e 9 de índios. Os fatores 'idade' e 'sexo/gênero' dos informantes também foram considerados. Por meio das entrevistas, Labov obteve 3.500 dados de /ay/ e 1.500 de /aw/, que lhe renderam interessantes resultados.

Observe, na descrição da metodologia da pesquisa de Labov em Martha's Vineyard, a *estratificação social* dos informantes, de que falamos na Unidade A.

Labov considerou, além dos fatores sociais, os seguintes fatores linguísticos: (i) ambiente fonético, ou seja, quais eram as consoantes precedentes e subsequentes aos ditongos /ay/ e /aw/; (ii) fatores prosódicos, isto é, a tonicidade das formas linguísticas em que apareciam os ditongos; (iii) influência estilística, que deveria refletir nos dados as diferentes situações em que eles foram coletados (fala casual, fala com acento emotivo, fala cuidada e leitura); e (iv) considerações lexicais, ou seja, em que palavras esses ditongos tendiam a ser pronunciados centralizados. Esses fatores, na pesquisa realizada em Martha's Vineyard, se mostraram pouco ou não significativos.

Seus resultados mostraram, porém, que a centralização dos ditongos /ay/ e /aw/ estava atrelada à estratificação social dos informantes, muito mais do que aos fatores linguísticos. As explicações encontradas não estavam na estrutura da língua, não havia quase nada no contexto linguístico que condicionava um falante a pronunciar de uma maneira ou de outra os ditongos pesquisados. As explicações estavam fora da língua, estavam no contexto social dos informantes da pesquisa.

Vamos dar uma olhada nos **resultados** da pesquisa e depois entender as conclusões a que Labov chegou.

Quanto ao grupo de fatores 'idade', considerando-se todo o grupo entrevistado, a faixa etária que mais favoreceu a centralização dos ditongos /ay/ e /aw/ foi a dos 31 aos 45 anos. A região Up-Island (área rural) foi a que mais apresentou centralização, sendo que os mais altos índices foram encontrados entre os habitantes de um lugarejo chamado Chilmark, onde a maior parte da economia está concentrada na pesca. E foi exatamente o grupo dos pescadores, no grupo de fatores 'ocupação', que apresentou os maiores índices de centralização. Já quanto ao grupo de fatores 'etnia', foram os descendentes de ingleses que se destacaram. Além disso, um fator se revelou significativo nos juízos de valor emitidos pelos informantes: a questão da identidade e da atitude, como veremos a seguir.

Esses resultados fazem muito sentido quando associados à história social da ilha. A região de Chilmark, na Up-Island, é habitada por descendentes de ingleses que, como dissemos, conservam a pesca como sua principal ocupação. Eles são conhecidos por serem diferentes dos demais habitantes da ilha, por serem independentes e por defenderem seu modo de vida. Nas

Na Unidade D conheceremos os passos de uma pesquisa sociolinguística.

entrevistas realizadas por Labov, frequentemente os informantes se referiam aos habitantes de Chilmark como “típicos velhos ianques”. Acontece que, àquela época, Martha’s Vineyard vinha passando por grandes transformações econômicas e sociais. A prática da pesca, uma atividade tradicional, vinha decaindo e a atividade turística crescendo, invadindo a ilha não só espacialmente como também culturalmente. Esse processo resultou em uma divisão: de um lado, ficaram os que, na tentativa de preservar sua cultura e identidade, reagiram negativamente à atividade turística; de outro lado, aqueles que reagiram positivamente ou não se importaram com as mudanças, buscando integração com a nova atividade econômica e com as diferenças culturais trazidas por ela. Os habitantes de Chilmark incluíram-se majoritariamente no primeiro grupo.

Por isso, dizemos que o estudo de Labov em Martha’s Vineyard tem seus resultados amparados na identidade e na atitude dos falantes com relação à ilha. Aqueles que se identificam com a ilha e são avessos aos turistas centralizam mais os ditongos /ay/ e /aw/ para preservarem sua marca de identidade, como os habitantes de Chilmark; aqueles que são “neutros” ou reagem positivamente ao turismo apresentam em menor escala essa centralização ou não a apresentam.

Para refinar ainda mais sua análise na questão da atitude e da identidade, Labov comparou a fala de jovens descendentes de famílias inglesas. Aqueles que queriam sair da ilha e procurar diferentes oportunidades de emprego centralizavam pouco ou não centralizavam os ditongos /ay/ e /aw/; aqueles que queriam permanecer na ilha centralizavam muito mais.

A maior contribuição desse estudo foi mostrar a grande influência que os fatores condicionadores extralinguísticos podem ter sobre a língua, ou seja, as motivações sociais que a variação linguística pode apresentar. Ele se tornou um “clássico” e serve, até hoje, como base para outras pesquisas sociolinguísticas.

Além do trabalho de Labov sobre a variação dos ditongos /ay/ e /aw/ em Martha’s Vineyard, destaca-se também seu trabalho na cidade de Nova Iorque, *The social stratification of /r/ in New York city department stores*. Nesse trabalho, o autor confirma a hipótese segundo a qual se dois subgrupos de falantes de Nova Iorque são ordenados numa escala de estratificação social, eles serão ordenados da mesma maneira por seus usos diferenciados de /r/.

O autor partiu de uma questão preliminar: pretendia verificar um problema metodológico clássico, se o meio usado para recolher os dados interfere nos dados recolhidos. Buscou investigar a variável presença/ausência de /r/ em posição pós-vocálica (*car, card, four, fourth* etc) em três lojas de departamento de Nova Iorque: Sacks Fifth Avenue (classe média alta), *Macy's* (classe média baixa) e *S. Klein* (classe baixa), testando: (i) se o uso de /r/ é um diferenciador social em todos os níveis de fala da cidade de Nova Iorque; e (ii) se eventos de fala rápidos e anônimos podem ser usados como base para um estudo sistemático da linguagem.

A coleta de dados foi realizada nas três lojas em duas tardes e o procedimento de coleta – método chamado de *inquérito breve e anônimo* – baseou-se numa metodologia bem simples: o entrevistador perguntava aos seus informantes, os empregados do local, onde ficava uma determinada seção da loja, a fim de obter como resposta a expressão *fourth floor* (quarto andar) em dois momentos: como resposta casual (a primeira resposta do informante) e enfática (a segunda resposta do informante, que, ao perceber que não havia sido compreendido, pronuncia a expressão *fourth floor* com a fala mais cuidada), como descrito abaixo:

Entrevistador: *Excuse me, where are x?*

Informante: *Fourth floor* (estilo casual).

Entrevistador: *Excuse me?*

Informante: *Fourth floor* (estilo cuidado e acento enfático).

Após fazer a pergunta, longe dos olhos dos informantes, o pesquisador registrava todos os dados, ou seja, todas as ocorrências e as ausências de /r/ em posição pós-vocálica na expressão *fourth floor*, tanto na resposta casual quanto na resposta enfática. Os resultados da estratificação do /r/ por loja mostraram que 62% de empregados da *Sacks*, 51% da *Macy's* e 21% da *Klein* usaram totalmente ou algum /r/ em suas respostas ao inquérito. Os resultados quanto ao uso do /r/ dispõem os empregados numa ordem idêntica à gerada pelo nível socioeconômico das três lojas: quanto mais alto o nível socioeconômico da loja, mais se observa o uso do /r/, quanto mais baixo o nível, menos se observa o uso. Note-se que o uso do /r/ era a variante nova e de prestígio do nova-iorquino. A variante conservadora e estigmatizada era a ausência de /r/.

As lojas investigadas foram estratificadas de acordo com os seguintes critérios: localização geográfica, anúncios em jornais, listas de preços de mercadorias, espaço físico das lojas, prestígio da loja e condições de trabalho dos funcionários.

Vale lembrar, porém, que a tradição anglófila ensinava que a pronúncia do /r/ era um traço provinciano e que a pronúncia correta era o apagamento do /r/ de acordo com o inglês britânico. A influência da norma britânica pode ser constatada na fala dos informantes da classe média alta, em torno de 40 anos, e da classe média baixa, em torno de 50 anos.

Novamente se afirma a correlação entre fenômeno linguístico e social.

4.2 Tipos de variação

Agora, vamos conhecer que tipos de variação podem resultar da influência de fatores extralinguísticos.

4.2.1 Variação regional ou diatópica

É a variação diatópica, também conhecida por *regional* ou, ainda, *geográfica*, a responsável por podermos identificar, às vezes com bastante precisão, a origem de uma pessoa através do modo como ela fala. É possível saber quando um falante é gaúcho, mineiro ou de um dos estados do Nordeste, por exemplo. Mas o que é que nos permite fazer essa distinção?

O aparato teórico-metodológico da Sociolinguística nos equipa para que possamos sair de um nível impressionístico (e, às vezes, *caricativo*) da variação geográfica e descubramos quais são exatamente as marcas linguísticas que caracterizam a fala de uma região em relação à de outra. Em geral, itens lexicais particulares, certos padrões entoacionais e, principalmente, certos traços fonológicos respondem pelo fato de que falantes de localidades diferentes apresentem *dialetos* diferentes de uma mesma língua. Veremos alguns exemplos em seguida.

A variação regional pode ser estudada colocando-se em oposição diferentes tipos de unidades espaciais: podemos dizer que existe variação regional entre Brasil e Portugal (dois países), entre o Nordeste e o Sul do Brasil (duas regiões de um mesmo país), entre Paraná e Santa Catarina (dois estados de uma mesma região), entre Chapecó e Florianópolis (duas cidades de um mesmo estado) e mesmo entre falantes do Centro de Florianópolis e falantes do Ribeirão da Ilha (dois bairros de uma mesma cidade). É comum também que se analise variação regional entre zonas urbanas e zonas rurais ou do interior.

Exemplos claros podem ser encontrados em novelas e em programas humorísticos, que vez ou outra fazem uso de marcas distintivas da fala de uma região para a caracterização de personagens – embora isso sirva, em certos casos, para reforçar um estereótipo negativo sobre as pessoas de uma região, como o do “nordestino preguiçoso”, do “caipira ignorante” etc.

A Sociolinguística Variacionista tem uma definição particular de *dialeto*, diferente daquela do senso comum e mesmo de outras áreas da linguística. Aqui, tomamos *dialeto* como sinônimo de *variedade*, conceito que vimos no final do Capítulo 2, e se aplica tanto para a variação regional quanto para a variação social.

A variação regional está associada, algumas vezes, à etnia colonizadora de uma comunidade. Isso ocorre porque a língua do povo colonizador acaba influenciando a língua da região colonizada. No Brasil, apesar de termos sido originalmente colonizados por portugueses, tivemos um grande fluxo imigratório de **diversos povos** – alemães, italianos, espanhóis, açorianos, japoneses e eslavos, entre outros – sem contar os povos africanos que foram trazidos como mão-de-obra escrava e povos indígenas que já habitavam o território brasileiro, o que faz do nosso país um espaço pluridialeto, um “prato cheio” para a pesquisa sociolinguística. Devemos ter cautela, no entanto, pois nem toda variação regional pode ser explicada pelo fator ‘colonização’.

Um exemplo de variação regional é a pronúncia das vogais /e/ e /o/ pré-tônicas, como nas palavras ‘peteca’ e ‘moderno’, que no dialeto nordestino de algumas regiões são pronunciadas abertas (p[ɛ]teca – m[ɔ]derno) e no dialeto do Sudeste e do Sul do Brasil são pronunciadas fechadas (p[e]teca – m[o]derno). A pronúncia do fonema /r/ em final de sílaba (coda silábica), como na palavra ‘porta’, também é bastante variada. No interior de São Paulo, temos o retroflexo [ɹ], que é comumente chamado de ‘r caipira’ – embora essa terminologia não seja das mais apropriadas, por trazer certa conotação negativa. Já na capital do mesmo estado ouve-se a vibrante [r]. Ainda temos a fricativa velar [x] e a fricativa glotal [h], normalmente associadas ao dialeto carioca.

Refleta!

- a) A sua região recebeu imigrantes? Existe algo típico da fala de sua comunidade que revele a influência dessa colonização?
- b) Pense em alguns exemplos de variação regional. Registre-os.
- c) Discuta seus achados com os colegas!

4.2.2 Variação social ou diastrática

Da mesma forma que a fala pode carregar marcas de diferentes regiões, também pode refletir diferentes características sociais dos falantes. A essa propriedade dá-se o nome de *variação social*. Os principais fatores sociais que condicionam a variação linguística são o grau de escolaridade, o nível socioeconômico, o sexo/gênero, a faixa etária e mesmo a profissão dos falantes, conforme exemplificamos a seguir.

- **Grau de escolaridade.** Por terem um contato maior com a cultura letrada e com o uso da variedade padrão da língua, supõe-se que, em geral, falantes altamente escolarizados dificilmente produzirão formas como *nós vai* ou *a gente vamos*, que são típicas de falantes pouco ou não escolarizados. É mais provável que eles falem *nós vamos* e *a gente vai*.

Outro exemplo de variação condicionada pelo fator ‘escolaridade’ é a marcação do plural nos elementos de um sintagma nominal. Falantes mais escolarizados tendem a produzir formas como ‘as meninas bonitas’, marcando o plural em todos os elementos do sintagma, ao passo que falantes menos escolarizados tendem a produzir formas como ‘as meninas bonita’ ou ‘as menina bonita’, marcando o plural em um ou dois elementos do sintagma.

- **Nível socioeconômico.** É um fator muito estudado, principalmente nos trabalhos de Labov e de seu grupo de pesquisa sobre o inglês de Nova Iorque. Resultados de seus estudos mostram que o grupo social menos privilegiado favorece o uso de variantes não padrão da língua, enquanto os mais privilegiados optam pela variante padrão. Mas essa constatação, em geral, é correlacionada com ocupação e estratificação estilística. O efeito de indicadores sociais sobre o perfil sociolinguístico dos falantes não é nada simples. Segundo Mollica (2008), origem social, renda, acesso a bens materiais e culturais, ocupação, grau de inserção em redes sociais são alguns dos indicadores sociais. No Brasil, há poucos estudos que levam em consideração esses indicadores.

- **Sexo/gênero.** Quanto à variação social relacionada a sexo/gênero dos informantes, Paiva (2008) levanta a seguinte questão:
 - Como explicar os padrões regulares depreendidos em diferentes pesquisas e a natureza das possíveis diferenças linguísticas entre homens e mulheres?

Alguns estudos mostram que as mulheres são mais conservadoras do que os homens. Elas, em geral, preferem usar as variantes valorizadas socialmente; é como se elas fossem mais receptivas à atuação normatizadora da escola. Esses resultados, segundo Paiva (2008), requerem cautela, afinal, os papéis feminino e masculino, nas diversas sociedades, estão a todo momento sofrendo transformações.

É bem possível que a explicação sobre as diferenças linguísticas entre os sexos/gêneros esteja relacionada com o papel que a mulher tem na vida pública das sociedades. O comportamento conservador é muitas vezes espelho da história particular e das histórias culturais das diferentes regiões. As mulheres nas sociedades ocidentais como Europa, EUA, Canadá e América Latina são mais conservadoras do que os homens, mas em sociedades como Índia e na Ásia – em que não têm um papel de destaque – reagem menos fortemente às normas da cultura dominante. Nesse caso, o comportamento conservador é observado na fala dos homens (cf. Labov, 1982).

Paiva sugere que uma atitude mais adequada seria, portanto, a de correlacionar sempre a variável sexo/gênero com a faixa etária da população e, se possível, com a história social das diferentes comunidades investigadas, para que as transformações culturais e as mudanças comportamentais das faixas mais jovens da população possam ser levadas em consideração também.

- **Faixa etária.** A questão da relação entre **variação linguística** e idade do falante tem suscitado muitas reflexões dentre os sociolinguistas no Brasil e no mundo, pois, em geral, entra em jogo a questão da **mudança linguística**. Estudos que levam em conta esse fator têm tentado responder as seguintes questões:

Variação e mudança

Variação implica duas ou mais formas que concorrem para expressar um mesmo significado, enquanto **mudança** implica processo de substituição gradual de uma forma por outra.

- Como se relacionam a variação/mudança no **indivíduo** e na **comunidade**?
- A língua falada pelo **indivíduo** pode realmente **mudar** no decorrer dos anos?

Segundo Naro (2008), existem duas posições teóricas que, mesmo sem evidência empírica convincente, dão respostas diferentes a essas perguntas.

A primeira resposta (a “clássica”) vem dos que acreditam que o processo de aquisição da linguagem se encerra mais ou menos na puberdade, e que a partir desse momento a língua espontânea (ou o vernáculo) do indivíduo fica basicamente estável – ou seja, o indivíduo **não** muda sua língua espontânea no decorrer dos anos.

Alguns estudos atestam essa hipótese clássica, quando trazem resultados que mostram os indivíduos adultos tendendo a preferir formas antigas e, os mais jovens, formas novas. Nesse caso, indivíduos adultos estariam refletindo o estado da língua adquirida quando tinham aproximadamente **15 anos de idade**. Assim sendo, a fala de uma pessoa de 70 anos estaria refletindo a fala usada 55 anos atrás. Ao comparar a fala desse adulto de 70 anos e a fala de um jovem, que nos dias atuais tem 15 anos, poderíamos enxergar **mudança em curso na sincronia**. A mudança pode ser atestada, nesse caso, na comparação entre as diferentes faixas etárias e não na fala de um mesmo indivíduo. Temos, então, variação na comunidade e estabilidade no indivíduo. As gírias (antigas e novas) são reflexos dessa mudança em curso, por exemplo. Esse tipo de mudança é conhecido como mudança em tempo aparente. Por outro lado, além de a fala do indivíduo permanecer estável, a comunidade também pode refletir essa estabilidade.

Na Unidade C, ilustraremos esse tipo de mudança.

A segunda resposta é que a língua falada pelo indivíduo pode mudar no decorrer dos anos. Naro mostra que nem toda variação na fala representa mudança linguística em progresso. Existem casos em que o uso linguístico diferenciado pelas faixas etárias não revela mudança, mas **variação estável**. Quando essa variação pode ser observada? Em geral, quando jovens e velhos apresentam o mesmo comportamento linguístico, contrastando-se com a população de meia idade, principalmente

com a população que estiver no mercado de trabalho. Essa, em geral, usa uma linguagem mais monitorada, mais condizente com a variedade padrão. Isso significa dizer que indivíduos podem mudar sua língua no decorrer dos anos. E esse comportamento pode se mostrar estável na comunidade. Nesse caso, o indivíduo muda seu comportamento linguístico durante a sua vida, mas a comunidade à qual pertence permanece estável. Alguns estudos sobre a concordância verbal e nominal têm atestado esse processo. Por outro lado, além de a fala do indivíduo mudar, a comunidade também pode refletir essa mudança.

Em síntese

A correlação entre faixa etária e variação/mudança linguística no **indivíduo** e na **comunidade** pode revelar os seguintes processos:

- a) A fala do indivíduo permanece estável e a comunidade muda;
- b) A fala do indivíduo permanece estável e a comunidade também permanece estável;
- c) A fala do indivíduo muda e a comunidade permanece estável;
- d) A fala do indivíduo muda e a comunidade também muda.

Enfim, vale salientar que, na dimensão externa, grupos de fatores como nível de escolaridade, nível socioeconômico e sexo/gênero, para se investigar em fenômenos em variação, não devem ser considerados isoladamente e podem explicar, entre outras coisas, o fato de um dialeto se aproximar mais ou menos da norma culta ou de prestígio, conceito que vimos no livro-texto de Estudos Gramaticais. Com relação ao grupo de fatores “faixa etária”, estudos têm mostrado que ele não pode ser estudado sem que se leve em conta uma correlação entre indivíduo e comunidade e entre esse fator e os demais fatores sociais.

Esses fatores sociais serão retomados na Unidade C, quando tratarmos dos problemas empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística.

4.2.3 Variação estilística ou diafásica

Um mesmo falante pode usar diferentes formas linguísticas, dependendo da situação em que se encontra. Basta pensarmos que a maneira como falamos em casa, com nossa família, não é a mesma como falamos

em nosso emprego, com o chefe. O que está em jogo aí são os diferentes “papéis sociais” que as pessoas desempenham nas interações que se estabelecem em diferentes “domínios sociais”: na escola, na igreja, no trabalho, em casa, com os amigos etc. Os papéis sociais que desempenhamos vão se alterando em conformidade com as situações comunicativas (entre professor e aluno, patrão e empregado, pais e filhos, irmãos etc). Esses papéis sociais são “um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais [...] e são construídos no próprio processo da interação humana” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 23).

Os papéis representam tipos de relações que ocorrem entre o locutor e seu interlocutor (as chamadas relações de poder e solidariedade), o contexto ou domínio social (se a comunicação ocorre na escola, no trabalho, em casa, na igreja, na vizinhança etc.) e até mesmo o assunto sobre o qual se conversa.

A expressão “poder e solidariedade” está associada às relações sociais de hierarquia e intimidade/proximidade que existem entre os participantes de uma situação comunicativa.

Esses são fatores que determinam a variação estilística – uma questão de adequação ao contexto em que ocorre a comunicação. Certamente, em situações mais formais usamos uma linguagem mais monitorada, ou seja, prestamos mais atenção à forma como falamos, enquanto que em situações mais informais usamos uma fala mais coloquial. Essas duas linguagens são chamadas, respectivamente, de *registro formal* e *registro informal*.

Apesar da classificação entre registros formal e informal, normalmente, nossa fala não apresenta somente esses dois extremos. É mais apropriado pensarmos que existe um *continuum* que perpassa situações de maior ou menor formalidade, correspondendo a registros mais ou menos formais, entre esses dois polos. Ou seja, mais do que dois modos que se opõem, temos graus de formalidade que permeiam as situações cotidianas de interação. Eventualmente, falantes vão apresentar uma escala maior ou menor de possibilidades de registro, dependendo de seu desempenho linguístico. As crianças, por exemplo, usualmente não apresentam uma escala grande e, portanto, têm menor possibilidade de variar estilisticamente seus registros.

Macedo (2008) apresenta alguns exemplos de variação em que se percebem influências estilísticas: o estudo mais clássico é o de Labov, a respeito da variação no /r/ em inglês. Ele realizou coletas de cinco formas distintas, que apontaram uma gradação entre um estilo mais mo-

monitorado/formal e menos monitorado/informal: entrevista com o informante, leitura de um texto, leitura de palavras, leitura de pares mínimos e conversa informal. Labov atestou a correlação entre o emprego das variantes de prestígio nos estilos mais formais e das variantes de menor prestígio nos estilos mais casuais.

No Brasil, o trabalho de Naro e Lemle (1977) sobre a variação na concordância verbal foi pioneiro na consideração dos fatores estilísticos. Os autores chegaram ao resultado de que, nos discursos informais, nos contextos familiares e em situações menos formais, os falantes eram menos propensos a realizar a marca de concordância verbal no plural do que nos discursos formais, não familiares e em contextos menos formais, em que era favorecida a marcação explícita da concordância. Scherre (1978) analisou na mesma amostra a variação na concordância nominal e chegou a resultados semelhantes: a marca explícita de plural era favorecida pelas situações tensas, e a eliminação dessa marca, pelas situações distensas.

Fica clara, portanto, a hipótese que em geral guia as análises do papel do estilo na variação linguística: “diferenças de contextos formal e informal levariam os falantes a empregar, respectivamente, estilos também formais ou informais” (MACEDO, 2008, p. 60).

Passemos agora a mais um eixo da dimensão externa da variação linguística: a variação *diamésica*.

4.2.4 Variação na fala e na escrita ou diamésica

A palavra *diamésica* se relaciona etimologicamente à ideia de vários meios; no contexto da Sociolinguística, os meios ou códigos a que nos referimos são a fala e a escrita.

- Mas o que basicamente difere a fala da escrita?

Uma resposta pode ser esboçada ao considerarmos suas condições básicas de produção. Começemos pela fala. Podemos dizer que, salvo em situações excepcionais, como o proferimento de uma palestra, por exemplo, a produção de um texto falado é uma atividade *espontânea, improvisada e suscetível a variação* nos mais diversos níveis. Já a escrita constitui-se como uma atividade *artificial* (não espontânea), *ensaiada* (no sentido de que reserva tempo e espaço para planejamento, revisões

Este é um eixo um tanto diferente da variação, pois trabalha com as características de dois códigos distintos, enquanto os outros níveis da dimensão externa da variação dizem respeito a fenômenos que se manifestam no mesmo código – geralmente o da fala.

e reformulações), e um pouco *menos variável*, pois em geral está mais vinculada à produção de gêneros sobre os quais há mais regras e maior monitoramento.

- O que essas diferenças fundamentais provocam mais superficialmente nos próprios textos falado e escrito, que nos permitam falar em variação diamésica?

Ao falarmos, e, especificamente, ao nos envolvermos em um diálogo face a face, não temos a nosso dispor o tempo que costumamos ter para o planejamento de um texto escrito. Devido a esse caráter naturalmente improvisatório da produção do **texto falado**, as sequências linguísticas produzidas estão sujeitas a falsos inícios, a reformulações e a correções que não podem ocorrer senão no momento em que o texto é produzido. Leve-se em conta também que, ao interagirmos através da fala, temos acesso a diversas informações contextuais que não estão presentes em um texto escrito: geralmente podemos ver/ouvir nosso interlocutor e, no decorrer da interação, captar sinais que são indicativos de que direção devemos tomar em nossos turnos. Por conta disso, o texto resultante será pontuado de mecanismos de organização textual particulares, como os marcadores discursivos, por exemplo. Temos assim, em síntese, no texto falado, o caráter espontâneo, **improvisado** e em alto grau vinculado ao contexto extralinguístico que lhe confere (pela possibilidade de correção e reformulação *online* do texto que está sendo produzido) as diversas marcas formais que sinalizam não só esse processo, mas nossa relação com nosso interlocutor, com o assunto etc.

Essas considerações são feitas pensando-se na fala natural, espontânea. Devemos relativizá-las se quisermos considerar, também, a fala planejada.

Vejamos agora como se constitui o **texto escrito**. O grau em que ele se difere do texto falado se deve em grande parte ao *tempo de planejamento* que caracteriza sua produção. Ao trabalharmos sobre um texto escrito como este, por exemplo, geralmente temos tempo para planejar com antecedência sobre o que discorreremos, em que ordem os argumentos serão apresentados, que mecanismos linguísticos são os mais adequados para os objetivos definidos e, concomitantemente, quais são os mecanismos esperados para o gênero no qual produzimos nosso texto. Dessa forma, as hesitações, repetições e reformulações características do texto falado não são muito prováveis em um texto escrito, pois em princípio toda a tarefa de planejamento, formulação e

revisão/reformulação do texto já foi feita antes que seus leitores tivessem acesso ao produto final.

Além disso, sabemos que a escrita, por estar geralmente associada a ambientes de maior monitoramento linguístico, costuma impor a seus produtores regras mais rígidas de conformidade às formas da variedade padrão. É claro, usamos a escrita para os mais diversos fins, com uma gama de variação estilística que pode, guardadas as proporções, ser comparada à da fala, mas ainda assim na escrita encontramos formas mais ligadas às variedades de prestígio. Na fala, encontramos formas mais ligadas à linguagem coloquial.

Lembramos, novamente, que na variação diamésica é necessário relativizar: assim como não existe uma oposição polarizada entre os registros formal e informal, também não há uma fronteira rígida entre as modalidades oral e escrita da língua.

Uma amostra interessante para se analisar comparativamente fala e escrita pode ser buscada através de uma metodologia de coleta de dados que opõe uma versão oral e outra escrita de uma mesma narrativa de experiência pessoal. Silva-Brustolin (2009) fez esse tipo de coleta de dados e conseguiu resultados bem significativos. Vejamos dois exemplos abaixo. Os trechos selecionados de fala e de escrita são de alunos da nono ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Florianópolis.

Dados de fala

Bom, a minha história é que um dia, quando eu tinha seis anos, é, eu fui passeá na fazenda de uma amiga minha. Era sábado de manhã e **a gente saiu** de casa. Mais quando **a gente chegô** lá, eu fiquei muito animada e **a gente quis** í vê os animais, então **a gente foi** vê as galinha. Daí quando eu entrei lá dentro meu chinelo ficou entalado, daí a minha amiga, o nome dela é Sofia, ela foi lá tentá tirá meu chinelo, aí eu fiquei tão animada quando eu vi o chinelo na mão dela, qu'eu peguei e larguei a porta e fui pegá meu chinelo e as galinha fugiro. (Informante feminino A, da 8ª série)

Dados de escrita

Pra mim uma das coisas mais importante é a família. Pois a minha vó e vô mora num sitio em petrolandia e todos meses **a gente aluga** um onibus e **vamos** toda a familia deis de filhos, tios e netos.

Os chats em EaD, que você está vivenciando desde o início do Curso de Letras, e os livros-textos são exemplos de como essa dicotomia está em xeque, pois são um espaço em que a interação se dá via escrita mas com diversos elementos considerados típicos da fala.

Fomos pra lá esse mês pro aniversário dos meus avós, lá **nós dançamos**, eu dirigi a moto do meu tio, **andamos** de cavalo, **fizemos** quentão resumindo **fizemos** uma festa de arromba e o mais importante é que a família estava toda unida e felizes. (Informante feminino B, da 8ª série)

Nos exemplos apresentados, os informantes narram, em ambas as modalidades, pequenas histórias que vivenciaram. Silva-Brustolin (2009) verificou que os pronomes **nós** e **a gente** na fala e na escrita foram usados diferentemente: há um uso majoritário do pronome de primeira pessoa *a gente* (a forma nova) e de sujeito preenchido na fala, enquanto na modalidade escrita, há uma predominância do pronome *nós* (a forma mais antiga) com sujeito nulo.

Desafio

- a) Observe a tirinha abaixo e reflita sobre os tipos de variação linguística que podemos encontrar na fala das personagens Rosinha e Chico Bento.



HQs de Chico Bento, coleção *Linhas e Entrelinhas*, vol. 2, p. 154.

Extraída de: VIANA, Suelen A. *Por uma interface sociolingüística no livro didático de língua portuguesa: análises e contribuições*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Florianópolis, UFSC, 2005.

- b) Destaque fenômenos variáveis encontrados na fala das personagens.
- c) Converse com seus colegas sobre essas diferenças e pense em um trabalho que poderia ser feito na sala de aula sobre diferenças regionais e ou sociais.

Fechando a Unidade B

Nesta Unidade, tratamos, em primeiro lugar, da dimensão interna da língua, a partir dos níveis linguísticos: *lexical*, *fonológico*, *morfológico*, *sintático* e *discursivo*, apresentando sucintamente alguns fenômenos em variação em cada um desses níveis. Foram levantadas evidências de um sistema heterogêneo de língua (a língua portuguesa), a partir da discussão de diferentes regras variáveis e de conjuntos de variantes que se alternam de acordo com motivações internas e externas. Em seguida, trouxemos algumas discussões sobre a dimensão externa da variação, explorando a correlação entre os seus diferentes tipos: *regional* ou *diatópica*, *social* ou *diastrática*, *estilística* ou *diafásica* e através do *meio* ou *diamésica* e a variação linguística, confirmando o que diz Cedergren (1983 *apud* BENTIVOGLIO, 1987, p. 7): “É essencialmente por meio da variação que se manifestam os parâmetros de diferenciação social, os processos dinâmicos de variação estilística e a interação de fatores do sistema lingüístico”.

Leia mais!

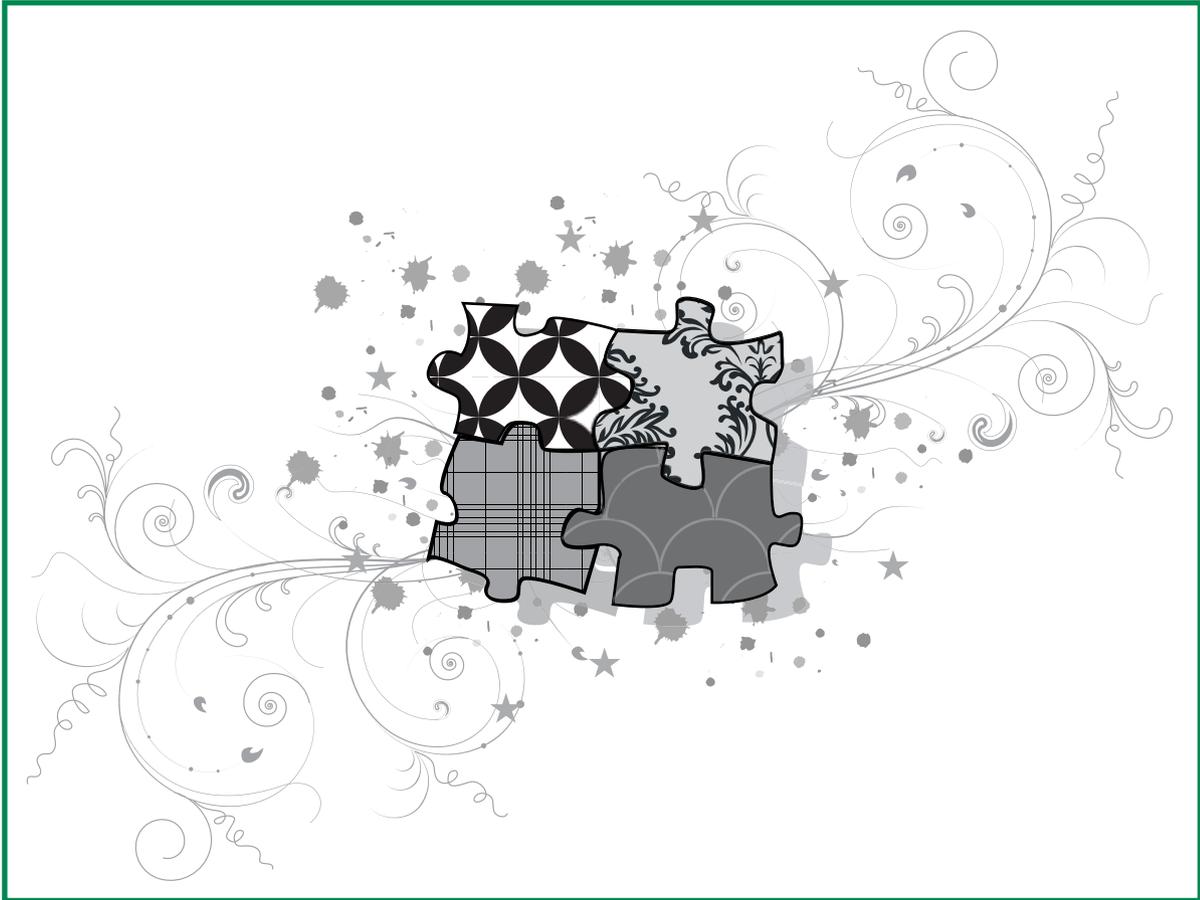
VANDRESEN, Paulino (Org.). *Variação e mudança no português falado da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2002.

_____. *Variação, mudança e contato lingüístico no português da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2006.

As duas coletâneas indicadas acima são compostas de artigos escritos por pesquisadores do Sul do Brasil. Tais artigos discutem fenômenos linguísticos em variação nos diferentes níveis da gramática (fonológico, morfológico, sintático e discursivo), trazendo explicações muito significativas sobre fatores internos e externos que condicionam cada um dos fenômenos investigados.

Unidade C

Variação e mudança linguística



Objetivo desta Unidade:

- Identificar os principais fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.

Nesta Unidade, apresentamos os principais fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística propostos por Weinreich, Labov e Herzog (WLH, 2006 [1968]). Discutiremos questões relacionadas à mudança e ao tempo, princípios gerais e problemas empíricos, partindo de uma discussão sobre língua homogênea e língua heterogênea (retomando noções já apresentadas na Unidade A) para chegarmos à concepção de que é da heterogeneidade que emerge a mudança.

5 Mudança linguística e o tempo

As teorias da linguagem, do passado ou atuais, sempre refletem concepções particulares de fenômenos linguísticos e compreensões distintas do papel destes na vida social. [...] em cada época, as teorias linguísticas definem, a seu modo, a natureza e as características relevantes do fenômeno linguístico.

(ALKMIM, 2001, p. 22)

Sabemos que cada estado da língua é resultado de um longo (e contínuo) processo histórico. Em cada momento do tempo as mudanças estão ocorrendo (ainda que imperceptíveis). Como o inglês do século XV é diferente do inglês do século XX, o português do século XV também não é o mesmo do português do século XX. Assim também o inglês e o português do futuro serão diferentes do inglês e do português atuais. E isso ocorre com todas as línguas humanas.

Mas afinal de contas, se a língua muda, como é que as pessoas continuam a se comunicar enquanto ela passa por períodos em que supostamente haveria menor sistematicidade? Essa é uma das grandes questões discutidas por WLH (2006 [1968]) no livro clássico *Empirical foundations for a theory of language change*. Uma das primeiras respostas dos autores foi a de que a mudança linguística **não** afeta a estrutura da língua, isto é, a língua continua estruturada enquanto as mudanças vão ocorrendo.

Investigaremos, a seguir, as propostas teórico-metodológicas dos autores, começando com a discussão sobre homogeneidade e heterogeneidade, que já introduzimos a você na Unidade A.

A versão que será utilizada neste livro-texto é a obra *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, traduzida por Marcos Bagno, de 2006.

5.1 Homogeneidade versus heterogeneidade

Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.

(WLH 2006 [1968], p. 126)

Abrimos esta seção parafraseando a epígrafe acima, um postulado importante que não deve ser esquecido por você: **na língua nem tudo**

que varia sofre mudança, mas toda mudança linguística pressupõe variação. Isso significa que o fato de existirem duas variantes com o mesmo valor de verdade que competem pelo mesmo espaço não quer dizer que uma delas vai se tornar obsoleta e que a outra vai ser a forma padrão. Duas variantes podem conviver em variação durante anos sem que haja substituição de uma forma por outra, ou seja, sem que haja mudança. Em outras palavras, duas variantes podem conviver numa situação de **variação estável**.

Retomemos, mais uma vez, o exemplo que foi colocado na Apresentação deste livro. As formas *firme* e *filme* convivem na nossa sociedade marcando uma diferença entre a fala rural e/ou pouco escolarizada e a fala padrão. Qualquer pessoa saberia dizer que entre as formas concorrentes *filme/firme* há variação, mas **não** há indicativo de mudança.

Pensemos agora em um outro exemplo. Sabemos que no português do Brasil o pronome *vós* foi substituído pelo pronome *vocês* para indicar a segunda pessoa do plural. No entanto, se formos aos textos antigos, do século XVI, veremos que é *vós* que está sendo usado como pronome de segunda pessoa, e não *vocês*. Observamos, portanto, uma mudança linguística de forma pronominal no tempo. O pronome *vós*, atualmente, só aparece em algumas linguagens específicas, como a religiosa ou a jurídica, e não mais na fala das pessoas, em que **somente *vocês* é usado**.

Embora *vós* ainda seja a forma prescrita pelas gramáticas normativas tradicionais contemporâneas.

- Você percebeu a diferença entre esses dois casos? Pois é, são questões como essa que vamos tratar neste capítulo.

Começamos trazendo algumas **reflexões de Saussure**, postuladas no clássico *Curso de Linguística Geral* (1995 [1916]), referentes a dois grandes pontos: (i) a língua como um sistema homogêneo e estruturado; e (ii) a separação entre sincronia e diacronia. Para o autor, os estudos linguísticos comportam duas dimensões distintas:

- histórica (chamada diacrônica)** – em que o centro das atenções são as mudanças por que passam as formas de uma língua no tempo;
- estática (chamada sincrônica)** – em que o centro das atenções são as características da língua vista como um sistema estável num espaço de tempo aparentemente fixo.

Reflexões a respeito das ideias de Saussure já foram introduzidas na Unidade A e agora serão aprofundadas, direcionando nossa discussão para a questão da mudança linguística.

Para Saussure (1995 [1916], p. 116), enquanto a linguística sincrônica se ocupará das relações lógicas e psicológicas que formam sistema entre si, a linguística diacrônica estudará as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se **substituem** uns aos outros sem formar sistema entre si.

A abordagem estrutural seria exclusivamente sincrônica, por se aplicar apenas a um estado da língua, ou seja, a um espaço no tempo (mais ou menos longo), durante o qual a soma de modificações ocorridas é mínima. A noção de estado da língua, na concepção do autor, retira o fluxo da língua do tempo, ou seja, retira da língua a sua dimensão histórica (como se ela fosse atemporal). A crítica feita por WLH a essa concepção saussureana é de que ela impede que se considerem fatores sociais agindo sobre a língua e que se incorpore ao sistema da língua a mudança.

Já a diacronia, segundo Saussure, estuda a sucessão dos diversos estados de língua. As mudanças linguísticas são entendidas pelo autor como a substituição de um elemento por outro no tempo, como **uma sucessão de estados independentes entre si**. Entre um estado e outro ocorre a mudança linguística, que não afeta o estado anterior e nada diz sobre o estado subsequente. Na verdade, quando Saussure fala de mudança ou transformação, diz que esses fenômenos não existem senão diacronicamente.

WLH (2006 [1968]) reagem aos postulados de Saussure. Para construir uma teoria que rompa com o axioma da homogeneidade, WLH precisam explicar como a língua, que é um sistema estruturado, muda sem que as pessoas tenham problemas de comunicação. Segundo os autores:

Nos parece bastante inútil construir uma teoria de mudança que aceite como seu *input* descrições desnecessariamente idealizadas e inautênticas dos estados de língua. Muito antes de se poder esboçar teorias preditivas da mudança linguística, será necessário aprender a ver a língua – seja de um ponto de vista diacrônico ou sincrônico – como um objeto constituído de heterogeneidade ordenada (2006 [1968], p. 35).

Para WLH (2006 [1968]), a língua é heterogênea e essa heterogeneidade deve ser buscada na **comunidade de fala**. A língua comporta regras variáveis que permitem que um falante A aprenda uma forma usada por um falante B e a adote como sua, sem abandonar a forma antiga que usava. Nesse caso, o falante A vai ter duas formas disponíveis

Reveja a noção de comunidade de fala apresentada na Unidade A.

Reveja o que foi apresentado na seção 4.2.2 sobre a relação entre faixa etária e variação/mudança.

Bidialetal

Por bidialetal entende-se uma pessoa que fala dois dialetos de uma mesma língua para se comunicar em diferentes situações.

para se comunicar (uma forma mais antiga e uma mais nova), como se fosse **bidialetal**. Essa disponibilidade pode ser observada, também, na fala de outros membros da comunidade na qual o falante está inserido.

Quando a mudança linguística ocorre dentro do repertório linguístico do falante A, pode acontecer, por exemplo, **um desfavorecimento gradual da forma original em prol da nova**, de modo que a forma antiga assuma o estatuto de arcaica ou obsoleta e, aos poucos, possa deixar de ser usada.

Para mostrar que as formas convivem na sociedade, no grupo social, e até mesmo num mesmo indivíduo, e que a mudança não é abrupta, os autores trazem (i) estudos com atlas dialetais, os quais oferecem exemplos da oposição arcaico/innovador dentro da competência linguística de falantes individuais; e (ii) estudos sociolinguísticos que mostram as alternâncias estilísticas dentro do comportamento linguístico da comunidade de fala. Esses estudos serviram de base para a formulação dos problemas e princípios empíricos para uma teoria da mudança que serão abordados nas seções seguintes.

Em síntese:

Para WLH:

- a mudança não envolve uma troca direta e abrupta de um elemento por outro, mas envolve sempre uma fase de concorrência (variação);
- deve-se romper a dicotomia saussureana que separa sincronia e diacronia, pois essa concepção impede que se considerem fatores sociais agindo sobre a língua e que se incorpore ao sistema da língua a mudança;
- a língua é heterogênea e essa heterogeneidade deve ser buscada na comunidade de fala.

5.2 Problemas empíricos para uma teoria da mudança linguística

Contrários às hipóteses de Saussure, WLH (2006 [1968]) vão tentar apresentar uma teoria de mudança linguística que explique como a estrutura linguística de uma comunidade de fala complexa se transforma no curso do tempo de tal modo que tanto a língua quanto a comunidade permaneçam ordenadas, embora a língua adquira formas diferentes.

Para encontrar respostas plausíveis sobre a mudança linguística, o pesquisador, segundo os autores, deverá levar em consideração a descrição de **dados empíricos** – fontes necessárias para se confirmar que as possibilidades de diferenciação das formas em variação estão descritas ordenadamente na língua, isto é, que **a heterogeneidade é sistemática e ordenada**.

WLH (2006 [1968]) apresentam **cinco** grandes questões:

- 1) Qual o conjunto de mudanças possíveis e de **condições** para mudanças que podem ocorrer em uma determinada estrutura?
- 2) Como as mudanças estão **encaixadas** na matriz de concomitantes linguísticos e extralinguísticos das formas em questão?
- 3) Como as mudanças passam de um **estágio** a outro, de uma comunidade a outra?
- 4) Como as mudanças podem ser **avaliadas** em termos de seus efeitos sobre a estrutura linguística e sobre a estrutura social?
- 5) A que fatores se pode atribuir a **implementação** das mudanças? Por que uma mudança ocorre em uma língua em uma época e não em outras?

Cada uma dessas questões corresponde a um **problema** a ser resolvido. Os autores formulam, então, **cinco** problemas que sintetizam os princípios concernentes aos fundamentos empíricos para uma teoria da mudança. Cada uma dessas questões/problemas leva a uma investigação, que será descrita a seguir.

5.2.1 Problema de restrição ou fatores condicionantes

Neste problema busca-se investigar o conjunto de mudanças possíveis e de condições possíveis para a mudança, que podem ocorrer numa dada estrutura, isto é, os fatores condicionantes da variação e mudança linguísticas (externos e internos). Para estudar as motivações internas, o pesquisador deve fazer um levantamento dos fatores linguísticos que condicionam o uso mais ou menos frequente da nova forma (ou do novo traço) na língua, isto é, das forças estruturais da língua. E para estudar as motivações externas, deve fazer um levantamento dos fatores sociais e estilísticos que condicionam o uso mais ou menos frequente da nova forma (ou do novo traço) na língua.

O estudo desses condicionadores é importante no sentido de confirmar que a variação é **inerente** ao sistema linguístico, uma vez que o sistema linguístico é heterogêneo. Lembre-se de que a variação é uma propriedade regular do sistema, sendo motivada por condicionadores internos e externos, e de que o falante tem competência linguística para lidar com regras variáveis.

Para exemplificar o problema empírico de restrição, vamos mostrar dois grupos de fatores condicionadores estudados por Monguilhott (2009), em sua tese de doutoramento, sobre a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala de moradores de Florianópolis de etnia portuguesa (urbanas e não urbanas). A autora estabeleceu como seu objeto de estudo a variável dependente ‘marcação/não marcação da concordância verbal de terceira pessoa do plural’. Buscando verificar os contextos favorecedores para cada uma das variantes: (i) com marca de concordância e (ii) sem marca de concordância, foram controlados seis grupos de fatores linguísticos e cinco extralinguísticos ou variáveis independentes.

Interessa-nos discutir neste momento os grupos de fatores: ‘posição do sujeito em relação ao verbo’ e ‘escolaridade’ – um grupo linguístico e outro social – levantados como possíveis condicionadores da marcação da concordância verbal. Vejamos então os resultados da autora expressos nas tabelas 1 e 2.

Posição	Apl./Total	%
SN anteposto	464/546	84%
SN posposto	23/67	34%
Total	487/613	79%

Tabela 1: Frequência de concordância verbal, segundo a variável 'posição do sujeito em relação ao verbo' (MONGUILHOTT, 2009, p. 125).

Antes de comentarmos os resultados, convém observar como devem ser lidos os números da tabela (cuja configuração é típica nos estudos sociolinguísticos). A tabela 1 apresenta os resultados da atuação da variável independente 'posição do sujeito' constituída por dois fatores: 'SN anteposto' e 'SN posposto', sobre a variável dependente, ou seja, a concordância verbal. A coluna do 'Total' corresponde ao total de dados da variável 'marcação/não marcação da concordância verbal de terceira pessoa do plural' levantados na amostra analisada; por 'Apl.' entende-se o número de dados correspondentes à **aplicação** da regra variável em estudo (nesse estudo, a concordância verbal). No caso, a autora encontrou 613 dados dos quais 487 (79%) aparecem com a marca de concordância, ou seja, houve aplicação da regra variável em 487 dados do total de 613. Olhando para os fatores, vê-se o seguinte: há 546 dados com SN anteposto dos quais 464 (84%) apresentam marca de concordância; e há 67 dados com SN posposto dos quais 23 (34%) apresentam concordância entre o sujeito e o verbo.

A tabela 1 evidencia uma tendência de uso: a marcação de concordância é maior quando o sujeito fica anteposto ao verbo, com 84% de frequência, distanciando-se significativamente da posposição do sujeito, com apenas 34% de frequência.

Vejam agora resultados estatísticos de um grupo de fatores social, a 'escolaridade'.

Escolaridade	Apl./Total	%
Ensino superior	397/447	89%
Ensino fundamental	243/347	70%
Total	640/794	80%

Tabela 2: Frequência de concordância verbal, segundo a variável 'escolaridade' (MONGUILHOTT, 2009, p. 132).

Os informantes mais escolarizados – do ensino superior – apresentam um percentual bastante alto de concordância verbal, com 89% de frequência (observe que, mesmo entre os mais escolarizados, não há 100% de concordância verbal na fala); enquanto os que fizeram até o ensino fundamental apresentam um uso de marcação de concordância mais baixo, de 70%.

Ao fazer um cruzamento entre os dois grupos de fatores, a autora observa que as diferenças entre posição anteposta e posposta do sujeito em relação ao verbo se acentuam. Mesmo falantes mais escolarizados usam uma marcação de concordância baixa quando o sujeito está posicionado à direita do verbo – **posição não canônica** dele, como o gráfico a seguir ilustra.

A posição canônica de um constituinte é a posição em que normalmente ele é encontrado numa sentença. Por exemplo, no PB, a posição canônica do sujeito, como vamos perceber nos resultados do estudo de Monguilhott (e também por nossa intuição como falantes), é à esquerda do verbo, ao passo que a posição canônica do objeto é à direita do verbo. A expressão “canônico” é aplicada a tudo o que é estável e mais frequente numa língua. Lembra-se da marcação canônica e da marcação excepcional de caso na Sintaxe?

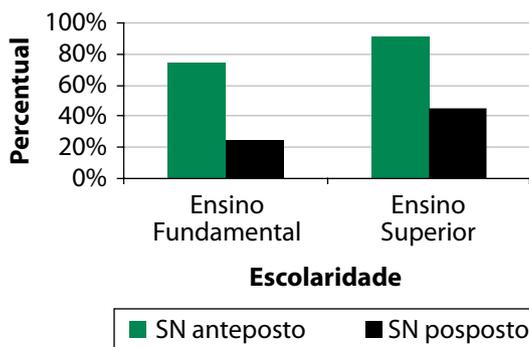


Gráfico 1: Frequência de concordância verbal, segundo o cruzamento entre as variáveis ‘posição do sujeito em relação ao verbo’ e ‘escolaridade’ (MONGUILHOTT, 2009, p. 125).

A frequência de marcação da concordância cai consideravelmente quando o sujeito está posposto ao verbo, independentemente da escolaridade do informante. Embora a posição do sujeito seja mais determinante na marcação ou não da concordância verbal, a escolaridade também se revela significativa. De acordo com os resultados apresentados, podemos dizer, portanto, que a marcação da concordância verbal não é resultado de aleatoriedade, mas motivada pela posição do sujeito em relação ao verbo e pela escolaridade, entre outros fatores condicionantes.

5.2.2 Problema de encaixamento

Ao explicar os fatores condicionantes, estamos também apontando como a variação/mudança está encaixada na estrutura linguística ou social. Vale lembrar que sem encaixar a mudança no quadro das relações sociais, vamos ter uma visão parcial do condicionamento dela. Esse en-

caixamento foi também mais um dos problemas investigados por WLH, no texto de 1968. Observando a diversidade dos fatores condicionantes e sua correlação com as questões sobre **encaixamento** estrutural e social, que pode ser observada, por exemplo, no gráfico 1 anterior, Labov (1982) propõe que se tratem os dois problemas, o das restrições e o do **encaixamento**, juntos. Para efeitos didáticos resolvemos mantê-los separados, tal como foi apresentado no trabalho clássico de WLH de 1968.

As restrições internas e externas à língua, ou os condicionadores internos e externos, podem ajudar, por exemplo, a compreender como a mudança se **encaixa** na língua e na sociedade e quais as forças que guiam a continuidade da mudança linguística. Possíveis respostas a essas questões estariam ligadas principalmente à estrutura social. O encaixamento pode ser observado quando estudos atestam uma correlação entre o fenômeno de mudança e a estrutura social (grupo socioeconômico, idade, sexo, escolaridade, etnia, localização geográfica).

A tarefa do linguista não seria apenas a de mostrar a motivação social de uma mudança, mas sim a de determinar o **grau de correlação** que existe entre estrutura linguística e sociedade e apresentar como ela pesa sobre o sistema linguístico abstrato.

O trabalho de Labov realizado na ilha de Martha's Vineyard, sobre a centralização da primeira vogal dos ditongos /ay/ e /aw/ – apresentado no Capítulo 4 deste livro-texto – é um bom exemplo dessa correlação. A grande contribuição desse estudo, como já salientamos, foi a de mostrar a influência que os condicionadores extralinguísticos, relacionados a características sociais dos habitantes da ilha, podem ter sobre a língua, ou seja, as motivações sociais que a variação linguística pode apresentar. Segundo Labov, somente o **encaixamento** sociolinguístico da variável na comunidade pode explicar o fato de que a variante não padrão seja mais usada na comunidade de Martha's. A centralização dos ditongos se apresenta naquela comunidade como se fosse uma 'marca local' – exagerada pelos membros da comunidade para demarcar seu espaço e sua **identidade cultural**.

Reveja a resenha deste estudo apresentada no Capítulo 4.

Além do encaixamento na estrutura linguística e social, WLH (2006 [1968]) perceberam um outro tipo de encaixamento, o de que mudanças em determinados terrenos da gramática fatalmente desencadearão mu-

danças em outras partes da mesma gramática, como se fosse uma situação de espelhamento interno das línguas, como se fossem reações em cadeia.

Para exemplificar esse processo em cadeia, retomamos a discussão sobre a entrada de determinados pronomes e a alteração do sistema de flexões verbais no PB, apresentada no Capítulo 3. Estudos mostram que o paradigma flexional foi alterado, em decorrência da entrada dos pronomes *você* e *a gente*, que se combinam com formas verbais de 3ª pessoa do singular. Por conta do sincretismo de formas, instala-se na língua gradativamente uma tendência ao preenchimento do sujeito pronominal. Além disso, as mudanças operadas no sistema pronominal repercutem também em outros pontos da estrutura interna da língua – relacionando-se a outras mudanças. Vejamos.

Com a entrada do pronome *você(s)* na língua para se referir à segunda pessoa do discurso, outras mudanças se desencadearam no sistema linguístico, tais como: na forma de realização do possessivo, as formas pronominais de terceira pessoa (*seu, sua, seus, suas*) se deslocam para a segunda pessoa (acompanhando o pronome *você(s)*) e a forma possessiva de terceira pessoa passa a ser genitiva, como em *dele, dela, deles, delas* (acompanhando o pronome *ele(s)*).

5.2.3 Problema de transição

Segundo Faraco (2005), no estudo deste problema de transição, a característica mais recorrente é o fato de a mudança não ser discreta. As formas antigas não são simplesmente substituídas pelas novas, mas há fases intermediárias em que as variantes coexistem e concorrem, diminuindo aos poucos a ocorrência de uma em oposição à outra, até que a mudança se complete.

Vejamos um caso concreto de mudança no tempo – ou **mudança em tempo real** – captada a partir da análise de amostras diacrônicas do PB. Ao estudar as variáveis ‘preenchimento do sujeito’ e ‘preenchimento do objeto direto’ (ou clítico), Tarallo (1990) detectou mudança em curso, ao longo do tempo, em direções opostas nos dois fenômenos estudados: enquanto o sujeito vai ficando cada vez mais preenchido, o objeto vai ficando cada vez mais esvaziado. Vejamos.

Mudança em tempo real

Diferente da **mudança em tempo aparente**, que é observada pelo comportamento linguístico de diferentes gerações num *mesmo* espaço de tempo (cf. Capítulo 4), a **mudança em tempo real** é captada pelo comportamento linguístico ao longo de *diferentes* períodos de tempo.

Função sintática/ Tempo	1725	1775	1825	1880	1981
Sujeito preenchido	23,3%	26,6%	16,4%	32,7%	79,4%
Objeto direto preenchido	89,2%	96,2%	83,7%	60,2%	18,2%

Tabela 3: Resumo da porcentagem de retenção pronominal (TARALLO, 1990, p. 140).

A tabela 3 mostra que o percentual de sujeito preenchido que ficava na faixa de 20% no século XVIII e início do XIX (1725, 1775 e 1825) sobe para 32,7% no final do século XIX (1880) e, no final do século XX, chega a 79,4%. Quanto ao preenchimento do objeto direto, a tabela mostra justamente o contrário: de 1725 a 1825, o objeto é preferencialmente preenchido (acima de 80%), em 1880 cai para 60,2% e em 1981 cai ainda mais, chegando à faixa de 20%. Ambos os fenômenos evidenciam, portanto, **mudança em progresso** ao longo do tempo.

Um dos propósitos do problema empírico de transição é descobrir como pode a mudança linguística passar de um estágio a outro (de uma sincronia a outra) sem interferir na comunicação entre os membros de uma comunidade de fala. Estudos, em geral, mostram que a transferência de uma forma para outra pode ocorrer entre comunidades diferentes e entre grupos de pares de faixas etárias levemente diferentes, e que o caminho por meio do qual uma forma é substituída por outra depende de prestígio, pressão estrutural ou utilidade funcional.

Nesse campo, segundo WLH (2006 [1968]), estudos apontam que a mudança pode se dar:

- 1) à medida que um falante aprende a forma alternativa;
- 2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro da competência linguística do falante;
- 3) quando uma das duas formas se torna obsoleta.

Para explicar a transição na estrutura social, é necessário analisar os processos que ocorrem em cada uma das situações de contato – quando uma forma se move de uma comunidade à outra, ou de uma geração à outra. Vejamos.

Uma mudança se espalha de uma comunidade à outra por transmissão através de proximidade geográfica, mas a taxa de desenvolvi-

Veja a esse respeito o que foi discutido na seção 2.4 sobre redes sociais.

mento de uma variante ou de outra está em proporção ao número populacional e à **densidade de interações verbais**. Quanto mais contato, mais chances de transmissão de formas novas e de mudança.

Vale lembrar, porém, que as regiões em contato não mantêm uma uniformidade de comportamento. Monaretto (2000), no trabalho sobre a queda do /r/ em final de palavras, mostra, por exemplo, que há mais apagamento do /r/ em Florianópolis (80%) do que nas outras capitais do sul do Brasil. Em Porto Alegre, a queda fica na faixa de 60% e, em Curitiba, apenas em 50%. Como nos lembra Faraco (2005, p. 196), “[...] a difusão da mudança, tanto no interior da língua, quanto no espectro social e no espaço geográfico, não se dá uniformemente, mas em ritmos e direções diferenciados”.

Uma mudança pode ser detectada através da comparação entre duas gerações quando a fala de uma pessoa mais velha e a fala de uma pessoa mais jovem são diferentes. Segundo a hipótese clássica sobre a mudança linguística na sincronia, conhecida como **mudança em tempo aparente** (já apresentada a você no Capítulo 4), cada pessoa preserva durante a vida o sistema vernacular que foi adquirido durante seus primeiros anos de formação até a puberdade (de 5 a 15 anos, mais ou menos). Quando envelhece, em geral, retrata um vernáculo de anos atrás. Podemos então perceber indícios de mudança linguística ao comparar uma geração com a outra. Da observação sincrônica de faixas etárias diferentes, pode-se ver, por exemplo, quais as mudanças linguísticas que estão em curso.

Observamos agora como a mudança em tempo aparente pode ser detectada nos trabalhos empíricos. Ao controlar a faixa etária como um dos condicionadores, podemos observar se há uma distribuição contínua das diferentes formas através de sucessivas faixas etárias da população. É como se fizéssemos um recorte transversal da amostra sincrônica, em função da faixa etária dos informantes. Para exemplificar esse tipo de mudança, trazemos resultados de Pagotto (2001), em estudo sobre a variável ‘palatalização do /t/’ na comunidade de Florianópolis, cf. tabela 4.

Faixa etária dos falantes	Palatalização do /t/		
	[t]	[ts]	[tʃ]
13 a 23 anos	42%	29%	30%
25 a 50 anos	66%	18%	17%
Acima de 50 anos	69%	19%	12%

Tabela 4: Percentual de 'palatalização do /t/' em Florianópolis, segundo a 'faixa etária'. (PAGOTTO, 2001, p. 317).

Nota-se nos resultados que a variante inovadora (a forma palatalizada [tʃ]) tem uma frequência baixa na faixa etária mais velha (12%) e uma frequência mais alta na faixa mais jovem (30%), enquanto a variante mais conservadora, a não palatalização do [t], é preferencialmente usada pela faixa etária mais velha (69%). A variante [ts] representa uma realização fonética intermediária entre as consoantes alveolar e palatoalveolar. Observa-se, pois, um aumento regular no uso da variante inovadora através dos vários grupos etários que compõem a comunidade de falantes, o que caracteriza um indício de mudança em curso, ou seja, **mudança em tempo aparente**.

5.2.4 Problema de avaliação

A atitude social quanto à língua pode ser um fator poderoso na determinação da mudança linguística. Este problema se propõe a investigar justamente isto: como as mudanças observadas podem ser **avaliadas** em termos de seus efeitos sobre a estrutura linguística, sobre a eficiência comunicativa (carga funcional) e na ampla gama de fatores não linguísticos envolvidos na fala.

No que diz respeito à carga funcional de segmentos envolvidos em mudanças, podemos hierarquizar condições favoráveis e desfavoráveis à mudança linguística. São favoráveis as condições quando a forma é prestigiada na sociedade e desfavoráveis quando a forma é estigmatizada, por exemplo. Ou seja, a avaliação da mudança linguística pelos membros da comunidade de fala se dá pelo seu significado social – prestígio ou não.

Há um reconhecimento social sobre as formas que estão em variação e mudança que pode ser medido pelas reações negativas ou positivas dos falantes. Essas reações podem ser observadas nos resultados

de testes de atitude/avaliação, a partir de respostas das pessoas sobre os diferentes usos linguísticos em variação na comunidade de fala na qual estão inseridas.

Monguilhott (2009), ao estudar a variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural, aplicou testes de atitude/avaliação para medir a reação das pessoas sobre 36 sentenças **sem** concordância, retiradas de sua amostra sincrônica. O instrumento foi aplicado a 24 alunos do nono ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública de ensino de Florianópolis e a 24 alunos de dois cursos superiores da Universidade Federal de Santa Catarina.

Os resultados da autora atestaram que os informantes do nível superior se mostraram mais conservadores na classificação das sentenças, em comparação com os informantes do nível fundamental, no sentido de classificarem as sentenças ou como **ruins** ou como **muito ruins**. Acredita-se que os universitários, por estarem há mais tempo em contato com a norma padrão da língua, tendem a estigmatizar formas que fogem do padrão, como é o caso da não marcação da concordância nos verbos, ao contrário dos alunos que frequentam ainda o **ensino fundamental**.

Na unidade D, mostraremos a metodologia de alguns desses testes a você.

O nível de **consciência social** é, portanto, uma propriedade importante da mudança linguística que deve ser determinada diretamente. Em geral, a mudança linguística se inicia em um determinado grupo social – associada a um determinado valor social – e, gradativamente, se expande para outros grupos até se completar.

É comum observarmos uma correlação entre uso e valor social:

- 1) Variantes de maior prestígio estão associadas, quase sempre, a estilos de fala mais formais e variantes de menor prestígio a estilos de fala mais informais (ao vernáculo);
- 2) As formas mais conservadoras (e, em geral, mais prestigiadas) são usadas majoritariamente no trabalho e as mais inovadoras na interação com os amigos (e familiares) e nas brincadeiras.

O surgimento de reações negativas pode retardar ou até mesmo impedir a mudança. Isso significa dizer que os falantes podem acelerar ou reter processos de mudança linguística de uma comunidade, à medida que se **identificam** com eles ou os **rejeitam**.

5.2.5 Problema de implementação (ou atuação)

Sabe-se que o processo global de mudança linguística pode envolver motivações e restrições tanto da sociedade quanto da estrutura da língua. Este problema tenciona investigar como se dá a implementação da mudança e por que ela ocorre em determinados contextos linguísticos e não em outros, ou em determinados lugares e não em outros.

Estudos mostram que podemos explicar a implementação a partir dos resultados referentes aos condicionadores linguísticos e sociais. À medida que identificamos os condicionamentos que agem sobre a mudança, damos uma explicação sobre a forma como a mudança vai se implementando nos diferentes contextos estruturais e nos diferentes estratos sociais.

Mas é provável que todas as explicações a respeito da implementação da mudança só possam ser fornecidas depois do fato ocorrido, *a posteriori* – quando a mudança é completada, ou seja, quando a forma nova (ou o traço novo) deixa de ser variável e passa a ser constante. Nesse caso, há em geral perda da significação social que a forma (ou o traço) possuía.

Para refletir

- a) Com base nas reflexões feitas neste livro-texto e no texto de WLH (2006 [1968]), acreditamos que agora você consiga responder algumas das questões que abriram a seção 5.2, sobre os problemas empíricos da Teoria da Variação e Mudança. Vamos lá, então.
- 1) Qual o conjunto de mudanças possíveis e de **condições** para mudanças que podem ocorrer em uma determinada estrutura?
- 2) Como as mudanças estão **encaixadas** na matriz de concomitantes linguísticos e extralinguísticos das formas em questão?
- 3) Como as mudanças passam de um **estágio** a outro, de uma comunidade a outra?
- 4) Como as mudanças podem ser **avaliadas** em termos de seus efeitos sobre a estrutura linguística e sobre a estrutura social?

- 5) A que fatores se pode atribuir a **implementação** das mudanças? Por que uma mudança ocorre em uma língua em uma época e não em outras?
- b) Tente agora dar a cada um dos problemas um novo exemplo de formas em variação/mudança.
- c) Discuta as respostas com seus colegas.

5.3 Princípios gerais para o estudo da mudança linguística

Uma vez postulados os problemas empíricos como grandes questões a serem investigadas, WLH (2006 [1968]) sintetizam seus achados teóricos na formulação de sete princípios gerais para o estudo da mudança linguística. Apresentamos esses princípios agora para você, com o propósito de fixar os postulados mais importantes da Teoria da Variação e Mudança.

- 1) A mudança linguística se inicia quando a generalização de uma dada alternância em um certo subgrupo da comunidade de fala assume o caráter de diferenciação ordenada, isto é, **não** é uma deriva aleatória;
- 2) A associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão. A estrutura linguística inclui formas categóricas e formas variáveis. O domínio de uma língua pressupõe o controle das regras que regem tais formas;
- 3) Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística envolve mudança, mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade;
- 4) A generalização da mudança linguística através da estrutura linguística não é nem uniforme nem instantânea. A generalização envolve a correlação de mudanças ao longo do tempo e aparece refletida em diferentes áreas do espaço geográfico;

- 5) As gramáticas nas quais a mudança linguística ocorre são gramáticas da comunidade de fala. Devido ao fato de as estruturas variáveis contidas no sistema serem determinadas por funções sociais, não é possível falar em gramáticas individuais;
- 6) A mudança linguística é transmitida dentro da comunidade como um todo. Ela não está confinada a etapas discretas dentro da família. Toda e qualquer descontinuidade encontrada na mudança resulta de descontinuidades específicas observadas dentro da comunidade de fala. É muito mais do que o resultado de diferenças de geração (entre pai e filho);
- 7) Fatores linguísticos e sociais encontram-se intimamente relacionados no desenvolvimento da mudança linguística. Explicações apenas de um ou outro aspecto falharão ao descrever as regularidades que podem ser observadas nos estudos empíricos do comportamento linguístico.

(Adaptado de: WLH, 2006 [1968], p. 125-126)

Fechando a Unidade C

Nesta Unidade, trouxemos alguns pontos de WLH (2006 [1968]) sobre a Teoria da Variação e Mudança que foram fundamentais para o novo rumo que os estudos sobre mudança ganharam a partir da década de 1960, tendo como base estudos de Geolinguística e de Sociolinguística. Vamos retomá-los rapidamente:

- ✦ Argumenta-se contra a tradicional ideia de que a sistematicidade e a variabilidade se excluem;
- ✦ Questiona-se o pressuposto sincrônico tradicional que associa sistema (estrutura, organização) com homogeneidade;
- ✦ Não se aceita como necessária a homogeneização do objeto linguístico, ou seja, a ideia de que só fazendo abstrações é que teríamos condições de encontrar um objeto estruturado;
- ✦ Cancela-se a distinção entre diacronia e sincronia. Tanto na diacronia quanto na sincronia podemos observar um sistema linguístico em variação e mudança;
- ✦ Defende-se um modelo de língua que seja capaz de acomodar sistematicamente a heterogeneidade sincrônica e diacrônica, um modelo que acomode os fatos de uso variável e seus condicionadores internos e externos (sociais e estilísticos);
- ✦ Assume-se que a **heterogeneidade é ordenada**.



Leia mais!

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. de M. Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Trata-se da obra que estabelece as bases teórico-metodológicas do que se conhece hoje como Sociolinguística Variacionista. O livro traz uma apresentação circunstanciada feita por Carlos Alberto Faraco – que oferece aos leitores um histórico e um breve roteiro de leitura – e um posfácio escrito por Maria da Conceição Paiva e Maria Eugênia Duarte – em que as autoras falam da herança do programa proposto por WLH na Sociolinguística brasileira.

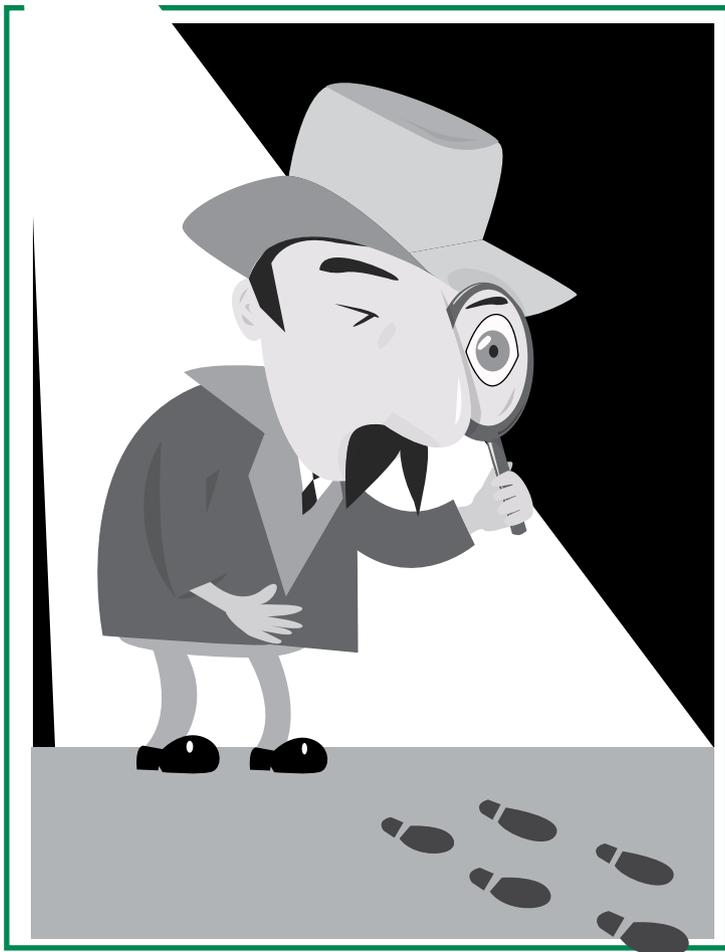
PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (Orgs.) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

O livro apresenta uma introdução sobre a mudança linguística em curso e mais dez capítulos, escritos por diferentes autores, que abordam distintos fenômenos de mudança no PB: monotongação de [ey], concordância de número, uso do sujeito pronominal, entre outros. Os estudos seguem a metodologia de painel e tendência.

CALLOU, Dinah; MORAES, João; LEITE, Yonne. Apagamento do R Final no Dialeto Carioca: um Estudo em Tempo Aparente e em Tempo Real. *D.E.L.T.A.*, v. 14., São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501998000300006&script=sci_art-text>. Acesso em: 01 mar. 2010.

Unidade D

Pressupostos metodológicos da
pesquisa sociolinguística



Objetivos desta Unidade:

- Identificar as etapas de uma pesquisa sociolinguística;
- Verificar os passos de uma pesquisa por meio do exame do estudo de um fenômeno linguístico variável.

Nesta Unidade apresentamos os principais postulados da metodologia de pesquisa de campo da Sociolinguística Variacionista e fazemos a descrição de todos os passos da pesquisa a partir do exame de um fenômeno linguístico variável do PB.

6 Etapas da pesquisa sociolinguística

A Sociolinguística laboviana dispõe de uma **metodologia de pesquisa de campo** bastante criteriosa para conduzir os estudos sobre variação e mudança linguística. Neste capítulo, vamos abordar os seguintes tópicos:

- Seleção dos informantes;
- Metodologia de coleta de dados;
- Envelope de variação;
- Levantamento de questões e hipóteses;
- Codificação de dados e análise estatística.

É fundamental, nesta unidade, a leitura do livro: TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.

6.1 Seleção dos informantes

Já vimos, na Unidade A, que o *locus* para a busca de dados linguísticos é a comunidade de fala, podendo-se também trabalhar com redes sociais. Ou seja, não é propriamente o indivíduo que interessa ao pesquisador sociolinguista, mas o grupo social no qual ele vive e com o qual ele interage. Mas, obviamente, só podemos chegar ao grupo através do contato com os indivíduos – os **informantes** que nos fornecerão os dados. Tendo em vista que, em função das comunidades de fala, em geral, serem compostas por centenas ou mesmo milhares de indivíduos, não temos outra opção senão coletar os dados referentes ao comportamento linguístico de uma comunidade com apenas alguns de seus componentes (e, como vamos ver, isso não chega a ser uma limitação à pesquisa, pois na verdade uma quantidade pequena – mas representativa – da comunidade é tudo de que precisamos). É muito importante, por essa razão, que os informantes selecionados para serem entrevistados sejam *representativos* da comunidade de fala a que pertencem.

Alguns procedimentos devem ser seguidos quanto à *definição do universo da amostra* e ao *tamanho e estratificação da amostra*. Na definição do universo da amostra, partimos do seguinte ponto: qual a comu-

nidade de fala que desejamos estudar? Trata-se de uma comunidade da zona urbana ou da zona rural? Um grupo linguisticamente minoritário na região? Uma comunidade bilíngue? Uma comunidade de pescadores? Uma resposta precisa a essa pergunta é relevante, pois a definição da comunidade de fala a ser investigada vai se refletir na maneira de selecionar os informantes.

As pesquisas sociolinguísticas têm mostrado que não há necessidade de amostras tão grandes como as usadas em outras pesquisas de natureza social (de intenções de voto, por exemplo) para se analisarem fenômenos variáveis, uma vez que o uso linguístico é mais homogêneo do que o comportamento humano acerca de outros fatos, em virtude de não estar tão sujeito à manipulação consciente (com a ressalva de que no caso dos estereótipos possa haver algum grau de manipulação consciente). Assim, por exemplo, numa dada comunidade, resultados obtidos a partir da análise da fala de cerca de 60 informantes serão apenas ratificados em amostras maiores, ou seja, a partir de certo número de informantes os resultados tornam-se redundantes.

Nem sempre alcançamos a quantidade de cinco informantes por célula social. Há bancos de dados linguísticos com quatro informantes por célula, e mesmo com dois. Quanto menor o número de informantes por célula, mais cautela precisamos tomar na análise dos resultados estatísticos concernentes aos fatores sociais.

Há, ainda, a necessidade de se considerarem as dimensões sociais relevantes da variação, pois elas irão se refletir no tamanho e na constituição da amostra, isto é, na constituição das **células sociais** (agrupamento de fatores sociais que caracterizam os informantes). O recomendado, em termos de número ideal de informantes, é de cinco por célula, de modo a garantir a representatividade da amostra. Não é preciso, portanto, ter centenas de gravações para se fazer uma análise estatística. Padrões básicos de estratificação social e estilística emergem de amostras com cerca de cinco informantes por célula social (cf. quadro 1).

Vejamos como funciona essa estratificação. Se vamos considerar as variáveis sociais 'sexo/gênero', 'idade' (três faixas etárias) e 'escolaridade' (três níveis), por exemplo, podemos ter a seguinte distribuição dos informantes:

Idade/Sexo/gênero	Escolaridade					
	Até 4 anos		De 5 a 8 anos		De 9 a 11 anos	
	M	F	M	F	M	F
15 a 24 anos	5	5	5	5	5	5
25 a 49 anos	5	5	5	5	5	5
+ de 50 anos	5	5	5	5	5	5
Total	15	15	15	15	15	15

Quadro 1: Distribuição dos informantes. Total = 90 informantes

À medida que aumentarmos ou diminuirmos as variáveis sociais controladas, vai aumentar ou diminuir, proporcionalmente, o número de informantes de nossa pesquisa, em função do preenchimento das células sociais. No quadro 1 acima, por exemplo, temos 18 células sociais: 2 (relativas ao sexo/gênero do informante) x 3 (concernentes aos graus de escolaridade) x 3 (referentes a três faixas etárias) = 18. Daí o total: 18 células x 5 informantes = 90 informantes. Se desconsiderarmos a ‘escolaridade’, ficaremos com seis células, logo, com 30 informantes, e assim por diante.

Já temos a distribuição dos informantes por célula social. O próximo passo é saber como localizar informantes com essas características. A orientação é que a amostra seja aleatória (também chamada de “randômica”). O que vem a ser isso? Numa amostra aleatória, cada sujeito de uma população/comunidade tem igual chance de ser escolhido para fazer parte da pesquisa – trata-se de uma amostra probabilística, cujos resultados podem, depois, ser projetados para a comunidade de fala como um todo, ou seja, podem ser generalizados. Parte-se, então, para uma localização aleatória dos informantes, desde que se contemplem as características sociais já definidas nas células – devemos localizar cinco indivíduos do sexo/gênero masculino com até quatro anos de escolaridade e com idade entre 15 e 24 anos, cinco mulheres com as mesmas características, e assim por diante. Uma busca aleatória pode ser feita a partir de listas telefônicas, catálogos de endereços, registros eleitorais, dados do censo etc. Com a conclusão dessa etapa, parte-se para a coleta de dados, através de entrevistas gravadas com os informantes selecionados. Lidaremos com isso na próxima seção.

6.2 Metodologia de coleta de dados

Segundo Labov, o principal método para a investigação linguística é a observação direta da língua falada usada em situações naturais de interação social face a face. Essa língua é o **vernáculo** – estilo em que o mínimo de monitoração ou atenção é dispensado à fala. É a língua que usamos em nossas casas, com nossos amigos, nas reuniões de lazer, longe dos locais de trabalho, por exemplo, onde se requer uma fala mais cuidada. Mas como coletar o vernáculo? Como conseguir que os informantes falem livremente em entrevistas gravadas?

Esse problema consiste no chamado **paradoxo do observador**: o objetivo da pesquisa linguística na comunidade é verificar como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas; mas só podemos obter esses dados através da observação sistemática. Labov apresenta uma proposta para tentar neutralizar esse paradoxo, como veremos em seguida.

Para Labov, a melhor forma de coletar *bons dados* (que reflitam de forma fidedigna e em boa qualidade sonora o vernáculo) é a **gravação** de entrevistas individuais. E, no decorrer da entrevista, os dados mais interessantes provêm de narrativas de experiências pessoais. Por quê? Porque ao envolver o falante em tópicos que recriem emoções fortes vividas no passado (por exemplo, fazendo perguntas como ‘Você já passou por uma situação em que correu perigo de morte? Como foi?’), o entrevistador faz com que o informante desvie a atenção de sua própria fala, deixando o vernáculo emergir. O falante deixa de prestar atenção no *como diz* para ficar atento a *o que diz*. Outros estímulos desse tipo podem ser: ‘Conte um fato (história) que tenha acontecido com você e que tenha sido muito engraçado (ou muito triste, ou muito constrangedor)’. O nome que se dá a esse formato específico de interação, cuja finalidade é a composição de um banco de dados para estudos sociolinguísticos, é **entrevista sociolinguística**.

É preciso atentar para a qualidade das gravações, com uso de bons equipamentos e minimização de interferência de ruídos externos, de modo a obter dados de boa qualidade sonora.

Um roteiro de entrevista sociolinguística não se restringe, contudo, à elicitación de narrativas de experiências pessoais. Os fenômenos variáveis que podem ser analisados são de diversos tipos, podendo envolver, por exemplo, tempos e modos verbais, uso de operadores argumenta-

tivos, formas de tratamento etc. O problema é que dificilmente vamos encontrar verbos no tempo futuro, ou no modo subjuntivo, ou no modo imperativo em relatos de fatos passados. Do mesmo modo, serão escassos os operadores argumentativos nesses relatos. O mesmo se diga sobre as diferentes formas de se dirigir ao interlocutor. Então, o pesquisador precisa estar atento para, de um lado, obter dados vernaculares e, de outro, obter dados pertinentes ao estudo que deseja desenvolver. Por isso, a sugestão de que se diversifiquem (i) os estímulos oferecidos ao longo da entrevista, e (ii) os tipos de coleta de dados.

Além de estimular *narrativas*, o entrevistador pode conduzir perguntas como:

- Fale sobre o local onde você mais gosta de ficar, ou passear (*descrição*);
- O que você acha sobre: a escola; relacionamentos afetivos (amizade, namoro...); pressões sociais (família, escola, igreja...); vocação; política interna do país... Ou: fale sobre algo que lhe incomoda, ou provoca, ou agrada... Ou: o que você faria se... (*opinião, argumentação*);
- O que você sabe, ou gosta de fazer? Como se faz isso? (*procedimentos*).

Apresentamos, a seguir, alguns dados extraídos do Projeto VARSUL, para ilustrar alguns tipos de sequências textuais presentes no *corpus*.

Trecho argumentativo:

[...] E: E que, que, como é que a senhora sente assim a cidade de Curitiba, a senhora gosta daqui?

F: Gosto, gosto, sempre gostei. Apesar que eu estava achando [] agora Curitiba muito suja.

E: Suja?

F: Suja. Curitiba é um cartão postal, é muito bonita, e agora está muito suja. Está suja e relaxada, mas isto acho que o culpado mesmo é o governo |pelo falta| de verba. Porque você veja eu acho, eu sempre pego uma casa [<d>] de uma família, eu faço uma comparação com o governo. Se numa casa não há boa administração então [as] as coisas não vão bem. E assim é o governo, se não tem [<a>] administração boa o país não pode ir bem, [né?] (CTB 22 L. 1171)

Trecho narrativo:

[...] Aí eu tava dormindo, tudo e:... eu tava com uma dor de cabeça, a minha mãe saiu pra pegar um óleo de:... de ungir, não tem? e passou, assim, na minha cabeça, orou, tudo. “Pelo amor de Deus, (est) que cure o meu filho, que tal.” Aí chegou num dia pro outro eu [t-] fui dormir e curou, assim, passou a dor, passou a dor de cabeça assim, na hora. (FLP10MJP:1090)

Trecho descritivo:

[...] Bem, é assim: a diretoria é composta de seis pessoas: tem a presidente, a vice-presidente, a primeira secretária, a segunda secretária, a primeira tesoureira, a segunda tesoureira. Quer dizer que a presidente é eleita pelas sócias do Apostolado, que nós somos quase em 200, né? (SBO17, L222)

Trecho com citação:

[...] E: E eu não estava mais querendo saber de brincar assim de ficar o tempo todo com as minhas amigas. Eu estava querendo fazer aquilo ali. Aí ela achou assim que não, que as gurias eram menorzinhas, não sei quê, que podia me atrapalhar e tal. Daí ela foi cortando tipo: “Não vão fazer aqui, não sei quê.” Ou então foi me botando na cabeça: “Lúcia, olha só, tu já estás nessa idade, essas pirralhas aí atrás de ti todo tempo, não sei quê” Aquelas coisas. Aí eu fui me desligando, e a minha família [é muito] era, principalmente, muito voltada assim pro esporte, né? Então, nessa época, meus doze anos, toda família começou a jogar vôlei, né? (POA 20 L. 703)

Trecho com procedimentos (descrição de passos necessários na realização de determinadas tarefas)

[...] Mas, também, pode não/ se não quiser, também não precisa colocar que salada fica ótima do mesmo jeito sem salame... E tem o molho também pra salada que é: meia xícara de maionese... sabe? Tu pegas a maionezinha, o suco de meio limão... sal, pimenta e um pouquinho de açúcar... tá? Isso é o que vai. (FLP01FAP:616)

Um roteiro de entrevistas abrangente tem um papel importante, tanto para garantir diferentes tipos de assunto e, conseqüentemente, dados de natureza diversificada, como para uniformizar, em certa medida, os dados de vários informantes para comparação posterior. Cabe ao pesquisador, porém, adaptar o roteiro de entrevista a cada grupo estudado.

Nas **entrevistas sociolinguísticas** o entrevistador deve tentar (i) neutralizar a força inibidora de sua presença (já que ele é uma pessoa estranha à comunidade) e do gravador, mostrando-se interessado, de fato, nas histórias que os informantes vão contar; (ii) realizar o mínimo de interferências no momento em que o informante estiver discorrendo sobre os assuntos que despertem o seu interesse. Tomando esses cuidados, o pesquisador estimula o informante a “soltar” seu vernáculo e garante textos com unidade discursiva e não fragmentados.

É recomendado que se utilize, ainda, uma ficha social para cada informante, na qual serão registrados dados de identificação, informações relativas ao contexto da entrevista, tais como descrição do local e do tipo de interação entrevistador/informante, ou outras observações julgadas relevantes.

Alguns outros tipos de coleta de dados são:

- Entrevistas anônimas e rápidas (por exemplo, como vimos na Unidade B, ao estudar a variável ‘presença/ausência de <r> em posição pós-vocálica na cidade de Nova Iorque’, Labov visitou três lojas de departamentos, fazendo perguntas aos funcionários cuja resposta deveria ser *fourth floor* (quarto andar), e registrando, a seguir, cada resposta. Com essa estratégia rápida, ele levantou os dados que desejava analisar);

Como toda pesquisa que envolve informantes, a pesquisa sociolinguística também está sujeita à aprovação prévia pelo Comitê de Ética da instituição à qual se vincula o pesquisador.

- Observações e registros assistemáticos (em trens, ônibus, balcões de lojas, bilheterias, filas etc.);
- Gravações de programas de TV e rádio;
- Gravações em locais de desastres (situação em que as pessoas se encontram sob impacto emocional), em discursos públicos;
- Gravações de interações entre pares de informantes;
- Questionários sobre **usos linguísticos** – de **produção** e de **percepção**.

Tem-se observado que, quando os informantes vão comentar sobre fatos da própria língua, sua fala se torna mais cuidada.

Em relação a testes de produção e de percepção, há evidências de que existe uma grande assimetria entre percepção e produção – as regras variáveis são regras de produção e não de percepção. Por exemplo, num estudo relatado por Labov sobre o inglês negro vernacular (*Black English Vernacular* – BEV), testes de repetição da estrutura inglesa padrão *I asked him if he did it* ('Perguntei-lhe se ele fez isso') mostram que o significado da sentença é percebido pelos falantes, mas que ela é produzida automaticamente como *I axed him did he do it*.

Apesar dessa assimetria apontada acima, diferentes testes de percepção e de produção podem ser criados e aplicados em pesquisas sociolinguísticas. Um bom exemplo é-nos apresentado por Tarallo (1985) sobre o uso das orações relativas (cf. já mencionado na Unidade B). Ele sugere que se apresente aos informantes uma bateria de construções, sem uma ordem pré-determinada, para que eles digam quais são as mais aceitáveis e quais são as menos aceitáveis.

Vamos simular um teste de percepção?

Numere as frases, de 1 a 3, de acordo com o grau de aceitabilidade: (1) para a mais aceitável, (2) para a mais ou menos aceitável e (3) para a menos aceitável.

a) () Eu tenho uma amiga *que é ótima*.

- b) () Eu tenho uma amiga *que você conhece ela*.
- c) () Eu tenho uma amiga *que você conhece*.
- d) () Eu tenho uma amiga *que ele se encontrou no Rio*.
- e) () Eu tenho uma amiga *que ela é ótima*.
- f) () Eu tenho uma amiga *com quem ele se encontrou no Rio*.
- g) () Eu tenho uma amiga *que ele se encontrou com ela no Rio*.
- h) () Eu tenho uma amiga *que o marido dela se mudou para o Rio*.
- i) () Eu tenho uma amiga *cujo marido se mudou para o Rio*.
- j) () Eu tenho uma amiga *que o marido se mudou para o Rio*.

Confira seu teste!

Nas frases (a, c, f, i) temos relativas-padrão. Nas demais, temos relativas não padrão. Entre essas: as frases (b, e, g, h) são de relativas com pronome lembrete; e as frases (d, j) são de relativas cortadoras.

No estudo de Tarallo (ele testou uma bateria com mais de cem frases entre informantes de classe média e de classe alta), os resultados apontaram que informantes da classe média avaliaram como aceitáveis 79% das relativas-padrão, enquanto informantes da classe alta avaliaram como aceitáveis 93% dessas mesmas construções. Por outro lado, a classe média aceitou 47% das relativas não padrão e a classe alta somente 29%. Percebe-se, assim, uma correlação entre classe social dos falantes e grau de aceitabilidade de construções sintáticas padrão e não padrão.

Tarallo sugere um refinamento desse teste: comparar qual das relativas não padrão é a mais estigmatizada. Uma das hipóteses do autor é que a construção com *cujo* seja evitada por ser considerada uma forma de pedantismo. E a sua hipótese, qual seria?

Um teste de produção poderia ser organizado do seguinte modo:

Com as duas sentenças abaixo, formule somente uma, fazendo as devidas alterações:

Aquela menina é bonita. Aquela menina é de São Paulo.

Duas opções são previsíveis aí:

“Aquela menina *que é de São Paulo* é bonita.”

“Aquela menina *que ela é de São Paulo* é bonita.”

- Você formulou uma dessas combinações? A primeira é de relativa-padrão e a segunda é de relativa não padrão com pronome lembrete.

Na testagem de Tarallo (ele ofereceu 36 diferentes situações), os informantes de classe média produziram 75% de relativas-padrão e os de classe alta, 94%. Dessa forma, nesse estudo, o teste de produção confirmou os resultados do teste de percepção.

Vamos tratar um pouco, agora, da metodologia empregada para capturarmos diferentes matizes estilísticos em casos de variação. Labov (2008 [1972]) afirma que não existe nenhum falante com estilo único, e que os estilos podem ser dispostos ao longo de uma dimensão medida pelo *grau de atenção* dispensado à fala (monitoramento). É nesse contexto que o vernáculo é definido como o estilo em que é dispensada a monitoração mínima à fala. Pois bem, Labov sugere alguns tipos de testes, aplicáveis especialmente a estudos fonológicos, que captam níveis estilísticos distribuídos num gradiente:

fala casual > fala cuidada > leitura > listas de palavras > pares mínimos
+ distenso/informal + tenso/formal

Os dados para análise são obtidos em amostras de fala casual, de fala cuidada (com algum grau de monitoramento), em gravação de leitura de textos (com palavras que contêm o dado sob análise distribuídas aleatoriamente), leitura de listas de palavras e leitura de pares de palavras que se distinguem pelo som em questão. A ideia é que essas coletas diversificadas permitam identificar fenômenos de variação estilística.

Uma coleta de dados interessante é aquela que contempla produções de fala e de escrita de um mesmo informante. Vamos exemplificar esse procedimento a partir de um projeto de extensão realizado na Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se do projeto *Variação linguística e ensino de gramática nas escolas do Ensino Fundamental: um estudo do paradigma pronominal*, cujos pesquisadores, coordenados pela professora Izete Lehmkuhl Coelho, coletaram, em 2008, amostras de fala e escrita de redação de alunos do terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5^a, 6^a, 7^a e 8^a série; ou 6^o, 7^o, 8^o e 9^o ano) de quatro escolas públicas de Florianópolis para servirem como banco de dados para pesquisas de variação morfossintática. A metodologia utilizada seguiu estas etapas:

- **1^a etapa:** Local a ser investigado – seleção de quatro escolas da rede pública de ensino de Florianópolis para fazer a pesquisa de campo;
- **2^a etapa:** Pesquisa de campo de dados de escrita – aplicação de uma atividade de produção textual (preferencialmente uma narrativa) a respeito de acontecimentos alegres, tristes, divertidos (e outros) da vida dos alunos;
- **3^a etapa:** Pesquisa de campo de dados de fala – realização de gravação do relato oral do mesmo fato que tinha sido anteriormente produzido por escrito pelos alunos, com o intuito de servir de comparação com a versão na modalidade escrita (as produções textuais);
- **4^a etapa:** Armazenamento das coletas de dados de escrita e de fala.

(Adaptado de: SILVA-BRUSTOLIN, 2009, p. 138)

O banco de dados com as amostras de fala e escrita coletadas está disponível para pesquisas no Projeto VARSUL/SC. O primeiro resultado bem sucedido desse projeto foi a dissertação de Silva-Brustolin (uma das participantes do projeto de extensão nas escolas), defendida na UFSC em maio de 2009, sobre a variação entre *nós* e *a gente* em textos escritos e orais de alunos do Ensino Fundamental da rede pública de Florianópolis. A autora mostra que a variação de *nós* e *a gente* é

motivada pelo meio (fala/escrita), uma vez que 65% de *a gente* foram encontrados na fala e apenas 16% na escrita. Quanto ao pronome *nós*, 83% na escrita e 35% na fala.

Segundo Silva-Brustolin, a leitura dos resultados nos permite inferir que nas escolas da rede pública de Florianópolis pesquisadas: (i) o pronome *nós* é mais utilizado na escrita em detrimento do *a gente*, apesar de este já aparecer na escrita; (ii) o pronome *a gente* é mais usado na oralidade (narrativas de cunho pessoal) em detrimento do pronome *nós*; e (iii) apesar de *a gente* já ter um grande espaço, o emprego de *nós* na escrita é proporcionalmente maior do que o emprego do *a gente* na fala.

Vejamos, ainda, outros tipos de testes:

- **Testes de atitude/avaliação:** avaliar socialmente as variantes (prestígio *versus* estigma, certo *versus* errado); identificar características socioculturais dos falantes (etnia, classe social) a partir da audição de gravações; identificar características da personalidade dos falantes (inteligência, personalidade).
- **Teste de (in)segurança linguística:** escolher qual, dentre duas formas alternantes, é a “correta” e qual o informante normalmente usa. O falante vai demonstrar segurança se achar que a *sua* fala é a norma; vai revelar insegurança se considerar sua fala pouco valorizada.

Silva-Brustolin (2009), além de utilizar as amostras de fala e escrita, também aplicou um teste de atitude/avaliação aos alunos de uma das escolas investigadas no projeto. O controle social do teste baseou-se em: idade (10-14 anos e 15-19 anos), sexo/gênero (homens e mulheres), escolaridade (5^a, 6^a, 7^a e 8^a série do ensino fundamental), cidade onde o aluno nasceu, cidade onde vive atualmente e, por fim, escola onde estudava. O modelo de teste adotado por ela será apresentado a seguir.

Nome/pseudônimo: _____
 Idade: ____ Sexo: _____ Escolaridade: _____
 Cidade onde nasceu: _____
 Cidade onde vive: _____

Assinale mais de uma opção se você achar necessário:

Que forma você **nunca** falaria?

- 1) Nós vamos dançar.
- 2) Nós vai dançar.
- 3) A gente vai dançar.
- 4) A gente vamos dançar.

Que forma você falaria e **acha legal/boa**?

- 1) Nós vamos embora.
- 2) Nós vai embora.
- 3) A gente vai embora.
- 4) A gente vamos embora.

Que forma você falaria mas **acha ruim**?

- 1) Nós vamos embora.
- 2) Nós vai embora.
- 3) A gente vai embora.
- 4) A gente vamos embora.
- 5) Nenhuma das anteriores

Que forma você não falaria e **acha ruim**?

- 1) Nós vamos viajar amanhã.
- 2) Nós vai viajar amanhã.
- 3) A gente vai viajar amanhã.
- 4) A gente vamos viajar amanhã.
- 5) Nenhuma das anteriores.

Que forma vocêalaria em uma situação **formal** (para apresentar um trabalho, por exemplo)?

- 1) Nós estudamos na biblioteca da escola.
- 2) Nós estuda na biblioteca da escola.
- 3) A gente estudamos na biblioteca da escola.
- 4) A gente estuda na biblioteca da escola.

Que forma vocêalaria em uma situação **informal** (com amigos, família)?

- 1) Nós estudamos na biblioteca da escola.
- 2) Nós estuda na biblioteca da escola.
- 3) A gente estudamos na biblioteca da escola.
- 4) A gente estuda na biblioteca da escola.

Os resultados do teste confirmaram o uso *estilisticamente marcado* dos pronomes. A maioria das respostas dos alunos à pergunta: “Que forma vocêalaria em uma situação formal?” foi: ***nós estudamos na biblioteca da escola***, o que mostra que eles elegem o pronome tradicional ***nós***, que é ensinado na escola, para usar em uma situação mais formal. Já em uma situação mais informal preferem o pronome ***a gente*** (SILVA-BRUSTOLIN, 2009, p. 214-215).

Falamos, até aqui, sobre procedimentos metodológicos a serem adotados para a constituição de amostras (ou *corpora*) especificamente de fala. Já temos disponíveis, no Brasil, vários **bancos de dados linguísticos**. Ou seja, para se fazer uma pesquisa sociolinguística, nem sempre é necessário ir a campo; podem-se utilizar dados de um banco previamente constituído. O primeiro deles é do Projeto NURC (Norma Linguística Urbana Culta), formado na década de 1970 com entrevistas gravadas em cinco capitais brasileiras – Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife – com informantes de nível universitário, envolvendo três tipos de coleta: diálogo entre dois informantes, diálogo entre informante e entrevistador e elocução formal. A importância

do Projeto NURC se evidencia, por exemplo, nos oito volumes da *Gramática do Português Falado*, projeto coordenado pelo professor Ataliba Castilho. Além desse banco de dados de fala culta, outros tantos se formaram, e estão se formando, coletando outros tipos de amostras. O **quadro 2 abaixo** (adaptado e ampliado de GONÇALVES, 2009) ilustra os estudos brasileiros nessa área.

Projeto	Procedência	Tamanho da amostra (nº de informantes)	Variáveis sociais controladas
Programa de Estudos sobre Usos da Língua (PEUL)	Cidade do Rio de Janeiro	64	Sexo/gênero, faixa etária e escolaridade
Variação Linguística na Região Sul do Brasil (VARISUL)	Região Sul (12 áreas urbanas)	288 (24 por área)	Sexo/gênero, faixa etária e escolaridade
Variação Linguística na Paraíba (VALPB)	Estado da Paraíba	60	Sexo/gênero, faixa etária e escolaridade
Dialetos Sociais Cearenses	Fortaleza	23	Sexo/gênero, faixa etária, bairro e classe social
Língua Usada em Alagoas (LUAL)	Maceió	32	Sexo/gênero, faixa etária e escolaridade
Discurso & Gramática (D&G)	Cidade do Rio de Janeiro, Natal (RN), Juiz de Fora (MG) e Rio Grande (RS)	220	Sexo/gênero, faixa etária e escolaridade
Amostra Linguística do Interior Paulista (ALIP)	Região Noroeste do estado de SP (7 áreas urbanas)	152	Sexo/gênero, faixa etária, escolaridade e renda familiar
Banco de Dados Sociolinguísticos da Fronteira e da Campanha Sul-rio-grandense (BDS Pampa)	21 municípios da faixa de fronteira (Brasil, Uruguai, Argentina) e campanha gaúcha	600	Sexo/gênero, faixa etária e escolaridade
Banco de Dados Sociolinguísticos Variáveis por Classe Social (VarX)	Pelotas (RS)	90	Sexo/gênero, faixa etária e classe social

Quadro 2: Estudos brasileiros na área. Ampliado de: Gonçalves (2009).

A distribuição dos informantes do Projeto VARSUL é de dois por célula social.

Vamos detalhar um pouco mais o Projeto VARSUL, por ser o mais próximo da nossa realidade. Trata-se de um projeto interinstitucional (dele participam UFSC, UFPR, UFRGS e PUC-RS), que conta com um banco de **288 entrevistas orais** (96 por estado), coletadas nos moldes da Sociolinguística laboviana no decorrer da década de 1990. As gravações foram feitas em quatro cidades de cada estado da região Sul: a capital mais três cidades com diferentes etnias/colonizações ou centros urbanos de destaque, assim distribuídas: (i) no Paraná – Curitiba, Irati (colonização eslava), Pato Branco (centro urbano de destaque da região sudoeste do Paraná) e Londrina (grande centro urbano da região norte do estado); (ii) em Santa Catarina – Florianópolis, Lages (caminho dos tropeiros entre SP e RS), Blumenau (colonização alemã) e Chapecó (colonização italiana); (iii) no Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Flores da Cunha (colonização italiana), Panambi (colonização alemã) e São Borja (fronteira com a Argentina).

Esses bancos de dados, ao controlarem a variável ‘faixa etária’, oferecem amostras para testar hipóteses de **mudança linguística em tempo aparente**.

Para estudos que investigam **mudança linguística no tempo real**, também dispomos de uma metodologia de coleta própria. O pesquisador, nesse caso, pode lançar mão de três tipos de metodologia, as duas primeiras relativas a dados de fala e a terceira a dados de escrita:

- Coletar amostras de fala de mesmos indivíduos relativas a dois momentos diferentes, com o fim de perceber a estabilidade e/ou mudança no indivíduo. O pesquisador retorna à comunidade de fala (cerca de vinte anos depois), procurando entrevistar os mesmos informantes para proceder a uma análise comparativa dos dados. Esse é um estudo do tipo **painel**;
- Coletar amostras aleatórias, mas com a estratificação social idêntica, da mesma comunidade de fala, relativas a dois momentos diferentes, com o fim de perceber a estabilidade e/ou mudança na comunidade. O pesquisador retorna à comunidade de fala (cerca de vinte anos depois), entrevistando informantes que se enquadrem nas mesmas características sociais dos anteriores. Esse é um estudo do tipo **tendência**;

- Coletar textos escritos em prosa que potencialmente possam refletir o vernáculo de certo período de tempo. Por exemplo: cartas de cunho pessoal, diários, textos teatrais que tenham trazido a fala de diferentes camadas da sociedade, além de informações de atlas linguísticos e textos que forneçam alguma informação sobre avaliação linguística, como gramáticas.

No Brasil, amostras de fala chamadas de “painel” e de “tendência” foram coletadas principalmente no Rio de Janeiro, em épocas distintas (duas sincronias), pelo grupo de pesquisadores de sociolinguística da UFRJ, na década de 1980 e na década de 2000. A amostra de 2000 é chamada de recontato.

As amostras sistemáticas de escrita diacrônica começaram a ser coletadas no Brasil na década de 1980. A primeira coleta foi coordenada pelo professor Fernando Tarallo, na UNICAMP. Alguns dos textos levantados pela equipe datam de 1316 a 1937 e fazem parte do exemplar: *Tempos linguísticos: itinerário da língua portuguesa*, escrito pelo autor. Outros bancos coletados, principalmente para pesquisas de História da Língua, também se prestam a estudos sobre variação e mudança, como os armazenados pela equipe da professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, na Bahia (UFBA). Temos também amostras de escrita diacrônicas que estão sendo coletadas (já há uma década) pelos pesquisadores do projeto nacional *Para uma História do Português Brasileiro*, em diversas capitais do Brasil, coordenado pelo professor Ataliba Castilho. Em Santa Catarina, o grupo do PHPB é coordenado pela professora Izete Lehmkuhl Coelho, desde agosto de 2009. Encontra-se em fase de coleta e armazenamento de peças de teatro de escritores catarinenses e de cartas de leitores e de editores de jornais de Santa Catarina, dos séculos XIX e XX.

O exemplo de Tarallo (1990) sobre o preenchimento do sujeito e do objeto, que mostramos no Capítulo 5, ilustra resultados que podem ser encontrados a partir do levantamento de coleta de amostras escritas diacrônicas, amostras que levem em consideração certo período de tempo.

Voltemos agora à descrição de outros aspectos relacionados às etapas de uma pesquisa sociolinguística clássica (ou prototípica), que está relacionada a coletas de amostras de dados de fala.

6.3 Envelope de variação

Uma vez definida a comunidade de fala a ser investigada e a amostra a ser analisada, parte-se para a delimitação precisa do objeto de es-

tudo e do seu respectivo envelope de variação. **Envelope de variação** é o nome dado, em um estudo sociolinguístico, à descrição detalhada de uma variável, de suas variantes e dos contextos em que elas podem ou não ocorrer, ou seja, de como exatamente um fenômeno de variação está se manifestando na língua.

Para isso, é necessário primeiramente reconhecer um fenômeno em variação (ou seja, uma variável) e identificar suas possíveis variantes. Esse processo inicial é um pouco intuitivo, depende das impressões que o pesquisador tem a respeito da fala da comunidade investigada, mas a partir da observação dos primeiros dados, essa questão vai se delimitando e as impressões do pesquisador sendo confirmadas ou não. Uma indagação que você deve estar se fazendo é a seguinte: quantas variantes tem uma variável linguística? Vamos trabalhar essa questão a partir de alguns dados.

Começemos com a realização da consoante vibrante em português. Observe como é pronunciado o /r/ em posição final de sílaba, em palavras como: *mar, carta, carne, cantor*.

Para situarmos concretamente nossos dados, vamos nos apoiar num estudo publicado por Monaretto (2002) sobre a realização da vibrante pós-vocálica em dados da comunidade de fala de Porto Alegre. A autora encontrou as seguintes realizações da vibrante em posição de coda: tepe [R] (60%), vibrante alveolar [r] (9%), retroflexa [ɻ] (5%), fricativa velar [x] (1%) e apagamento [Ø] (25%). Temos, pois, nesse caso, a variável linguística ‘realização de /r/ em posição de coda’ constituída por cinco variantes.

Observe, agora, os seguintes dados de concordância verbal, retirados de Zilles et al. (2000):

Nós *falamos* corretamente português. (POA01L513)

Nós *falamo* o nosso alemão. (PAN16L1.067)

Nós *era* agricultor. (PAN06L1.128)

No estudo da variável ‘concordância verbal com a primeira pessoa do plural’, examinando amostras de fala das comunidades gaúchas de Porto Alegre e de Panambi (VARISUL), os autores encontraram as se-

guintes realizações: *-mos* (53%), *-mo* (34%) e *zero* (\emptyset) (13%). Temos, nesse caso, três variantes para essa variável linguística. Contudo, podemos também guiar nosso estudo para que ele considere, em vez das três variantes individuais, o emprego da desinência (*-mos* e *-mo*) *versus* o seu apagamento (\emptyset), com o que passamos a ter duas variantes para essa mesma variável.

Podemos retomar, nesse ponto, a pergunta formulada anteriormente: quantas variantes tem uma variável linguística? A resposta, como você já deve ter concluído, é: duas ou mais, dependendo do fenômeno investigado, pois, como vimos, por definição, um fenômeno variável implica sempre a existência de *duas ou mais* formas de se veicular um mesmo significado referencial.

Como já foi mencionado na Unidade A (seção 2.2), a variável linguística escolhida como objeto de estudo é tratada, na análise quantitativa, como **variável dependente**. Podemos ter, portanto, variáveis dependentes **binárias** (com duas variantes), **ternárias** (com três variantes) ou **eneárias** (com quatro ou mais variantes). A variável dependente é tomada como referência para se testar a atuação de diferentes **variáveis independentes**, ou grupos de fatores, que possam influenciar a escolha entre as formas alternantes, ou a aplicação da regra variável. Voltaremos a esse ponto na seção 6.5.

Considere a seguinte passagem:

A identificação de uma variável inclui definir as variantes (o que é e o que não é uma ocorrência da variável em estudo) e determinar o envelope da variação (onde é possível ou impossível que a variável ocorra). Contextos categóricos (nos quais não há variação) e contextos neutralizadores (nos quais a variação é irrelevante ou imperceptível) devem ser identificados e, normalmente, são excluídos da análise. (GUY; ZILLES, 2007, p. 36)

Na prática: no estudo sobre a realização da vibrante pós-vocálica anteriormente referido, por exemplo, o envelope de variação engloba a possibilidade de produção de cinco diferentes variantes, cujo *locus* de ocorrência é definido de acordo com o léxico do português, de modo que todas as palavras que apresentem /r/ em coda, isto é, em final de sílaba (incluindo final de palavra) são consideradas como ambiente pro-

pício à variação em foco. Nesse fenômeno, como têm mostrado os estudos, dificilmente são encontrados contextos categóricos, em que apenas uma das formas irá ocorrer. Já como ambientes neutralizadores, temos, por exemplo, sequências em que a variante em questão ocorre em final de palavra e a palavra seguinte inicia com um fonema semelhante (*comprar régua, mar revolto*). Esses dados devem ser excluídos da análise variacionista, uma vez que não se pode discriminar com segurança se o /r/ pertence à primeira, à segunda ou a ambas as palavras. Da mesma maneira, devem ser desconsiderados desse tipo de análise aqueles dados cuja audição é prejudicada por ruídos externos ou por problemas de articulação do falante.

Uma vez definido o envelope de variação, passa-se à formulação de questões e hipóteses, o que será tratado na seção a seguir.

6.4 Levantamento de questões e hipóteses

A observação empírica da fala das pessoas e a própria intuição de falante nativo do português, além da revisão da literatura (isto é, leituras e resenhas já feitas sobre trabalhos que focalizem o objeto de interesse), guiam o pesquisador na formulação de questões e hipóteses que vão orientar a sua investigação.

Para exemplificar, voltemos, inicialmente, ao estudo sobre concordância verbal mencionado na seção anterior, cujas variantes são *-mos*, *-mo* e \emptyset . Os autores partiram das seguintes suposições: (i) de que há dois processos determinando o uso das formas não padrão, um fonológico (de apagamento do /s/) e outro morfossintático (de variação na aplicação da regra de concordância verbal); (ii) de que o maior grau de escolaridade deve favorecer o uso da forma padrão; e (iii) de que, dado que a cidade gaúcha de Panambi é de colonização alemã, deve se observar interferência na fala devido ao contato entre alemão e português. Algumas das hipóteses testadas nesse estudo foram assim formuladas (observe que as duas primeiras hipóteses são de natureza linguística e as outras duas são extralinguísticas):

- a) A forma verbal proparoxítona favorece a omissão da desinência número-pessoal *-mos*;
- b) A posposição do sujeito favorece o apagamento da marca de concordância;

c) As formas não padrão (*zero* e *-mo*) são favorecidas na fala dos informantes com menor grau de escolaridade;

d) As formas não padrão são mais favorecidas em Panambi, em decorrência da aquisição tardia do português pelos falantes bilíngues dessa comunidade.

(Adaptado de: ZILLES et al., 2000, p. 204)

Essas hipóteses se constituem em respostas possíveis e esperadas a questões como:

- a) Qual é o efeito da tonicidade sobre o uso variável da concordância verbal?
- b) Qual é o papel da posição do sujeito em relação ao verbo para a realização da concordância?
- c) Qual é o papel da escolaridade sobre a realização da concordância?
- d) Qual é o papel do bilinguismo sobre o uso variável da concordância verbal?

A operacionalização das hipóteses é feita mediante o levantamento de **grupos de fatores** (ou variáveis independentes). No caso acima, foram testados os seguintes grupos de fatores:

- 1) Posição do acento na forma verbal alvo (forma padrão) – proparoxítonas ou paroxítonas;
- 2) Posição do sujeito em relação ao verbo – posposição, anteposição direta, distância entre sujeito e verbo de uma a três sílabas, e distância entre sujeito e verbo de mais de três sílabas;
- 3) Escolaridade – séries iniciais do Ensino Fundamental (até 4 anos de escolarização) ou Ensino Médio;
- 4) Comunidade – Panambi ou Porto Alegre.

Temos acima quatro grupos: ‘posição do acento’, ‘posição do sujeito’, ‘escolaridade’ e ‘comunidade’. Cada um desses grupos é constituído pelos seguintes fatores: proparoxítonas e paroxítonas; posposição, anteposição, distância de uma a três sílabas, e distância de mais de três sílabas; primário e segundo grau; Panambi e Porto Alegre, respectivamente.

Se achar necessário, retorne à Unidade A e reveja o que são grupos de fatores.

Vejam, agora, um detalhamento de algumas hipóteses testadas por Silva-Brustolin (2009) no trabalho sobre a alternância entre as formas *nós* e *a gente* – sua variável dependente – como possíveis condicionadoras do uso das formas pronominais variantes na amostra utilizada. Essas hipóteses são formuladas para responder à seguinte questão: (i) quais os fatores linguísticos, estilísticos e sociais que condicionam o uso da forma *a gente* no lugar do pronome *nós*? A autora acredita que ‘preenchimento do sujeito’, ‘marca morfêmica do verbo’ e ‘fala e escrita’, por exemplo, sejam grupos de fatores motivadores do uso de uma forma pronominal no lugar de outra, baseando-se nas seguintes expectativas:

- Haverá predominância de sujeito preenchido com o pronome *a gente* (pois este pronome acompanha o verbo na 3ª pessoa do singular – P3) do que com o pronome *nós*, tanto na fala quanto na escrita. E provavelmente o pronome *nós* virá com sujeito nulo, uma vez que o *nós*, em geral, acompanha o verbo na 1ª pessoa do plural – P4, com morfema distintivo de primeira pessoa –*mos*.
- A combinação de *a gente* com verbo em P3 e da forma pronominal *nós* com verbo em P4, provavelmente, é majoritária nos dados; a concordância de *a gente* com P3 evidencia que formas gramaticalizadas não perdem inteiramente as suas propriedades originais – assim, *a gente* mantém a possibilidade de concordância verbal com a 3ª pessoa do singular e a pluralidade inerente ao nome coletivo *gente*.
- Haverá um maior monitoramento na modalidade escrita do que na falada – devido também ao grau de formalidade da situação de escrita – por parte dos alunos e, conseqüentemente um uso maior de *nós* nessa modalidade. (Adaptado de SILVA-BRUSTOLIN, 2009, p. 145-162)

Numa pesquisa sociolinguística, a definição dos grupos de fatores está intimamente relacionada com as hipóteses, que, por sua vez, são formuladas em termos de respostas provisórias às questões levantadas. Definir os grupos de fatores representa um importante passo na pesquisa e é uma tarefa que, normalmente, vai sendo refeita ao longo da análise. É comum nas pesquisas empíricas (que lidam com dados reais) ir

refinando as hipóteses, incorporando novos grupos de fatores e descartando outros, por exemplo. Esse procedimento, naturalmente, requer um bom tempo do pesquisador!

Formuladas as questões e hipóteses e com os grupos de fatores devidamente detalhados, passa-se à etapa seguinte da pesquisa, que é codificar os dados para, então, se proceder à análise estatística.

6.5 Codificação de dados e análise estatística

A codificação dos dados é um requisito para a análise estatística (da qual falaremos na seção seguinte). Para cada fator de cada grupo é atribuído um código. No interior de cada grupo, os códigos devem ser obrigatoriamente distintos um do outro; já nos diferentes grupos, pode haver repetição de código, embora o recomendável seja não repeti-los. Os códigos disponíveis para esse procedimento são as letras, os números e os símbolos dos caracteres do computador, de modo que cada código deve corresponder a um único caracter.

Relembrando: um *grupo* de fatores é, por exemplo, a faixa etária; os *fatores* desse grupo poderiam ser 'entre 20 e 50 anos' e 'acima de 50 anos'.

Suponhamos que a nossa variável dependente seja a concordância verbal com a primeira pessoa do plural. Podemos estabelecer, por exemplo, os códigos apresentados no quadro abaixo, de acordo com os fatores exemplificados para cada variável.

Variável dependente:	
1	-mos
2	-mo
0	zero (apagamento)
Variáveis independentes:	
Linguísticas	Sociais
1) Posição do acento: P proparoxítona	1) Escolaridade: 4 primário
p paroxítona	9 segundo grau
2) Posição do sujeito: d posposição	2) Comunidade: I Panambi
a anteposição direta	A Porto Alegre
- distância de uma a três sílabas	
+ distância de mais de três sílabas	

Quadro 3: Exemplo de codificação.

O Varbrul (*Variable rules analysis*) é um pacote estatístico desenvolvido por Sankoff e Rousseau, em 1978, usado para descrever padrões de variação entre formas alternativas de uso da língua. O pacote fornece cálculos de frequência, percentuais e pesos relativos associados a cada fator das variáveis independentes em relação à aplicação da regra, indicando a influência de cada um desses fatores sobre o uso de uma das variantes. Além disso, realiza a seleção estatística dos grupos de fatores por ordem de relevância. É bastante utilizada, nas pesquisas sociolinguísticas, a versão Varbrul 2S (PINTZUK, 1988). Atualmente se encontra disponível, livremente, para Mac OS e Windows da Microsoft, com o nome de *Goldvarb*. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm>. Acesso em: 01 mar. 2010.

O próximo passo é examinar a amostra delimitada para a pesquisa e extrair cada ocorrência da variável acompanhada do contexto em que ela está inserida, o que implica, na maioria das vezes, ler e/ou ouvir amostras bem extensas. No caso aqui exemplificado, é preciso considerar o contexto em que aparece o sujeito e o respectivo verbo, atentando-se para a possível distância que pode separá-los, bem como para a ordem em que eles aparecem na sentença. Feito o levantamento de todas as ocorrências, parte-se para a codificação desses dados. Imaginemos que estamos codificando os dados de um informante de Panambi com escolaridade primária. Aplicando os códigos do quadro 3, teremos, por exemplo (note que os códigos correspondem ao número e à ordem dos fatores controlados, sendo o primeiro deles referente a uma das variantes da variável dependente):

Codificação	Ocorrências
0P-4I	Nós sempre <i>cantava</i> (<i>cantávamos</i>)
1pa4I	Nós <i>fomos</i> embora
2pa4I	Pedro e eu <i>corremo</i> até cansar

Quadro 4: Exemplo de codificação.

Dependendo do tipo de fenômeno que está sendo investigado, podemos chegar a um número bastante elevado de dados. E, dependendo do número de variáveis independentes testadas, a quantidade de informação associada a cada dado também será grande. Daí a necessidade de se lançar mão de recursos computacionais, com a utilização de um pacote estatístico. Nas pesquisas variacionistas, um dos pacotes utilizados é o VARBRUL. Não vamos, todavia, nos deter nos meandros da operacionalização desse pacote, pois isso foge aos objetivos desta disciplina. Para os principiantes na pesquisa sociolinguística, qualquer pacote estatístico que calcule percentuais pode ser utilizado.

No Capítulo 7 mostraremos um exemplo de pesquisa sociolinguística com descrição e análise de dados.

7 Estudo de um fenômeno linguístico variável

Para mostrar, em termos gerais, o estudo de um fenômeno variável, optamos por descrever um trabalho de variação morfossintática, *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala de florianopolitanos*, de Monguilhott (2001). Para a realização dessa pesquisa, a autora utilizou dados referentes a amostras pertencentes ao banco de dados do Projeto VARSUL. Foram analisadas entrevistas de vinte e quatro informantes da cidade de Florianópolis, de origem açoriana, estratificados de acordo com as variáveis sociais: ‘sexo/gênero’, ‘idade’ (15 a 24 anos, 25 a 45 anos e 52 a 76 anos) e ‘escolaridade’ (4 anos de escolarização e 11 anos de escolarização), **distribuídos** de acordo com o quadro a seguir.

Observe, no quadro 5, que há dois informantes em cada célula social.

	Feminino			Masculino		
	15 a 24 anos	25 a 45 anos	52 a 76 anos	15 a 24 anos	25 a 45 anos	52 a 76 anos
Primário	02	02	02	02	02	02
Colegial	02	02	02	02	02	02

Quadro 5: Distribuição dos informantes de acordo com as células sociais.

Após a coleta, para que fosse possível verificar a influência dos fatores linguísticos e sociais sobre o fenômeno em estudo, os dados foram codificados e analisados estatisticamente com o auxílio do **Programa Varbrul**.

Monguilhott estabeleceu a marcação/não marcação da concordância verbal de terceira pessoa do plural como sua variável dependente, com duas variantes: *marca explícita de plural nos verbos* e a *não marcação de plural nos verbos*, como os exemplos extraídos do estudo da autora ilustram abaixo:

Mas o *meus irmão*, não, nem **tava** aí. (01FAP276)

Mora dois no Rio. (03FAP309)

Eles moru lá, tudo em Criciúma (03FAP413)

Do total de 1.583 dados obtidos, 1.251 apresentaram marcas explícitas de concordância nos verbos, correspondendo a 79% da amostra, e 332 dados, 21% do total, apresentaram a variante zero de plural nos verbos.

Vale lembrar que este programa estatístico fornece pesos relativos associados aos diversos fatores dos grupos de fatores ou variáveis independentes consideradas, bem como a seleção desses grupos em função de sua relevância estatística para a variação do fenômeno analisado. Os pesos relativos atribuídos indicam o efeito que cada um dos fatores tem sobre as variantes do fenômeno linguístico analisado (a variável dependente).

Para responder à questão: *quais os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a concordância verbal de terceira pessoa do plural?*, a autora investigou sete grupos de fatores (ou variáveis independentes) linguísticos(as) e três sociais. Vamos apresentar a caracterização e os resultados de quatro desses grupos: ‘saliência fônica’, ‘posição do sujeito em relação ao verbo’, ‘sexo/gênero’ e ‘escolaridade’, que se mostraram condicionadores da marcação da concordância verbal, ou seja, foram selecionados pelo pacote estatístico VARBRUL, como relataremos a seguir.

Com o propósito de investigar se a concordância verbal era (ou não) motivada pela ‘saliência fônica’, a autora tomou como ponto de partida os níveis de saliência estudados por Naro (1981 *apud* MONGUILHOT, 2001, p. 41). Vejamos:

Nível 1: oposição não acentuada:

- a) não envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural (conhece/conhecem, consegue/conseguem, corre/correm, vive/vivem, sabe/sabem);

ex.: Todas **elas** já **sabe** a tarefa (07FBP466)

Eles só **sabem** viver assim juntos, né? (22FBC1051)

- b) envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural (ganha/ganham, era/eram, gosta/gostam);

ex.: Os **baile** **era** rodeado de janela (04MAP540)

Eu acho que **eles** **eram** improvisados (02MAP968)

- c) envolve acréscimo de segmentos na forma plural (diz/dizem, quer/querem);

ex.: **Eles** **diz** que é criada a ração, né? (06MBP955)

Eles **dizem** que foi dele (06MBP472)

Nível 2: oposição acentuada:

- a) envolve apenas mudança na qualidade da vogal na forma plural (tá/tão, vai/vão);

ex.: Quando **vai** **alguns** **parente**, essas coisa (03FJP557)

Fico enrolada na toalha quando **eles** **vão** na praia (03FJP400)

- b) envolve acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural (bateu/bateram, viu/viram, incluindo o par foi/foram que perde a semivogal);

ex.: *Foi duas turma* (15MJC913)

Forum eles que me ajudarum a me soltá mais (16FJC907)

- c) envolve acréscimos de segmentos e mudanças diversas na forma plural: mudanças vocálicas na desinência, mudanças na raiz, e até mudanças completas (veio/vieram, é/são, disse/disseram).

ex.: Mais tarde então *veio os hospitais* (18MAC789)

As rendeiras vieru dali, né? (24FBC1262)

A hipótese de Monguilhott é de que as formas fonicamente mais salientes tendem a ser mais marcadas do que as menos salientes, ou seja, as oposições mais salientes entre singular/plural, por serem mais perceptíveis, devem aumentar a probabilidade de ocorrência da variante explícita de plural. Seus resultados corroboram essa hipótese, como podemos observar na tabela 5 abaixo:

Nível 1: Oposição não acentuada	APL/TOTAL = %	PR
a. não envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural;	25/101 = 25%	0,02
b. envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural;	638/802 = 80%	0,46
c. envolve acréscimo de segmentos na forma plural.	68/103 = 66%	0,13
Nível 2: Oposição acentuada	APL/TOTAL = %	PR
a. envolve apenas mudança na qualidade da vogal na forma plural;	125/130 = 96%	0,88
b. envolve acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural;	85/102 = 83%	0,65
c. envolve acréscimos de segmentos e mudanças diversas na forma plural.	310/345 = 90%	0,75
Total	1 251/1 583 = 79%	

Tabela 5: Frequência e probabilidade de concordância verbal, segundo o grupo de fatores 'saliência fônica' (MONGUILHOTT, 2001, p. 42)

Peso relativo (PR) é uma medida probabilística usada para calcular o efeito de um fator condicionador na aplicação da regra variável, ou seja, o peso que um fator tem ao condicionar a ocorrência da variante que estipulamos como 'aplicação da regra'. Como o nome sugere, o peso relativo de um fator só tem significado quando *relativizado* ao peso de

outros fatores com os quais co-ocorre. Essa medida é tão constante em tabelas de pesquisas sociolinguísticas quanto a porcentagem, e é dada em valores de 0,0 a 1,0. Quanto mais próximo de 1,0, maior o peso relativo do fator, isto é, maior o efeito dele sobre a variante escolhida como aplicação da regra; quanto mais próximo de 0,0, menor o peso relativo, ou seja, menor a força de atuação desse fator na escolha daquela variante; próximo ao valor de 0,5, temos o **ponto neutro** – pesos relativos próximos a esse valor indicam que o grupo de fatores tem pouco efeito sobre a aplicação da regra variável.

Como se pode verificar, os fatores pertencentes ao nível 2, oposição acentuada, tenderam a uma maior marcação da regra de concordância verbal. Já em relação ao nível 1, oposição não acentuada, percebemos uma tendência a marcas zero de concordância verbal, em especial, nos verbos que fazem parte do item **a**, em que não há mudança na qualidade da vogal na forma plural, como em *conhece/conhecem*, com apenas 25% de concordância e 0,02 de peso relativo.

Quanto ao grupo de fatores ‘posição do sujeito em relação ao verbo’, novamente Monguilhott (2001) parte de resultados de trabalhos que mostram uma tendência à marcação da concordância verbal quando o sujeito se encontra anteposto ao verbo e uma tendência à não marcação da concordância quando ele vem depois do verbo, como os exemplos a seguir ilustram.

Ordem sujeito-verbo

ex.: *Eles fizeram* churrasco (02MAP1161)

Ordem verbo-sujeito

ex.: *Seriam três cidade* que eu gostaria de voltar (02MAP139)

A hipótese de Monguilhott é a de que o sujeito, quando posposto ao verbo, apresentará forte tendência à variante zero de plural nos verbos e, quando anteposto, uma tendência à marcação da concordância. Vejamos os resultados na tabela 6:

Posição do sujeito em relação ao verbo	Aplicação/Total = %	Peso relativo
Sujeito anteposto	1 119/1328 = 84%	0,58
Sujeito posposto	132/255 = 52%	0,17
Total	1 251/1 583 = 79%	

Tabela 6: Frequência e probabilidade de concordância verbal, segundo o grupo de fatores 'posição do sujeito em relação ao verbo' (MONGUILHOTT, 2001, p. 46)

Podemos observar, através da tabela 6, que a probabilidade de aplicação da regra de concordância foi maior quando o sujeito estava anteposto ao verbo, atestando, dessa forma, a hipótese da autora. Os resultados da tabela mostram que 84% (0,58 de peso relativo) dos sujeitos antepostos apareceram com marcação da concordância, enquanto apenas 52% (0,17 de peso relativo) dos sujeitos pospostos vieram marcados, o que significa dizer que, além da saliência, a concordância verbal é motivada também pela posição do sujeito em relação ao verbo. Segundo Monguilhott (2001), alguns trabalhos mostram que essa tendência se deve ao fato de o sujeito posposto ao verbo ser encarado como **objeto** pelo falante, que não aplica a regra de concordância.

Perceba que essa interpretação é perfeitamente justificável, pois o sujeito, quando posposto, acaba ocupando a posição canônica do objeto na sentença.

Vejamos agora dois grupos de fatores sociais, 'sexo/gênero' e 'escolaridade'. Começamos com o grupo 'sexo/gênero dos informantes'. Monguilhott esperava encontrar nos resultados mais concordância marcada por parte das mulheres, por elas se mostrarem mais receptivas à atuação normatizadora da escola, como a maioria dos estudos sociolinguísticos sobre o PB apontam, uma vez que marcação da concordância é uma forma de prestígio.

Os resultados estatísticos expostos na tabela 7 a seguir ratificam a hipótese de haver uma tendência à maior marcação de concordância por parte das mulheres, o que parece indicar que as mulheres estão de fato mais atentas às regras estabelecidas, sejam elas sociais ou linguísticas.

Sexo/Gênero	Aplicação/Total = %	Peso relativo
Feminino	736/905 = 81%	0,53
Masculino	515/678 = 76%	0,45
Total	1 251/1 583 = 79%	

Tabela 7: Frequência e probabilidade de concordância verbal, segundo o grupo de fatores 'sexo/gênero' (MONGUILHOTT, 2001, p. 62)

‘Escolaridade’ foi outro grupo de fatores controlado pela autora. A hipótese investigada é de que quanto maior o nível de escolaridade, maior a probabilidade de o falante utilizar a regra da concordância verbal, pois a escola é um dos ambientes que privilegia a norma linguística utilizada na escrita. Segundo Monguilhott, de acordo com estudos variacionistas envolvendo a variável ‘escolaridade’, existe uma correlação entre formas linguísticas consideradas padrão (ensinadas na escola e reforçadas em outros ambientes, como TV, jornais etc.) e maior grau de escolaridade. Dois níveis de escolarização foram controlados, correspondendo a 4 e a 11 anos de escolarização.

Os resultados estatísticos atestam a hipótese da autora: os falantes mais escolarizados aplicaram mais a regra de concordância verbal (81% e 0,57 de peso relativo) que os menos escolarizados (78% e 0,44 de peso relativo) (cf. tabela 8):

Anos de escolarização	Aplicação/Total = %	Peso relativo
11 anos	591/733 = 81%	0,57
4 anos	660/850 = 78%	0,44
Total	1251/1583 = 79%	

Tabela 8: Frequência e probabilidade de concordância verbal, segundo o grupo de fatores ‘escolaridade’ (MONGUILHOTT, 2001, p. 59).

Por fim, os resultados estatísticos dos grupos de fatores apresentados neste Capítulo evidenciam que há uma tendência à marcação da concordância verbal quando:

- a) o verbo for mais saliente, isto é, quando apresentar uma oposição fônica entre singular/plural mais acentuada;
- b) o sujeito estiver anteposto ao verbo;
- c) a sentença for usada por mulheres;
- d) a sentença for usada por pessoas mais escolarizadas.

Esses resultados evidenciam o fato de que a variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural é condicionada por fatores linguísticos e sociais, e não uma escolha aleatória do falante.

A exposição desse estudo serviu, principalmente, para mostrar que apenas resultados expostos em tabelas não são suficientes para a análise de um fenômeno em variação. É necessário, na medida do possível, relacionar os resultados a outros já encontrados, e entender o que a leitura de estudos anteriores sobre o mesmo objeto e o que o contexto social onde ocorre o fenômeno têm a nos dizer.

Fechando a Unidade D

Nesta unidade, apresentamos as etapas de uma pesquisa sociolinguística e verificamos sua aplicação através do detalhamento do estudo e exame de um fenômeno linguístico variável no PB, a saber, a concordância verbal com a terceira pessoa do plural.

Sintetizamos, no quadro abaixo, os passos de uma pesquisa sociolinguística.

Passos de uma pesquisa sociolinguística:

- Escolha de uma comunidade de fala;
- Escolha de um objeto (variável sociolinguística);
- Definição do envelope de variação;
- Revisão da literatura (levantamento do que já foi dito sobre esse objeto);
- Formulação de questões e hipóteses;
- Definição dos grupos de fatores (linguísticos e sociais);
- Coleta de dados (de um banco pronto ou formação de novas amostras);
- Codificação das ocorrências de acordo com os grupos de fatores;
- Análise quantitativa dos dados (pacote VARBRUL);
- Interpretação dos resultados.

 **Leia mais!**

MONGUILHOTT, I. de O. e S. *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE*. Tese (Doutorado em Linguística). Florianópolis: UFSC, 2009.

Além de ser um ótimo exemplo de estudo sociolinguístico, essa leitura é recomendada especialmente porque, no capítulo 2, a autora descreve em detalhes a metodologia geossociolinguística que utilizou em sua pesquisa.

GUY, G.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

Nesse livro, os autores, além de mostrarem a relevância da análise quantitativa em uma pesquisa sociolinguística, trazem importantes ferramentas para uma exploração aprofundada dos recursos do programa estatístico VARBRUL e uma leitura completa dos resultados por ele emitidos.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.) *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15-25.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.) *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008, 147-177.

Esses dois capítulos tratam de um aspecto muito importante da pesquisa sociolinguística: a estatística. No primeiro deles, são explorados os 'porquês' dos programas estatísticos, como se chegou ao modelo de análise hoje utilizado e quais peculiaridades uma pesquisa do tipo sociolinguística pode ter em termos de estatística. O segundo explora a terminologia utilizada e as etapas de uma 'rodada estatística' e é ricamente ilustrado com dados reais de pesquisas já realizadas.

Unidade E

Sociolinguística e ensino



Objetivos desta Unidade:

- Identificar, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a base sociolinguística que orienta o documento;
- Apresentar contribuições da Sociolinguística para o ensino da língua portuguesa;
- Propor algumas sugestões metodológicas para o trabalho do professor-pesquisador.

Nesta última Unidade, reunimos algumas das principais contribuições da Sociolinguística para o ensino de língua portuguesa, retomando, de forma resumida, os aspectos mais importantes discutidos ao longo do livro-texto que tenham implicações pedagógicas. Reportamo-nos, inicialmente, aos PCN para contextualizar o que será dito, na sequência, sobre Sociolinguística e ensino. As contribuições são apresentadas em três blocos: um relativo ao nível conceitual mais amplo, outro referente à natureza heterogênea da língua portuguesa e um terceiro referente à prática do professor-pesquisador.

8 Contribuições da Sociolinguística para o ensino de língua portuguesa

Vamos fechar nosso livro-texto focalizando os dois tópicos finais da ementa exposta na Apresentação: *Prática pedagógica: variação linguística e ensino. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio*. Como se trata de um capítulo de fechamento, terá também um caráter de retrospectiva, pois retomaremos vários aspectos já estudados ao longo das Unidades precedentes.

Não podemos falar em ensino sem fazermos referência aos PCN. Por isso, a seção a seguir é dedicada a um breve exame do que é proposto nesse documento oficial, com ênfase nas questões concernentes à Sociolinguística.

8.1 A proposta dos PCN para o ensino de língua portuguesa

Para contextualizar o que vamos dizer sobre Sociolinguística e ensino, reportemo-nos inicialmente aos PCN de Língua Portuguesa:

A língua portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. (BRASIL, 1997, p. 26)

Como você pode notar, os PCN abordam a questão das variedades dialetais e salientam o problema do **preconceito linguístico** advindo do valor social atribuído às formas variantes da língua, especialmente àquelas formas linguísticas usadas por falantes que não gozam de prestígio social na comunidade onde vivem. As reações de preconceito se manifestam, quase sempre, naquelas pessoas que se situam nos pontos mais altos na pirâmide social, ou seja, que pertencem a um nível socioeconômico mais alto e que dominam a variedade padrão da língua. O

Parâmetros Curriculares Nacionais. Trata-se de um conjunto de documentos que têm como objetivo subsidiar a elaboração do currículo dos 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, visando à formação da cidadania do aluno.

Sugerimos que você retome, neste momento, o que vimos na Unidade A, seção 2.3, sobre o *significado social das formas variantes*.

preconceito linguístico pode ser identificado em comentários do tipo: “fulano fala errado”, “fulano não sabe falar direito”, “a fala de fulano é feia”... A fala (ou escrita) é julgada em função do *status* social dos indivíduos que a utilizam, e não pelas características linguísticas em si.

Reveja o fechamento da Unidade A.

É nessa direção que o documento propõe: “O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença” (BRASIL, 1997, p. 26).

Consideremos o seguinte objetivo institucional: o objetivo principal da escola é a *formação do sujeito-cidadão*. Em relação à linguagem, a escola deve oferecer condições para que o aluno desenvolva seus conhecimentos, sabendo:

- a) ler e escrever conforme seus propósitos e demandas sociais;
- b) expressar-se adequadamente em situações de interação oral diferentes daquelas próprias de seu universo imediato;
- c) refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua. (BRASIL, 1998a, p. 59)

Perceba que os dois primeiros itens acima dizem respeito à competência comunicativa dos alunos. Já o último remete à questão do respeito às diferenças.

Ainda nos reportando aos PCN, vemos que o documento destinado ao Ensino Médio enfatiza que o ensino da língua materna deve considerar a aquisição e o desenvolvimento de três competências, que devem ser acionadas na resolução de situações-problema:

- *interativa* – que envolve atividades de interlocução, sendo importante ter consciência do papel social que cada um desempenha, do lugar de onde se fala, sobre o que se fala, a quem se dirige;
- *textual* – que diz respeito à capacidade de entender e produzir textos dos mais variados tipos/gêneros;

- *gramatical* – que envolve conhecimentos sobre a estrutura da língua, o domínio de suas regras de funcionamento nos níveis fonológico, morfológico, sintático, lexical (BRASIL, 1998c).

No âmbito da *competência interativa*, o documento (BRASIL, 1998a, p. 75-76) salienta que:

- qualquer língua comporta um grande número de variedades linguísticas, que devem ser respeitadas;
- as variedades são mais ou menos adequadas a determinadas situações comunicativas;
- os rótulos “certo” e “errado” devem ser questionados;
- a norma culta, variedade de maior prestígio social, deve ter lugar garantido na escola, mas não deve ser a única privilegiada no processo de conhecimento linguístico proporcionado ao aluno.

As passagens dos PCN apresentadas acima são perpassadas pelas seguintes concepções a respeito das práticas com a linguagem:

- 1) As situações reais de interação são condição para que se dê o ensino da língua, já que a língua funciona para as pessoas interagirem socialmente;
- 2) A língua é heterogênea, historicamente situada, estando sujeita a variações e mudanças;
- 3) O trabalho pedagógico deve contemplar, de maneira articulada, usos linguísticos (ouvir-falar, ler-escrever) e reflexão sobre a língua;
- 4) O uso da língua deve ser adequado aos propósitos comunicativos e demandas sociais;
- 5) O preconceito linguístico deve ser combatido.

Para refletir:

Ao longo das quatro Unidades estudadas até agora, percorremos caminhos históricos, passamos por pressupostos teóricos, por questões conceituais e metodológicas no âmbito da Sociolinguística. Agora, tendo em vista o ensino de língua portuguesa, propomos que pensemos, juntos, na seguinte questão:

- Em que pode a Sociolinguística contribuir para o alcance dos objetivos mencionados acima?

Refleta sobre essa questão, relacionando o que lhe foi apresentado até agora sobre os PCN com os conceitos que conheceu ao longo das Unidades A, B, C e D.

Ao fazermos remissão aos PCN, percebemos o quanto o documento é atravessado por pressupostos da Sociolinguística. Podemos pensar sobre algumas das contribuições desta disciplina para o ensino da língua portuguesa, reunindo-as em três blocos: um relativo ao nível conceitual mais amplo, outro concernente à natureza heterogênea da língua portuguesa e um terceiro referente à prática do professor-pesquisador.

8.2 Contribuições no nível conceitual

Para dar mais luz aos conceitos básicos da área que queremos enfatizar, vamos contrapor resumidamente, no quadro abaixo, as ideias de Labov – que orientaram a elaboração deste livro-texto – às concepções teóricas acerca da linguagem que atravessaram o século XX, que dominaram os estudos linguísticos, de forma hegemônica, na primeira metade do século, e foram rejeitadas pela Sociolinguística, a partir da década de 1960.

A abordagem sociolinguística	
Rejeita	Postula
<ul style="list-style-type: none"> • a primazia dos estudos imanentes da língua, i.e., a língua desvinculada de fatores externos. 	<ul style="list-style-type: none"> • que o estudo da estrutura e da evolução da linguagem deve ser feito dentro do contexto social da comunidade de fala, e que existe uma correlação sistemática entre variação linguística e estratificação social.
<ul style="list-style-type: none"> • a relação estabelecida por Saussure entre estrutura e sincronia de um lado e história evolutiva e diacronia de outro. 	<ul style="list-style-type: none"> • a aproximação da sincronia e da diacronia igualmente às noções de estrutura e funcionamento da língua.
<ul style="list-style-type: none"> • a noção de comunidade de fala homogênea e a existência de um falante-ouvinte ideal. 	<ul style="list-style-type: none"> • a existência de comunidades de fala heterogêneas e de falantes-ouvintes reais que nunca se expressam da mesma maneira em diferentes situações comunicativas.
<ul style="list-style-type: none"> • a noção de língua como um sistema homogêneo. 	<ul style="list-style-type: none"> • que o sistema linguístico é heterogêneo e a variação é uma propriedade regular e inerente ao sistema.
<ul style="list-style-type: none"> • a noção de que as regras linguísticas sejam categóricas (o que é conhecido como “axioma da categoricidade”). 	<ul style="list-style-type: none"> • que o sistema linguístico é constituído por regras categóricas e também por regras variáveis, e o falante tem competência linguística para lidar com regras variáveis.
<ul style="list-style-type: none"> • o fazer científico que produz teorias e dados ao mesmo tempo. 	<ul style="list-style-type: none"> • que é preciso analisar os dados de fala do dia a dia e relacioná-los às teorias gramaticais, ajustando a teoria de modo que ela dê conta do objeto.
<ul style="list-style-type: none"> • a atribuição de juízos avaliativos do tipo “certo” e “errado” acerca de qualquer fenômeno linguístico. 	<ul style="list-style-type: none"> • que todas as variedades são igualmente bem estruturadas, sendo mais ou menos “adequadas” a determinadas situações comunicativas. As avaliações das formas linguísticas – como sendo de prestígio ou estigmatizadas – são de natureza social e não linguística, sendo carregadas de preconceito linguístico.
<ul style="list-style-type: none"> • a noção de norma padrão imposta pelas gramáticas normativas – de caráter prescritivo. 	<ul style="list-style-type: none"> • a noção de norma(s) derivada(s) do uso efetivo da língua – de caráter descritivo.

Quadro 6: A abordagem sociolinguística.

Você pode estar questionando: Qual a importância de o professor de língua portuguesa conhecer os postulados teóricos da Sociolinguística? Em que essa teoria pode ajudar na prática pedagógica?

A resposta não é difícil, pelo que pudemos notar em nossa rápida passagem pelos PCN! É preciso ter um embasamento teórico consistente acerca da linguagem em seu funcionamento social para poder atuar, de forma competente, na orientação da aprendizagem e na formação contínua do aluno-cidadão.

Nesse sentido, vale lembrar as palavras de Gadotti (2000, p. 10): “Os educadores não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas. [...] Por isso eles são imprescindíveis”. Para (in)formar, o professor precisa, antes, conhecer. Para poder propiciar condições para que o aluno saiba “refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua” (BRASIL, 1998a, p. 59), o professor precisa, obviamente, saber fazer isso, mas não de forma superficial, seguindo o senso comum, e, sim, com embasamento científico e domínio conceitual.

O domínio dos postulados sociolinguísticos básicos (e seus desdobramentos e implicações), sintetizados no quadro acima, é o mínimo que se espera do professor de língua portuguesa nos dias atuais.

8.3 Contribuições em torno da heterogeneidade da língua portuguesa

O nível conceitual, de caráter amplo, abordado na seção anterior, naturalmente se aplica a todas as línguas naturais. Nesta seção, vamos focalizar a língua portuguesa, mais especificamente o PB. Como vimos, amplamente, ao longo deste livro-texto, o PB não é uniforme. Não há homogeneidade nas comunidades de fala, nem sequer na fala de um único indivíduo.

Antes de nos voltarmos para dados do PB, porém, sintetizamos, no quadro a seguir, alguns dos principais pontos que já vimos acerca da língua como um sistema heterogêneo.

A natureza heterogênea da língua

Existem variações de natureza externa à língua – regionais, sociais, estilísticas;

Existem variações internas nos diferentes níveis linguísticos – lexical, fonológico, morfossintático, discursivo;

As variações linguísticas são condicionadas tanto por fatores externos à língua como por fatores internos;

A variação pode levar à mudança linguística, mas podemos ter também situações de variação estável;

A mudança pode ser acelerada ou retardada devido à avaliação social atribuída pelos falantes a certas variantes;

A mudança é estruturada e se encaixa tanto na estrutura linguística como na estrutura social.

Quadro 7: A natureza heterogênea da língua.

A título de ilustração, e como uma forma de revisão do que já estudamos, vamos examinar alguns fenômenos variáveis do PB à luz dos aspectos listados no quadro acima. Tomemos o **paradigma pronominal** que está exposto nas gramáticas tradicionais e na maioria dos livros didáticos (paradigma 1), confrontando-o com o paradigma em uso (paradigma 2):

Paradigma 1	Paradigma 2
eu	eu
tu	tu/ <i>você</i>
ele(a)	ele(a)
nós	nós/ <i>a gente</i>
vós	(vós)/ <i>vocês</i>
eles(as)	eles

Quadro 8: Descrição dos paradigmas pronominais tradicional (paradigma 1) e em uso efetivo (paradigma 2) no PB. Extraído de Görski e Coelho (2009).

A evidente inovação no paradigma 2 deve-se à entrada das formas pronominais *você(s)* e *a gente*. Ambas as formas, hoje pronominais, são resultados de processos de mudança: *você(s)* advém do pronome de tratamento de base nominal *Vossa Mercê*; *a gente* é oriundo do substantivo *gente*, associado ao artigo definido *a*. Ambos os processos de mudança se deram por **gramaticalização**: ao assumirem determinadas propriedades, valores e funções, essas formas passam a fazer parte de uma nova categoria (ou classe), a de pronome – ou seja, mudam seu estatuto gramatical de nome (item lexical) para pronome (item gramatical).

Vejam como se deram, respectivamente, essas mudanças, observando que traços se mantiveram e que traços foram alterados:

- No percurso de *Vossa Mercê* para *você*, a forma de tratamento vai se gramaticalizando até chegar ao pronome pessoal de segunda pessoa: *Vossa Mercê* → *vansuncê* → *vassucê* → *vacê* → *você*.

A ilustração e a análise aqui apresentadas foram adaptadas de Görski e Coelho (2009) e sistematizam pontos já vistos ao longo do livro.

Gramaticalização

É um processo de mudança linguística que se dá através de regularização gradual, pela qual um item frequentemente utilizado em contextos comunicativos particulares adquire função gramatical e pode, uma vez gramaticalizado, adquirir funções ainda mais gramaticais [ou novas funções] (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Ou seja, no processo de gramaticalização, um item (uma palavra ou uma construção inteira) de uma dada língua adquire uma nova função nessa língua.

Atente que, na fala, a redução se encontra ainda mais acentuada: *você* → *ocê* → *cê*.

- Nessa passagem, a forma vai gradualmente se reduzindo. A forma pronominal *você*, atualmente usada para referir a 2ª pessoa do discurso, mantém o traço formal originário de 3ª pessoa, criando uma situação de conflito entre as regras normativas de concordância. Assim, persiste a especificação original de 3ª pessoa, embora a interpretação semântico-discursiva passe a ser de 2ª pessoa. E *você* começa a concorrer com o *tu*.
- No percurso de *gente* (nome genérico) para *a gente* (pronome), a forma pronominal *a gente* mantém o traço formal originário de 3ª pessoa. Porém, a interpretação semântico-discursiva se altera para +EU, passando a incluir o falante (1ª pessoa do plural). E *a gente* começa a concorrer com o *nós*.

As mudanças por que passaram essas formas linguísticas não afetaram apenas o paradigma pronominal do caso reto. Esse comportamento híbrido dos pronomes *você* e *a gente*, agregando aos traços originários de 3ª pessoa traços de 2ª pessoa e até mesmo de 1ª pessoa, acabou provocando uma reestruturação também no paradigma verbal, que passa de seis formas básicas para três (ou quatro), como o quadro 9 ilustra.

Paradigma 1	Paradigma 2
eu ando	eu <i>ando</i>
tu andas	tu <i>anda(s)</i> / <i>você anda</i>
ele(a) anda	ele(a) <i>anda</i>
nós andamos	nós <i>anda(mos)</i> / <i>a gente anda(mos)</i>
vós andais	<i>vocês andam</i>
eles(as) andam	<i>eles andam</i>

Quadro 9: Descrição dos paradigmas flexionais verbais tradicional (paradigma 1) e em uso efetivo (paradigma 2) no PB. Extraído de Görski e Coelho (2009).

Note que, embora o paradigma 1 esteja praticamente em desuso atualmente, é esse modelo que aparece ainda nos livros didáticos.

O paradigma 1 mostra o padrão escrito das formas pronominais em uso efetivo nos séculos XVIII e XIX. Já o paradigma 2 representa o padrão de uso no PB atual. Observe que as formas *tu anda*, *nós anda* e *a gente andamos* são típicas da oralidade em alguns estratos sociais e/ou em algumas regiões do Brasil; no entanto, as formas *você(s) anda(m)* e *a gente anda* são de uso mais generalizado, adentrando a norma culta e sendo bastante frequentes também na escrita. Esse novo paradigma evidencia que, em um

mesmo tempo e espaço, podem conviver mescladas diferentes variantes linguísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais.

Vejam agora como se deu a passagem do paradigma 1 para o paradigma 2:

- a) A entrada do pronome *você(s)* na segunda pessoa (singular e plural), na maioria das regiões brasileiras, desencadeou uma mudança no paradigma verbal correspondente, que começou a contar com formas homônimas: *você foi/ele foi* e *vocês foram/eles foram*;
- b) As formas pronominais antigas de segunda pessoa, *tu* e *vós*, passaram a conviver com as formas novas em algumas regiões do Brasil, *você/vocês*, como aconteceu com o *tu*, ou perderam seu espaço de atuação, como no caso do pronome *vós*, que já foi praticamente substituído na língua pelo pronome *vocês* em todos os estratos sociais;
- c) A entrada da forma *a gente* na língua como pronome de primeira pessoa do plural veio a competir com o pronome *nós*. O uso do *a gente* aparece com frequência principalmente na língua falada de pessoas mais jovens. Esse novo pronome (*a gente*) desencadeia nova alteração no paradigma verbal, que conta agora com mais uma forma verbal homônima: *você foi/a gente foi/ele foi*;
- d) Com a entrada de um novo pronome de primeira pessoa do plural, a forma verbal correspondente se alterna: *nós vamos/nós vai* e *a gente vai/a gente vamos*, nas chamadas variedades padrão e variedades não padrão da língua, respectivamente;
- e) O enfraquecimento do sistema de flexões verbais – decorrente da entrada de pronomes que se combinam com formas verbais de 3ª pessoa do singular – instala na língua gradativamente uma tendência ao preenchimento do sujeito pronominal, para evitar a ambiguidade causada se deixarmos sem sujeito formas verbais homônimas. Essa mudança pode ser observada (i) quando comparamos a fala de pessoas mais jovens e mais velhas, configurando um caso de mudança em tempo aparente; e (ii) quando

O pronome *vós* mantém-se em uso apenas em alguns gêneros discursivos bastante específicos, relacionados aos campos religioso e jurídico. É produtivo em textos escritos mais antigos.

comparamos textos escritos atuais com registros antigos, evidenciando uma situação de mudança em tempo real.

É importante, ainda, registrar o seguinte: a entrada dos pronomes *você* e *a gente* no PB não afetou apenas o paradigma pronominal de sujeito e a concordância verbal, conforme mostramos até agora. Essas inovações provocaram uma espécie de mudança em cadeia que afetou também os outros subsistemas pronominais – dos clíticos e dos possessivos (conforme vimos na Unidade C). Configura-se, desse modo, o que Labov chama de “encaixamento estrutural”.

O quadro seguinte apresenta os usos pronominais que encontramos atualmente. Alguns desses usos, que constituem o que as gramáticas normativas chamam de “mistura de tratamento”, se limitam à oralidade e à escrita informal.

Pronomes pessoais	Pronomes oblíquos	Pronomes possessivos
eu	me, mim, comigo	meu(s), minha(s)
tu/você	te, ti contigo/lhe, se, o, a, com você	teu(s), tua(s)/ seu(s), sua(s), de você
ele(a)	o, a, lhe, se, si, consigo, com ele(a)	seu(s), sua(s), dele, dela
nós/a gente	nos, conosco, com nós/se, com a gente	nosso(s), nossa(s)/da gente
vocês	lhes, se, os, as, com vocês	seu(s), sua(s), de vocês
eles(as)	os, as, lhes, se, si consigo, com eles(as)	seu(s), sua(s), deles, delas

Quadro 10: Descrição dos paradigmas pronominais pessoal (caso reto e oblíquo) e possessivo em uso efetivo no PB. Extraído de Görski e Coelho (2009).

As principais mudanças apontadas no quadro acima são as seguintes:

- Na forma de realização do possessivo, as formas pronominais de terceira pessoa (*seu, sua*) se deslocam para a segunda pessoa e a forma possessiva de terceira pessoa passa a ser, quase categoricamente, a forma genitiva (*dele, dela*);
- Na forma de realização do oblíquo, (i) os pronomes *lhe, o/a* se deslocam da terceira para a segunda pessoa e o dativo (objeto indireto) ganha forma de sintagma preposicionado, como em *de você*; (ii) o reflexivo *se* segue tanto a forma *você* (*você se espelhou*) como a forma *a gente* (*a gente se espelhou*), mas ainda é usado nas formas de terceira pessoa (*ele se espelhou*).

Essas mudanças em cadeia evidenciam a complexidade que envolve os processos de variação e mudança linguística no PB.

8.4 Contribuições quanto à prática do professor-pesquisador

Veja como estamos associando o professor ao pesquisador! De fato, “não se concebe um professor que não seja também pesquisador, de modo a romper com o círculo vicioso de mero repetidor de informações ou repassador de conteúdos previamente oferecidos nos manuais didáticos disponíveis em larga escala no mercado” (cf. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras*, UFSC, 2006, p. 6).

Neste ponto, deve estar claro para você o quanto é importante que o professor conheça os conceitos sociolinguísticos básicos para poder aplicá-los na compreensão das diferentes situações de variação/mudança linguística que permeiam o dia a dia dos falantes. Do ponto de vista prático, apontamos algumas ações que não devem ficar de fora da agenda do professor de língua portuguesa:

- Trabalhar com os alunos a realidade sociolinguística brasileira, desde o contexto sócio-histórico mais amplo até o contexto da comunidade e da sala de aula;
- Desenvolver projetos de pesquisa que levem o professor e os alunos a:
 - 1) identificar fenômenos de variação linguística, em diferentes níveis (lexical, fonológico, morfossintático, discursivo), presentes na sua comunidade;
 - 2) entender o funcionamento desses fenômenos variáveis, mediante:
 - a) a realização de pesquisa bibliográfica, investigando os trabalhos já realizados sobre o assunto, interpretando os resultados e compreendendo as etapas do trabalho até sua conclusão;
 - b) a realização de entrevistas na comunidade;

Segundo Koch (2002, p. 53), “a competência sociocomunicativa leva os falantes/ouvintes à detecção do que é adequado ou inadequado em cada uma das práticas sociais”. O termo “sociocomunicativa” reforça o caráter sociolinguístico dessas habilidades.

- c) a construção e aplicação de testes de atitude etc.;
 - 3) lidar conscientemente com as noções de “certo” e “errado” que perpassam tais fenômenos;
 - 4) posicionar-se criticamente frente a situações de preconceito linguístico;
 - 5) trabalhar a questão da identidade cultural mediada pela língua (ao fazer parte de determinado grupo, compartilhamos com os pares não só a mesma linguagem, mas também as mesmas atitudes em relação à língua);
- Ensinar a norma culta da língua portuguesa, que é a variedade de prestígio na sociedade, sem, contudo, desconsiderar a variedade linguística que o aluno traz de casa:
 - 1) promovendo a ampliação desses conhecimentos, mediante a criação de situações diferenciadas para que os alunos desenvolvam sua competência sociocomunicativa, de modo a saber usar uma variedade ou outra de acordo com as situações de interação (no caso de contextos mais formais e públicos, é a variedade padrão que é requerida; no caso de contextos menos formais e familiares, a variedade não padrão é adequada – é uma questão de variação estilística);
 - 2) preservando a identidade linguística e cultural dos alunos.

Fechando a Unidade E

Como fechamento de nossa última Unidade de estudo, deixamos para você um recadinho final sobre uma possível aplicação da Sociolinguística na prática pedagógica:

Nessa direção uma das primeiras tarefas do professor seria reconhecer a realidade sociolinguística da sala de aula e da comunidade onde está atuando, observando, por exemplo, se há mescla de dialetos evidente entre os alunos, seja dialetos regionais (rural/urbano; nortista/sulista, por exemplo), seja sociais (maior ou menor domínio da norma culta em decorrência de fatores sociais como o nível socioeconômico da família, por exemplo). É importante trabalhar explicitamente com essa realidade da sala de aula, enfatizando a questão da heterogeneidade linguística, comparando as variedades e combatendo preconceitos entre os próprios alunos. Fazer da sala de aula um ‘laboratório de linguagem’ e atribuir aos alunos o papel de ‘investigadores linguísticos’ pode ser uma boa estratégia metodológica para que o ensino de gramática seja significativo e instigante. (GÖRSKI; COELHO, 2009)

Leia mais!

GÖRSKI, Edair; COELHO, Izete L. Variação linguística e ensino de gramática. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 73-91, 2009.

O trabalho das autoras traz algumas questões importantes que envolvem variação e mudança linguística, com implicações diretas no ensino da língua. São esboçadas também algumas sugestões metodológicas para o ensino de gramática, tomando como pano de fundo um contraponto entre um ensino gramatical “tradicional” e o papel social da escola. As autoras concluem dizendo que a escola contribuirá para a formação de cidadãos críticos, capazes de atuar com competência comunicativa na sociedade em que vivem se tiver consciência das diferentes variedades da língua, do valor social que manifestam as formas em variação e adotar uma política linguística acerca do ensino de língua materna.

GÖRSKI, Edair; COELHO, Izete L. (Orgs.). *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: EdUFSC, 2006.

Trata-se de uma coletânea que reúne dezesseis ensaios significativos na área da Sociolinguística, em seus diversos campos: política linguística, bilinguismo, dialetologia, variação e mudança na fala e na escrita, que convergem na

preocupação de seus autores de oferecer contribuições de ordem teórico-prática que tenham repercussões não só entre pesquisadores no meio acadêmico mas, principalmente, entre os professores de línguas.

VIANA, Suelen de Andrade. *Por uma interface sociolingüística no livro didático de língua portuguesa: análises e contribuições*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Florianópolis: UFSC, 2005.

A autora faz uma análise sociolinguística de livros didáticos recomendados pelo Ministério da Educação (MEC) para o ensino de língua portuguesa no Brasil no nível fundamental. O foco principal da análise é a concepção de língua e de gramática que está presente nos livros didáticos e a forma como tal concepção evidencia aspectos sociolinguísticos (como a noção de “certo” e “errado”, variação linguística, mudança linguística e preconceito linguístico, além do papel da norma padrão) para os alunos através das atividades elaboradas. A autora conclui que a elaboração atual dos livros didáticos trabalha com um grau mínimo de aspectos sociolinguísticos e que esses aspectos, embora presentes, não significam que uma interface sociolinguística de abordagem mais consistente esteja sendo levada em consideração.

Glossário

Banco de dados: conjunto de dados já coletados e criteriosamente organizados, disponíveis para a comunidade científica. Ou seja, o pesquisador não necessariamente precisa ir a campo para coletar os dados para sua análise; ele pode recorrer a um banco de dados já formado.

Célula social: agrupamento/cruzamento de características sociais dos informantes. É a estratificação social dos informantes aplicada à pesquisa sociolinguística.

Comunidade de fala: noção que recobre tanto aspectos sociais quanto linguísticos, envolvendo atitudes/normas sociais compartilhadas pelos falantes que, por sua vez, compartilham características linguísticas que os diferem de outros grupos sociais.

Comunidade de prática: diz respeito a práticas sociais compartilhadas por indivíduos que se reúnem regularmente em torno de uma meta comum, e envolve desde crenças e valores compartilhados até formas de realizar certas atividades e de falar.

Corpus: conjunto de dados de que o pesquisador dispõe para sua análise; também chamado de amostra.

Envelope de variação: termo próprio da pesquisa sociolinguística. É a descrição da variável dependente, das variantes que a compõem e das variáveis independentes (ou fatores condicionadores) que atuam sobre a variável dependente.

Estereótipos: traços socialmente marcados de forma consciente. Alguns estereótipos podem ser estigmatizados socialmente, enquanto outros estereótipos podem ter um prestígio que varia de grupo para grupo, podendo ser positivo para alguns e negativo para outros.

Gradação etária: fenômeno de mudança que ocorre no indivíduo, mas não na comunidade de fala – o indivíduo muda seu comportamento linguístico durante a sua vida, mas a comunidade à qual pertence permanece estável (ex.: uso de gírias; mudança por influência do mercado de trabalho).

Idioleto: dialeto de um indivíduo.

Indicadores: traços socialmente estratificados, mas não sujeitos à variação estilística, sem força avaliativa, com julgamentos sociais inconscientes.

Informante: sujeito da pesquisa sociolinguística; aquele que fornece seus dados linguísticos para que o pesquisador analise.

Linguística sincrônica: ocupa-se das relações entre os signos linguísticos que formam um sistema estável (estado de língua), num espaço de tempo aparentemente fixo (cf. Saussure).

Linguística diacrônica: estuda as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros (mudança) sem formar sistema entre si (cf. Saussure).

Marcadores: são traços linguísticos social e estilisticamente estratificados, que podem ser diagnosticados em certos testes de reação subjetiva, embora o julgamento social seja inconsciente.

Mudança em tempo aparente: mudança linguística captada em estudo do comportamento linguístico de indivíduos de diferentes gerações numa comunidade, num dado período de tempo. Tal estudo possibilita identificar correlações entre a variável social idade e a variável linguística em estudo, revelando indícios de (i) uma mudança concernente à idade que ocorre regularmente em cada geração (gradação etária); ou de (ii) uma mudança efetiva em progresso.

Mudança em tempo real: mudança linguística captada em estudo (i) que compara amostras de fala de mesmos indivíduos, ou amostras aleatórias da mesma comunidade de fala, mas com a mesma estratificação social, relativas a dois momentos diferentes (num espaço de cerca de vinte anos), com o fim de perceber a estabilidade e/ou mudança no indivíduo ou na comunidade, respectivamente; ou (ii) que compara textos escritos de diferentes séculos (ex.: peças teatrais).

Mudança em curso (ou em progresso): mudança em andamento numa comunidade de fala (ainda não efetivada totalmente), captada por meio de estudo em tempo real (v. 'mudança em tempo real') ou em tempo aparente (v. 'mudança em tempo aparente').

Mudança por gramaticalização: é um processo de mudança linguística que se dá quando determinada palavra ou expressão passa a ser usada como vocábulo gramatical ou como afixo no curso da evolução de uma língua. Quando substantivos passam a ser usados como preposições ou afixos, por exemplo, eles deixam de se comportar como um item lexical e adquirem função gramatical (ex: o substantivo *mente* do latim (*mens*) muda em português para o sufixo *-mente*, formador de advérbio de modo).

Preconceito linguístico: julgamento sobre falantes ou sobre grupos inteiros em uma comunidade em virtude das formas linguísticas que empregam (e essas formas geralmente são as que se afastam do padrão, sendo consideradas ‘incorretas’, ‘feias’, ‘piores’, ‘imperfeitas’ etc.).

Problema da avaliação: diz respeito à investigação de como as mudanças observadas podem ser avaliadas em termos de seus efeitos sobre a estrutura linguística, sobre a eficiência comunicativa (carga funcional) e na ampla gama de fatores não linguísticos envolvidos na fala.

Problema da restrição (ou dos fatores condicionantes): concerne o estudo das motivações linguísticas (fatores internos) e extralinguísticas (fatores externos) que condicionam o uso de uma nova forma (ou de um novo traço) na língua.

Problema do encaixamento: diz respeito a dois tipos de encaixamento: (i) na estrutura linguística – mudanças em determinados terrenos da gramática fatalmente desencadearão mudanças em outras partes da mesma gramática, como se fossem reações em cadeia; e (ii) na estrutura social – há relação entre o fenômeno de mudança linguística e a estrutura social (grupo socioeconômico, idade, sexo, etnia, localização geográfica).

Problema da transição: consiste na averiguação das fases intermediárias em que as variantes coexistem e concorrem – já que a mudança se dá num continuum – até que se passe de um estágio/sistema a outro.

Problema da implementação (ou atuação): consiste na identificação de como uma mudança vai se expandindo por diferentes contextos estruturais e como chega a afetar o comportamento social; diz respeito ao processo global da mudança linguística.

Redes sociais: redes de relacionamento dos indivíduos estabelecidas na vida cotidiana. Essas redes variam de um indivíduo para outro e são constituídas por ligações de diferentes tipos, envolvendo: graus de parentesco, amizade, ocupação (ambiente de trabalho) etc.

Regras categóricas: regras da gramática que são aplicadas em 100% dos casos, com comportamento invariável em todos os contextos.

Regras variáveis: regras que relacionam duas ou mais formas linguísticas de modo que, quando a regra se aplica, ocorre uma das formas e, quando não se aplica, ocorre(m) a(s) outra(s) forma(s). A aplicação ou não das regras variáveis é condicionada por fatores do contexto social e/ou linguístico.

Variação estável: situação de variação entre duas ou mais formas linguísticas que se estende numa comunidade ao longo do tempo, sem que uma variante ceda seu espaço à outra.

Variação linguística: processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto linguístico com o mesmo valor referencial, ou com o mesmo valor de verdade, i.e., com o mesmo significado. Dois requisitos precisam, pois, ser cumpridos para que ocorra variação: as formas envolvidas precisam (i) ser intercambiáveis no mesmo contexto e (ii) manter o mesmo significado.

Variantes: formas individuais que “disputam” pela veiculação do significado em uma variável.

Variável dependente: aspecto ou categoria da língua que se encontra em variação.

Variáveis independentes: fatores que condicionam nossa escolha entre uma ou outra variante, e que permitem ao linguista sugerir em que tipo de ambiente, tanto linguístico quanto extralinguístico, uma variante tem maior probabilidade de ser escolhida em detrimento de sua(s) “rival(is)”.

Variiedade: a fala de uma comunidade de modo global, considerando-se todas as suas particularidades, tanto categóricas quanto variáveis; o mesmo que dialeto ou falar.

Vernáculo: estilo em que pouco monitoramento é dispensado à fala; fala “natural”.



Referências

- ALKMIN, T. A. Sociolinguística: parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v.1.
- ARDUIN, J. *A variação dos pronomes possessivos de segunda pessoa do singular teu/seu na região sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 31. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1988 [1929].
- BENTIVOGLIO, P. A variação nos estudos sintáticos. *Anais do GEL*. Campinas, UNICAMP, 1987. p.7-29.
- BISOL, L. (Org.). A variação no português do Brasil. *Organon*, Instituto de Letras/UFRGS, v. 5, n. 18, 1991.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. *Língua portuguesa: Ensino de primeira à quarta série*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998b.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998c.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de língua portuguesa*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

- BRESCANCINI, C. (Orgs.). *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 253-268.
- CAMARA JUNIOR, J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- CALVET, L. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAMACHO, R. Sociolinguística: parte II. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. V. 1. São Paulo: Cortez, 2001.
- CABREIRA, S. H.. A monotongação dos ditongos orais decrescentes no sul do Brasil. In: *Organon*, n.28/29. Estudos da língua falada. UFRGS, 2000. p.143-155.
- COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M.. A variação no uso dos pronomes tu e você em Santa Catarina. In: LOPES, C.; REBOLLO, L. (Orgs.) *Formas de tratamento em Português e Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011.
- DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 1995.
- ECKERT, P. *Linguistic variation as social practice*. Oxford: Blackwell, 2000.
- FARACO, C. A. *Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.
- FIGUEROA, E. *Sociolinguistic metatheory*. Pergamon, 1994.
- GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. *Perspectivas*, v.14, n.2, São Paulo, 2000.
- GONÇALVES, S. C. L. *Discutindo língua portuguesa*, ano 1, n.1, p. 37, 2009.
- GÖRSKI, E.; COELHO, I. L. (Orgs.) *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: EdUFSC, 2006.
- GÖRSKI, E. M.; FREITAG, R. M. K. Marcação e comportamento sociolinguístico de marcadores discursivos interacionais na fala de Florianópolis. In: VANDRESEN, P. (Org.) *Variação, mudança e contato lingüístico no português da Região Sul*. Pelotas, RS: EDUCAT, 2006. p.28-50.
- GÖRSKI, E.; COELHO, I. L.. Variação linguística e ensino de gramática. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, UFSC, 2009.

- GUY, G. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. In: II Congresso Internacional da ABRALIN, Fortaleza, março de 2001. *Anais...* Disponível em: <http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais_con2int_conf02.pdf>.
- GUY, G.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.
- HORA, D. (Org.). *Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*. João Pessoa: Pallotti, 2004.
- HORA, D. (Org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997.
- ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos e a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.
- KOCH, I. V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LABOV, W. *Principles of linguistic change: social factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 2001.
- LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Orgs.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1982.
- LABOV, W. Where does the linguistic variable stop? *Sociolinguistic Working Papers*. Austin, Texas, n. 44, abril, 1978.
- LAVANDERA, B. R. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language and society*, v. 7, p. 171-182, 1977.
- LOREGIAN-PENKAL, L. *Concordância verbal com o pronome tu na fala do sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- LOREGIAN-PENKAL, L. *(Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da Região Sul*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- LUCCA, N. N. G. *A variação tu/você na fala brasiliense*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- MACEDO, A. V. T. Linguagem e contexto. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, M. A. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

- MARTINS, M. A. *Entre estrutura, variação e mudança: uma análise sincrônica das construções com –se indeterminado no PB*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- MENON, O.; LOREGIAN-PENKAL, L. Variação no indivíduo e na comunidade: tu/você no sul do Brasil. In: VANDRESEN, P. (Org.) *Variação e mudança no português falado da região sul*. Pelotas, RS: Educat, 2002, p. 147-188.
- MEYERHOFF, M. Communities of practice. In: CHAMBERS, J. K.; TRUGDILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Eds.). *The handbook of language variation and change*. Oxford: Blackwell, 2004 [2002]. p. 526-547.
- MILROY, L. Social Network. In: CHAMBERS, J.K.; TRUGDILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Eds.). *The handbook of language variation and change*. Oxford: Blackwell, 2004 [2002]. p. 549-571.
- MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MONARETTO, V. O apagamento da vibrante pós-vocálica nas capitais do sul do Brasil. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 35, n.1, mar. 2000. p. 275-284.
- MONARETTO, V. A vibrante pós-vocálica em Porto Alegre. In: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- MONGUILHOTT, I. O. S. *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MONGUILHOTT, I. O. S. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- NARO, A. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008.
- NUNES, J. M. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 1990.

- PAGOTTO, E. G. *Variação e(é) Identidade*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 2001.
- PAGOTTO, E. G. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Campinas, 1992.
- PAIVA, M. da C. O percurso da monotongação de [ey]: observações em tempo real. In: PAIVA, M da C; DUARTE, M. E. (Org.) *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra capa, FAPERJ, 2003.
- PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. *Quarenta anos depois: a herança de um programa na Sociolingüística brasileira (posfácio)*. São Paulo: Parábola, 2006, p. 131-151.
- POSSENTI, S. Joga-se os grãos.... *Revista Terra Magazine*, 21 de junho de 2007.
- POSSENTI, S. *Os humores da língua*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.
- ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, São Paulo: EdUNICAMP, 1993.
- ROCHA, P. G. *O português de contato com o espanhol no sul do Brasil: empréstimos lexicais*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- ROST-SNICHELOTTO, C. “Olha” e “vê”: *caminhos que se entrecruzam*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- SARAMAGO, João António das Pedras; GONÇALVES, José Bettencourt. *Variação lexical – abordagem efectuada aos materiais do Volume I do Atlas linguístico-Etnográfico dos Açores*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, [20-?]. Disponível em: <www.clul.ul.pt/equipa/jsaramago/saramago&bettencourt_prelo.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2010.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995 [1916].
- SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.
- SILVA, I. *De quem nós/a gente está(mos) falando afinal?: uma investigação sincrônica da variação entre nós e a gente como estratégias de designação referencial*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SILVA, F. de S. O processo de monotongação em João Pessoa. In: HORA, D. da (Org.). *Estudos sociolingüísticos: perfil de uma comunidade*. João Pessoa: Pallotti, 2004.

SILVA-BRUSTOLIN, A. K. *Itinerário do uso e variação de nós e a gente em textos escritos e orais de alunos do Ensino Fundamental da rede pública de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

TARALLO, F. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1985.

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

VALLE, C. R. M. *Sabe? ~ não tem? ~ entende?: itens de origem verbal em variação como requisitos de apoio discursivo*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

VANDRESEN, P. (Org.) *Variação, mudança e contato lingüístico no português da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2006.

VANDRESEN, P. (Org.) *Variação e mudança no português falado da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2002.

VIANA, S. de A. *Por uma interface sociolingüística no livro didático de língua portuguesa: análises e contribuições*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

WEINER, J.; LABOV, W. Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistics*, v.19, n.1, 1983 [1977].

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

ZILLES, A. M. S.; MAYA, L. Z.; SILVA, K. Q. A concordância verbal com a primeira pessoa do plural na fala de Panambi e Porto Alegre. *Organon*, v.14, n. 28 e 29, Porto Alegre, p. 195-219, 2000.